

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

MARIANA MEDEIROS ALVES

**RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO
GRANDE, EM CAMPO DO MEIO, MG**

Alfenas/MG

2022

MARIANA MEDEIROS ALVES

RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO
GRANDE, EM CAMPO DO MEIO, MG

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos.

Orientador: Prof. Dr. Estevan Coca

Alfenas/MG
2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Alves, Mariana Medeiros.

Retrato das políticas públicas: Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, MG / Mariana Medeiros Alves. - Alfenas, MG, 2022.
133 f. : il. -

Orientador(a): Estevan Leopoldo Coca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.
Bibliografia.

1. Reforma Agrária. 2. MST. 3. Políticas Públicas. 4. Campo do Meio. 5. Quilombo Campo Grande. I. Coca, Estevan Leopoldo, orient. II. Título.

MARIANA MEDEIROS ALVES

RETRATO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE, EM CAMPO DO MEIO, MG

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos.

Aprovada em: 14 de maio de 2022.

Prof. Dr. Estevan Coca
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL- MG

Prof.^a Dr.^a Camila Ferracini Origuela
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI

Prof.^a Dr.^a Joyce Gotlib
Instituto Federal Mato Grosso - IFMT



Documento assinado eletronicamente por **Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Vice-Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, em 14/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joyce Gotlib, Usuário Externo**, em 14/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Ferracini Origuéla, Usuário Externo**, em 14/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0707659** e o código CRC **900E68FB**.

Dedico aos trabalhadores rurais sem-terra, que muito me inspiram. Dedico aos que lutam pela reforma agrária e contra toda forma de exploração. Dedico aos que acreditam na educação e na pesquisa como possibilidade de romper com as amarras sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que sozinha não é possível seguir. Então reconheço e agradeço de coração aos que estão presentes acompanhando minha trajetória.

À minha família pelo amor, carinho, em especial minha mãe Gorette, as minhas irmãs e minhas sobrinhas amadas e muito admiradas por mim. Agradeço a Julyana, companheira de vida, parceira de luta, de encontros e desencontros, de risadas e perrengues, de incansáveis trocas e aprendizados "por supuesto", que cotidianamente me estende a mão pra trilharmos juntas a vida.

Agradeço aos colegas de curso pelas trocas de experiência e convivência. À Coordenação do PPGeo. À CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - Código de Financiamento 001.

Agradeço os diversos professores que, ao longo de suas disciplinas enriqueceram minha formação. Em especial ao professor Estevan que encoraja seus orientandos a entender a importância da pesquisa e que o espaço acadêmico não precisa ser solitário e sim solidário.

Agradeço imensamente a acolhida dos acampados e todo espaço de participação aberto e inspirado por eles, viva o Acampamento Quilombo Campo Grande, viva o MST. Lutemos para construir a reforma agrária popular!

“As empresas metalúrgicas me engolem às 6h00 da manhã, sem eu ver o sol nascer, e me vomitam às 18h00 ou às 20h00, sem eu ver o sol se pôr, sendo que eu nasci livre no campo, vendo o sol nascer, vendo o verde da natureza, sentindo o cheiro e o calor da mãe terra” (Entrevistada 1).

RESUMO

A reforma agrária não é uma questão solucionada na história do Brasil, apesar de não ser uma demanda recente. As desigualdades sociais acarretadas pela concentração fundiária são insustentáveis, e por isso, as políticas públicas precisam direcionar como solução a esse processo, a reforma agrária. Infelizmente, esta não é a realidade de atuação dos governos brasileiros que nunca realizaram uma reforma agrária no país. Há 20 anos o Acampamento Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas Gerais, enfrenta batalhas jurídicas pela regularização da área ocupada. A disputa judicial emplaca o desenvolvimento social e territorial do Acampamento e seus acampados. Através do materialismo histórico dialético, buscou-se frisar a realidade do acesso e não acesso às políticas públicas a partir de questionários e análise de dados históricos e públicos. A regularização fundiária é parte importante na compreensão da reforma agrária, mas é preciso o acesso às políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioterritorial dos acampamentos. Assim, refletiu-se sobre as formas alternativas de produção e organização territorial que se contrapõem ao modelo convencional de produção campestre, expondo como o Acampamento tem buscado seu desenvolvimento, mesmo com a falta de amparo do Estado.

Palavras-chave: Reforma Agrária; MST; Políticas Públicas; Campo do Meio; Quilombo Campo Grande.

ABSTRACT

Agrarian reform is not a solved issue in the history of Brazil, although it is not a recent demand. The social inequalities brought about by land concentration are unsustainable, and for this reason, public policies need to direct agrarian reform as a solution to this process. Unfortunately, this is not the reality of the Brazilian governments' actions, as they have never carried out an agrarian reform in the country. For 20 years the Campo Grande Quilombo Camp, in the South of Minas Gerais, has faced legal battles for the regularization of the occupied area. The legal dispute hinders the social and territorial development of the Camp and its campers. Through dialectical historical materialism, we tried to emphasize the reality of access and non-access to public policies based on questionnaires and analysis of historical and public data. Land title regularization is an important part of the understanding of agrarian reform, but access to public policies that promote socio-territorial development of the encampments is necessary. Thus, the alternative forms of production and territorial organization that oppose the conventional model of peasant production were reflected upon, exposing how the Encampment has sought its development, even with the lack of support from the State.

Keywords: Agrarian Reform; MST; Public Policies; Campo do Meio; Quilombo Campo Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas para os assentamentos	54
Figura 2 - Falida usina nas áreas do Acampamento Quilombo Campo Grande	68
Figura 3 - Área do Acampamento Quilombo Campo Grande	70
Figura 4 - Campanha no meu bule não contra o despejo do Quilombo Campo Grande.....	87
Figura 5 - Acampados em audiência contra despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande	88
Figura 6 - Tropas policias no despejo em Campo do Meio em agosto de 2020	91
Figura 7 - Militantes do MST contra o despejo e destruição da escola Eduardo Galeano	92
Figura 8 - Áreas de despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande	94
Figura 9 – Capacitação do Coletivo e alguns de seus produtos	101
Figura 10 – Áreas represadas pelo lago de Furnas	111
Figura 11 - Plantações atingidas por geada em 2021 no Acampamento Quilombo Campo Grande	113
Figura 12 - Plantações atingidas por geada em 2021 no Acampamento Quilombo Campo Grande	114
Figura 13 - Produção agroecológica no Acampamento Quilombo Campo Grande	118
Figura 14 - Oficina de sabonete – Coletivo Mulheres Raízes da Terra	120
Figura 15 - Colheita de Camomila – Coletivo Mulheres Raízes da Terra	122
Figura 16 - Colheita de Camomila – Coletivo Mulheres Raízes da Terra	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocupações e números de famílias - Governo FHC (1995 - 2002)	32
Gráfico 2 - Assentamentos e famílias assentadas - Governo FHC (1995 - 2002) ...	33
Gráfico 3 - Quantitativo das ocupações e famílias no Governo Lula (2003 - 2011) .	36
Gráfico 4 - Assentamentos e famílias assentadas - Governo Dilma (2011 - 2015)..	39
Gráfico 5 - Ocupações e números de famílias - Governo Dilma (2011 - 2015).....	40
Gráfico 6 - Ocupações e números de famílias - Governo de Michel Temer (2016 - 2018).....	43
Gráfico 7 - Assentamentos e números de famílias - Governo de Michel Temer (2016 - 2018)	44
Gráfico 8 - Ocupações por região – Comparativo entre os anos de 2018 e 2019 ...	46
Gráfico 9 - Distribuição da população rural e urbana de Campo do Meio	58
Gráfico 10 - Famílias em ocupações - Campo do Meio, MG	67
Gráfico 11 - Manifestações do campo entre 2000 e 2019 - Relação entre o número de manifestações e manifestantes no Brasil	78
Gráfico 12 - Conflitos por terra no Brasil (ocorrências e pessoas envolvidas) - 1996 a 2020.....	80
Gráfico 13 - Famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande cadastradas no PSF.....	97
Gráfico 14 – Regularidade na vacinação das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande	98
Gráfico 15 – Famílias e benefícios sociais	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Assassinatos no Campo no Governo FHC – 1996	30
Mapa 2 - Famílias em ocupações no Governo Lula - 2004	37
Mapa 3 - Localização de Campo do Meio, MG	56
Mapa 4 - Localização dos Acampamentos em Campo do Meio, MG	69
Mapa 5 - Limite do Acampamento Quilombo Campo Grande (2018)	96
Mapa 6 - Limites municipais do reservatório de Furnas	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais alterações em prol do desmonte das políticas agrárias no governo Temer	41
Quadro 2 - Descrição comparativa entre assentamentos e acampamentos	52
Quadro 3 - Conflitos por terra em Campo do Meio (1996-2020)	85
Quadro 4 - Histórico da Legislação Seguro Defeso	109
Quadro 5 - Produtos da Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande	117
Quadro 6 - Produtos do Coletivo Mulheres Raízes da Terra	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo do índice de desenvolvimento humano de Campo do Meio	57
Tabela 2 - Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar...	59
Tabela 3 - Estrutura fundiária em 1995 - Campo do Meio.....	60
Tabela 4 - Estrutura fundiária em 2006 – Campo do Meio.....	60
Tabela 5 - Estrutura fundiária em 2017 – Campo do Meio.....	61
Tabela 6 - Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar por área ocupada Campo do Meio	62
Tabela 7 - Assentamentos da reforma agrária em Campo do Meio, MG	66
Tabela 8 - Caracterização do Acampamento Quilombo Campo Grande	71
Tabela 9 - Conflitos por terra no Brasil em 2020	82
Tabela 10 - Políticas sociais - Acampamento Quilombo Campo Grande	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JURA	Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MARA	Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MDA	Ministério da Agricultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento do Acampamento
PFC	Propostas de Fiscalização e Controle
PL	Projetos de Lei

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Reforma Agrária
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	JUSTIFICATIVA	22
1.2	OBJETIVOS	23
1.2.1	Objetivo Geral	23
1.2.2	Objetivos Específicos	23
1.3	METODOLOGIA	24
2	PANORAMA DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA (1995-2021)	28
2.1	PERCURSO DA REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE 1995-2002	28
2.2	REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA: OS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2015)	34
2.3	GOLPE DE ESTADO: O GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018)	40
2.4	PASSAR A BOIADA E PARALISAR A REFORMA AGRÁRIA: OS EFEITOS DO DESGOVERNO BOLSONARO (2019-2021)	45
3	O MST NO SUL DE MINAS GERAIS: ENTRE ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS	49
3.1	TERRITÓRIO DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS	49
3.2	MST NO SUL DAS GERAIS - CAMPO DO MEIO.....	56
3.3	O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE	65
4	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOBILIZAÇÕES: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A DEFESA DE DIREITOS	72
4.1	VIOLÊNCIA GABADA AOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER LATIFUNDIÁRIO	72
4.2	CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM CAMPO DO MEIO	84
4.2.1	Despejo na pandemia: momento determinista para a luta agrária mineira	89
5	POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E PRODUTIVOS	95
5.1	POLÍTICAS DE SAÚDE	97

5.2	POLÍTICAS SOCIAIS	101
5.3	PRODUÇÃO DOS ACAMPADOS E O NÃO ACESSO À POLÍTICAS	112
5.4	ALTERNATIVAS A FALTA DE POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO	116
5.4.1	Organização e produção do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

As políticas de redistribuição de terras, nomeada reforma agrária (RA), se constitui no século XX como um dos elementos da questão agrária. A potencialização de discussões em torno desse tema poderia ser explicada por uma série de fatores (por exemplo, econômicos, políticos, demográficos e sociais), de modo que “a modernização econômica gerou uma pressão para transformar os padrões tradicionais de uso e controle da terra e, assim, aumentar a produtividade agrícola” (CARTER, 2020, p. 30).

Esta pesquisa tem como pano de fundo a questão agrária. Para Kautsky (1980), a questão agrária é melhor compreendida se estudada a luz das modificações na agricultura em força do capitalismo, ou seja, o capitalismo prevê as formas de alteração no modo de vida e de produção no campo. A partir dessas investigações inferiu-se sobre a questão agrária, discorrida nesta pesquisa através das discussões sobre os acampados do Quilombo Campo Grande, situado em Campo do Meio-MG, e seus acessos às políticas públicas.

A modernização técnica da agropecuária brasileira, também chamada de “modernização conservadora”, acentua as desigualdades sociais, garantindo somente a concentração fundiária, de riquezas e a expansão do agronegócio. Isso confirma que a modernização não rompeu com a questão agrária (FERNANDES, 2007). E por isso, modernização conservadora, pois manteve privilégios a minoria que concentra grande parcela das riquezas e das terras no país.

O agronegócio, como modelo de desenvolvimento agrário dominante, está balizado em uma economia desigual que se apropria da terra como mercadoria, visando o lucro a custos danosos ao meio ambiente.

Como resultado, a estrutura fundiária brasileira é processada de forma excludente, a exemplo, os latifúndios são 0,91% do total dos estabelecimentos rurais do país, concentrando 45% de toda área rural. Em contrapartida, os pequenos estabelecimentos rurais (inferiores a 10 hectares) concentram 2,4% da área total, representando 47% dos estabelecimentos rurais do país (OXFAM, 2016).

Esses dados confirmam que a questão agrária brasileira não sofreu uma ruptura com a modernização no campo. Objetivados a alterar esse cenário, temos a exemplos os movimentos socioterritoriais - aqueles que possuem o território como

trunfo (FERNANDES, 2005) – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável pelo Acampamento Quilombo Campo Grande.

O movimento surge com identidade própria, onde a principal instrumentalização de luta são os acampamentos e as ocupações massivas. O MST é formado no sul do país, em 1984, com a reforma agrária como "bandeira unificadora", onde essencialmente o controle deve se dar pelos trabalhadores. Assim, se construiu o ideal de luta "terra não se ganha, se conquista" (MEDEIROS, 1993).

Para o economista Stédile (2020, p. 15), é possível caracterizar a reforma agrária "[...] como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir."

A reforma agrária, segundo Carter (2020), não acontece sem o Estado, bem como as políticas públicas necessariamente derivam de demandas sociais. Afirma-se então, a importância das articulações sociais para obter amparo do Estado no sentido mais amplo da reforma agrária.

Assim, é fundamental a atuação popular na formulação e execução das políticas públicas. Como exemplo, os acampamentos e as ocupações de terras que por vezes, favorecem a reivindicação e o reconhecimento da necessidade da reforma agrária no país. Como essas áreas são consideradas conflituosas para órgãos e autoridades responsáveis pela RA, a intervenção nos acampamentos pode acelerar os passos para a regularização fundiária (SIGAUD, 2005).

Ou seja, isto quer dizer que em certos momentos históricos, as pressões sociais exercidas pela sociedade civil adentram o Estado. Para a formulação de políticas públicas, a mobilização social é importante e verificar os movimentos socioespaciais e socioterritoriais envolvidos nessas organizações é essencial para compreender o cerne dessas reivindicações.

Dessa forma, tem-se o MST como um movimento socioterritorial que luta e reivindica a reforma agrária em seu mais amplo sentido, para além da posse da terra. Mas também para a garantia de direitos básicos no campo como educação, saúde, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural. De modo que assegure a permanência dos camponeses na terra.

Para Fernandes (2005, p. 31), os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e espacializam-se, tendo o território como essencial e conseqüentemente como caminho para atingir os propósitos do movimento.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (p.31).

Dentro da perspectiva de movimentos socioterritoriais, é essencial compreender o conceito de território. Para Fernandes (2005), o conceito deve ser empregado de forma multidimensional em uma totalidade. Ressaltando a importância dos movimentos socioterritoriais para os estudos que envolvem a compreensão da realidade a partir das mudanças pragmáticas e os conflitos gerados a partir de paradigmas como por exemplo, a concentração fundiária e a reforma agrária.

Nessa perspectiva, pondera-se sobre a evolução e exploração dos territórios que seguem a lógica da produção convencional ou dos territórios que tentam se esquivar do modelo capitalista dominante é tarefa importante. Essas propriedades precisam ser pensadas à luz de modelos distintos, pois os aspectos sociais e econômicos as exploraram talvez igualmente, mas as conduzem para pontos diferentes no panorama de evolução e exploração do capital.

Mas, para ultrapassar a lógica capitalista, além da exploração e a dita “evolução econômica”, os camponeses da reforma agrária precisam buscar meios alternativos para comercialização de seus cultivos. Uma solução seria as políticas agrárias que objetivam a produção e o escoamento dos produtos da reforma agrária, como um esquivo ao modelo de mercado dominante.

As políticas públicas, principalmente as vinculadas ao desenvolvimento rural (social, econômico e territorial), carecem atender os acampamentos rurais de forma justa e igualitária, sendo necessária garantias de direitos básicos como acesso à educação, saúde, moradia, segurança e infraestrutura básica. No que tange à produção da agricultura da reforma agrária, garantias técnicas, comerciais e produtivas são essenciais para promover a permanência desses sujeitos na terra de forma digna. Essas políticas são importantes instrumentos para assegurar o desenvolvimento da agricultura desvinculada da produção convencional.

Assim, as políticas públicas são artifícios que colaboram para romper com a exclusão dos camponeses da reforma agrária, mantendo-os na terra e produzindo alimentos saudáveis. Além de diminuir as desigualdades sociais promovidas pelas políticas neoliberais.

Com o avanço das disputas neoliberais, Fernandes (2015) traz o debate sobre a criação de políticas públicas em que o viés econômico traça seu modelo de desenvolvimento, mas a intervenção de movimentos da sociedade civil e instituições, têm sugestionado políticas de governos e de Estado.

Contraditoriamente, a ideologia neoliberal ao defender o Estado mínimo criou - ao mesmo tempo - tanto políticas de precarização quanto condições políticas para os movimentos camponeses se manifestarem, reivindicarem e proporem outras políticas de desenvolvimento. Neste ponto, necessita-se desconstruir o conceito de políticas públicas a partir da compreensão das conflitualidades geradas pelas disputas por modelos de desenvolvimento, para compreender se são políticas de subordinação ou políticas emancipatórias (p. 19).

O intuito desta pesquisa não é somente trazer os dados dos acampados, apontar as problemáticas, abrir caminhos para o diálogo ou o reconhecimento desses sujeitos em seus territórios e possíveis soluções de conflitos. A intenção com a exposição das apurações é trazer questionamentos acerca da falta de atuação do Estado nos assentamentos do país e em destaque no acampamento em estudo.

O Acampamento Quilombo Campo Grande resiste no município de Campo do Meio há mais de 20 anos. Entender como esses sujeitos tem se organizado ao longo dos anos é importante para verificar a presença do Estado nesse território e verificar como as políticas públicas podem impactar seu desenvolvimento. Território de 450 famílias distribuídas em outros 12 acampamentos, o nomeado Quilombo Campo Grande em homenagem a um antigo quilombo dessa região, vem produzindo em sistemas agroecológicos ou em transição, estabelecendo ao longo desses anos com cada família que chega no acampamento uma relação de cuidado com a terra e compromisso com a justiça social.

Nesse estudo, tem-se o compromisso de verificar como os acampamentos se estruturam sem o auxílio integral das governanças locais e também em âmbito federal. A ideia é que expondo essas informações surjam novas perguntas, que mais pessoas se questionem sobre a importância da reforma agrária e sobre a necessidade de políticas públicas para o desenvolvimento social e para a emancipação das populações mais vulneráveis, contribuindo para a amenização das desigualdades sociais.

Desde o ano de 2020, o contexto vivenciado pela pandemia da Covid-19 escancarou e acentuou de forma abrupta o problema da fome no Brasil, causado pelas desigualdades sociais tão presentes na realidade brasileira. A crise sanitária

desencadeou mazelas como a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), a falta de saneamento básico dos municípios, a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como o aumento da insegurança alimentar. Estas duas últimas podem ser vistas como frutos da questão agrária no país, alicerçada sempre por sua “tríade estrutural: latifúndio, monocultura e exploração do trabalho” (PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021, p. 11).

Nesse cenário, as desigualdades brasileiras que nunca saíram de cena são ampliadas drasticamente, uma vez que a população que já vivia em situação de vulnerabilidade social, está nesse período ainda mais exposta e acessando menos alimentos. A ausência do Estado expõe trabalhadores e trabalhadoras ao vírus fatal da Covid-19, já que esses sujeitos não podem se ausentar de seus empregos, pois do contrário, não conseguem alimentar sua família. Para os camponeses, esse cenário também é desigual. Para os camponeses sem terra esse cenário é ainda mais perigoso, já que temem o vírus e sofrem com ações de despejos desumanos em plena pandemia.

Reafirma-se que a estrutura fundiária permanece com o poder concentrado aos latifundiários, que por sua vez apropriam-se de um bem comum, acumulando riquezas ao se beneficiar das brechas legislativas que não afirmam a reforma agrária no Brasil. Enquanto o agronegócio cresce incentivado pelo atual presidente (Bolsonaro – sem legenda partidária), as desigualdades sociais são cada vez mais invisibilizadas por sua gestão, que é ineficaz ao povo brasileiro e que tem se mostrado cada vez mais ameaçadora para nossa existência.

Esta pesquisa não seria capaz de discutir e refletir o que se propõe sem tratar do contexto político em que o país vive. Ao abordar sobre políticas públicas e reforma agrária, é urgente o entendimento de como ela está em pauta na agenda governamental. Se trata do entrelaço da teoria com a realidade e aqui a proposta é refletir integralmente sobre uma realidade, e a partir dela, mensurar os impactos de políticas públicas, seja em suas aplicações, falhas ou ausências.

A pandemia da covid-19 é uma imposição a esta pesquisa e em tantas outras, isso porque, não é possível delimitar um estudo sem levar em consideração a crise sanitária que assola a todos. Além das consequências sociais e econômicas, é necessário cautela com o momento de “pós-verdade” em que as *fakes news* têm tomado o espaço das informações seguras, factuais e científicas. É essencial para

esta pesquisa, compreender politicamente a realidade, necessariamente questionando o capitalismo que normaliza a exclusão.

Por fim, este trabalho está estruturado em 6 seções, sendo que a primeira trata da introdução e a última da conclusão. As demais estão organizadas da seguinte forma, a segunda seção trata sobre o panorama da reforma agrária no Brasil a partir de uma leitura histórico-política, em conjunto com os dados sobre acampamentos e assentamentos no Brasil, comparando de forma crítica como o tema vem sendo abordado nos diferentes governos entre 1995 a 2020. A terceira seção aborda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Campo do Meio, Sul de Minas Gerais. Analisando como surge a primeira ocupação de terras no município e a partir daí, como o MST tem trabalhado na construção da reforma agrária popular, com destaque ao Acampamento Quilombo Campo Grande.

A quarta seção traz reflexões sobre a importância dos movimentos socioterritoriais e suas mobilizações como cruciais para a defesa de direitos. Os dados sobre conflitos e violência no campo expõem como o Estado trata esses sujeitos e como tem violado uma série de direitos, a exemplo, os despejos ocorridos no Acampamento em estudo durante a pandemia. A quinta seção traz dados importantes sobre as políticas públicas acessadas pelos acampados, bem como as alternativas que o movimento tem utilizado para sanar a ausência da atuação do governo no território do Quilombo Campo Grande.

1.1 JUSTIFICATIVA

O foco deste trabalho se dá a partir das análises das proposições governamentais criadas e efetivadas pelo governo em esfera federal e estadual para a realização da reforma agrária, desenvolvimento econômico e social das famílias acampadas, ou seja, através das políticas públicas que vislumbram o desenvolvimento social, econômico e territorial. A contextualização histórica do quadro político a partir de 1995 busca facilitar o entendimento sobre a perspectiva de criação e desenvolvimento de políticas públicas, planos e programas governamentais que foram tentativas de viabilização e execução da reforma agrária no país.

Sendo analisada a trajetória dos impactos das mobilizações socioterritoriais em Campo do Meio, desde as primeiras greves na área da usina, passando pelo surgimento do primeiro acampamento até o momento da última mobilização realizada

no município em defesa do Acampamento Quilombo Campo Grande, durante a pandemia do Covid-19. Assim, faz-se necessário compreender como as mobilizações a partir da organização de movimentos sociais e socioterritoriais atuam como elementos fundamentais para a defesa de direitos e permanência na terra.

Contudo, a justificativa central do trabalho permeia a colaboração com dados categorizados e análises sobre as famílias acampadas, afim de contribuir para a formulação do PDA (Plano de Desenvolvimento do Acampamento). Além disso, as ponderações e os dados aqui discutidos se somam como documentos para a comprovação da existência desses acampados, que a todo custo precisam provar sua veracidade e produção nas terras que ocupam há mais de 20 anos, terras de conflitos que antes fora tomada pela monocultura e exploração e que hoje, se planta esperança com a agroecologia, semeia resistência as formas hegemônicas de dominação do capital e colhe mais que alimentos saudáveis, colhe dignidade, oportunidade e igualdade social para o povo sem-terra.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar como as políticas públicas desenvolvidas entre os anos de 1995 e 2020 em âmbito nacional e estadual estão sendo acessadas pelas famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG, buscando compreender como essas políticas se relacionam com a reprodução da vida e do trabalho dos camponeses que lutam pela reforma agrária.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o panorama da reforma agrária em âmbito nacional, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso de 1995 até a crise política do atual Governo Bolsonaro;
- b) Fazer um levantamento histórico da atuação do MST no município de Campo do Meio, explorando as informações sobre os acampamentos e assentamentos;

- c) Compreender como as mobilizações dos movimentos socioterritoriais atuam como elementos fundamentais para a defesa de direitos, em destaque aos conflitos em Campo do Meio. Para isso, será dada ênfase ao despejo do Quilombo Campo Grande na pandemia do Coronavírus no ano de 2020;
- d) Identificar as relações institucionais em Minas Gerais, verificando o acesso as políticas nos acampamentos rurais, assim como seu perfil socioeconômico.

1.3 METODOLOGIA

A questão agrária está alicerçada na luta de classes que se fragmenta em outras lutas como a luta pela terra, por direitos sociais e pela produção de alimentos saudáveis. Buscar a categoria histórica é essencial para compreender as questões que permeiam as demandas agrárias. Desse modo, trabalhar com o método materialismo-histórico-dialético parece o mais cabido.

Spósito (2003, p. 27), esclarece o debate sobre métodos como sendo um composto de procedimentos e técnicas que permite a descoberta das relações que existem entre os fenômenos estudados, “[...] se os pontos de partida são racionalistas ou empiristas, materialistas ou idealistas, os métodos são utilizados dependendo da própria intencionalidade do investigador”. Então, cabe ao pesquisador conhecer os métodos e escolher qual melhor se adequa a sua pesquisa e qual indica de maneira mais eficaz atingir os objetivos propostos.

O método do materialismo-histórico-dialético traz a concepção de ciência como categoria histórica, busca a mediação homem-natureza, tem sua origem empírica objetiva do conhecimento com técnicas não quantitativas, onde podemos ter a pesquisa-ação, ou seja, o pesquisador(a) participante. Nesse método, “[...] o sujeito se constrói e se transforma” e conseqüentemente possibilita refletir sobre as contradições do objeto (SPÓSITO, 2003, p.46).

A pesquisa-ação permite uma aproximação importante para refletir sobre as controvérsias do estudo. Enquanto pesquisadora me enquadro nessa categoria não por ser uma acampada, mas por colaborar com o desenvolvimento de artes para divulgação das cestas agroecológicas produzidas pelos acampados. Essa aproximação como o movimento permite um aprendizado enriquecedor através do olhar de análise, mas também de admiração por todo trabalho dos camponeses e

toda luta por políticas públicas que promovam o desenvolvimento territorial e principalmente a reforma agrária.

Destrinchando o materialismo histórico dialético na pesquisa, parto da ideia do não acesso a políticas públicas pelos acampados, ou seja, esta é a tese que guia as discussões deste trabalho. A partir dela busco mostrar outras formas em que o Acampamento Quilombo Campo Grande vive, se reproduz, cultiva e escoia sua produção acessando somente políticas sociais, sem obter nenhuma política de escoamento e desenvolvimento da produção.

O não usufruto de políticas públicas gera e amplia ainda mais as desigualdades sociais, em questão, no campo brasileiro. Quando confrontamos a realidade dos acampados sem acessar políticas públicas, apropriamos da antítese que se trata o método marxista utilizado. Ou seja, quando enfrentamos a realidade desses sujeitos geramos a antítese. Assim, a síntese é o resultado das discussões que embatem a tese e a antítese, em o Acampamento busca formas autônomas para o desenvolvimento econômico e social sem a atenção do Estado, além disso, procura em suas ações coletivas, mesmo que dentro do sistema capitalista, formas alternativas e independentes ao sistema dominante.

Ademais, os procedimentos utilizados de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, foram desenvolvidos a partir das buscas em fontes primárias e secundárias. Correspondem às fontes primárias: documentos de arquivos públicos, entrevistas, relatórios, censos demográficos, leis e decretos. Já as fontes secundárias são compostas por gráficos, mapas, livros e trabalhos acadêmicos como teses e dissertações.

Primeiro, foi desenvolvida a revisão bibliográfica, por meio da leitura de documentos oficiais relacionados às políticas públicas e reforma agrária, tais como, relatórios, legislações e normativas em vigência, os quais são disponibilizados nos sítios virtuais de instituições públicas e entidades parceiras, assim como nos acervos estaduais disponíveis para consulta online, além do comparativo de informações disponíveis pelo DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra), IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), sobre manifestações, conflitos, acampamentos e assentamentos no campo brasileiro, destacando Minas Gerais, devido ao município de Campo do Meio.

Também foram realizadas entrevistas com acampados e representantes do MST, respeitando os protocolos sanitários de prevenção ao covid-19. A

documentação referente as entrevistas foram submetidas e aprovadas pelo Comitê de Ética através da Plataforma Brasil (número do parecer: 4.373.264). O contexto de pandemia exige mudanças significativas em relação a aplicação de entrevistas em larga escala, com todos riscos do novo corona vírus não foi possível aplicar as entrevistas como desejado inicialmente. Porém, os registros obtidos foram essenciais para compreender como tem se dado o acesso as políticas públicas. As entrevistas foram realizadas com representantes acampados do movimento responsáveis pelo setor de saúde, mulheres, educação, produção e comercialização.

A entrevista é uma técnica de pesquisa qualitativa que auxilia na coleta de dados. Dentre as formas possíveis, foi utilizada a entrevista semiestruturada que acomoda perguntas abertas e fechadas. Possibilitando a orientação e o andamento da entrevista por diálogos informais, mas com perguntas pré-estabelecidas como guia da entrevista.

A seleção dos entrevistados ocorreu com maior facilidade, pois compo a equipe do programa da Pró-reitora de extensão da UNIFAL intitulado "Semeando a terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no Sul de Minas Gerais", o qual estabelece relação direta com os acampamentos a serem pesquisados. Além disso, os trabalhos de campo permitiram importante interação no Acampamento. Destacam-se dois trabalhos de campo desenvolvidos em 2020 e 2021. Nestes momentos, as conversas informais com os acampados proporcionaram maior conhecimento sobre a realidade desses sujeitos e também a aproximação.

Por fim, parte essencial da pesquisa configurou-se através da aplicação, tabulação e reconhecimento dos dados obtidos através dos formulários manuseados em conjunto com o movimento. As questões traçadas no formulário foram estabelecidas pelo MST e em um dos campos realizados em 2020 possibilitou-se essa aplicação. É fundamentalmente a partir desses dados que as discussões desta pesquisa foram estabelecidas.

O formulário traz questões sobre o acesso de políticas públicas, configuração do lote, renda dos membros da família, produção, área cultivada e acesso a saúde. Buscou-se aprofundar a discussão a partir do acesso ao seguro defeso, bolsa família, auxílio emergencial e aposentadoria (por tempo de trabalho, rural e por invalidez), para auxílio sobre entendimento dessas políticas, realizou-se consultas as legislações equivalentes a cada uma.

Dessa forma, os dados obtidos com os formulários são resultantes das ações de extensão da UNIFAL em parceria com o MST. A elaboração e aplicação do material teve como objetivo fomentar a construção de um relatório com informações sobre o acampamento e as famílias acampadas, reafirmando a identidade do movimento. Aqui, o objetivo é colaborar com a análise dos dados e propor reflexões a partir delas e não a de que a dissertação seja o relatório geral dos formulários. A proposta como integrante do grupo de extensão da UNIFAL que diretamente participação da aplicação e tabulação dos dados obtidos através dos formulários é que as análises para esta pesquisa abarquem o espectro das políticas públicas acessadas e não acessadas pelos acampados.

A análise das entrevistas e formulários tem como produto final a inserção das respostas somadas aos dados obtidos através dos formulários. Assim, foi possível construir quadros comparativos e outros recursos visuais como organograma, tabelas e gráficos, recursos que facilitem a visualização mais clara dos dados coletados.

2 PANORAMA DA REFORMA AGRÁRIA DE 1995-2021

Esta seção está alicerçada em buscar definições, conceitualizações e reflexões, para assim, discuti-las. Sendo abordado o panorama da reforma agrária brasileira, pontuando o cenário desde o período da primeira manifestação de reivindicação pela terra em Campo do Meio, Minas Gerais até meados de 2021, buscando entender como a reforma agrária tem sido abordada em diferentes momentos de mudanças sociais, econômicas e políticas.

Brevemente, propõe-se discutir como a reforma agrária tem sido tratada desde o golpe de 2016 até o atual governo Bolsonaro, que carrega imbricado em seus apoiadores, o populismo e fascismo da extrema direita brasileira.

Através de um estudo crítico, intentou-se demonstrar como foram estabelecidos os parâmetros da reforma agrária no Brasil desde 1995 e brevemente, como cada governo preenche a pasta em torno da questão agrária no país até meados de 2021, ora reconhecendo os sujeitos e atores que lutam pela reforma agrária e ora criminalizando-os. Ademais, é proposto reconhecer as consequências das governanças nos números de ocupações e assentamentos no país, a fim de entender como esses números demonstram impactos na questão agrária pelo viés de cada governo e momento histórico do Brasil.

Organizou-se esta seção em quatro subseções. Inicialmente foram abordados os impactos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) na reforma agrária. Posteriormente, discutiu-se a abordagem da redistribuição fundiária dentro da agenda de governo que se comprometeu amplamente nessa frente nos últimos 13 anos. Por último, buscou-se refletir sobre o descompromisso dos governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual) com a reforma agrária.

2.1 PERCURSO DA REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE 1995-2002

A reforma agrária, é uma pauta presente no Brasil, que em certos momentos da história é silenciada e em outros, retomada com ênfase. O fato é que, no capitalismo, a questão agrária nunca deixou de existir, visto que, ainda não foi resolvida. Ênfase que o silenciamento ocorre em decorrência da criminalização, perseguição de movimentos socioterritoriais e de outros sujeitos políticos que

levantam a bandeira da RA em determinados momentos da história, como foi durante o Golpe Militar de 1964.

Após a abertura política do país em 1985 (fim da ditadura militar), a RA é retomada como agenda de governo, devido às pressões dos movimentos socioterritoriais, culminando no Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, elaborado durante o governo Sarney (1985-1989), mais precisamente no ano de 1985.

Durante o governo já mencionado de Sarney, consolidou-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A partir dessa data, tal legislação passou a ser instrumento central para planos e programas governamentais que abarcavam a tentativa de viabilização de execução da RA. Alguns pesquisadores apontam que o uso da Constituição como instrumento de base para construir as discussões sobre a RA seria um atraso, pois limitava o entendimento da questão agrária como um todo (e.g, STOREL FILHO; ALMEIDA; MORAES, 2007; FERREIRA, 2005; SANTOS, 2010).

Não serão aprofundadas as discussões sobre o PNRA ou sobre a Constituinte de 1988, já que interessa iniciar a discussão adjunta as primeiras ações de luta pela terra em Campo do Meio. Por isso, pontua-se o recorte temporal para conceituar a reforma agrária em âmbito nacional a partir de 1995.

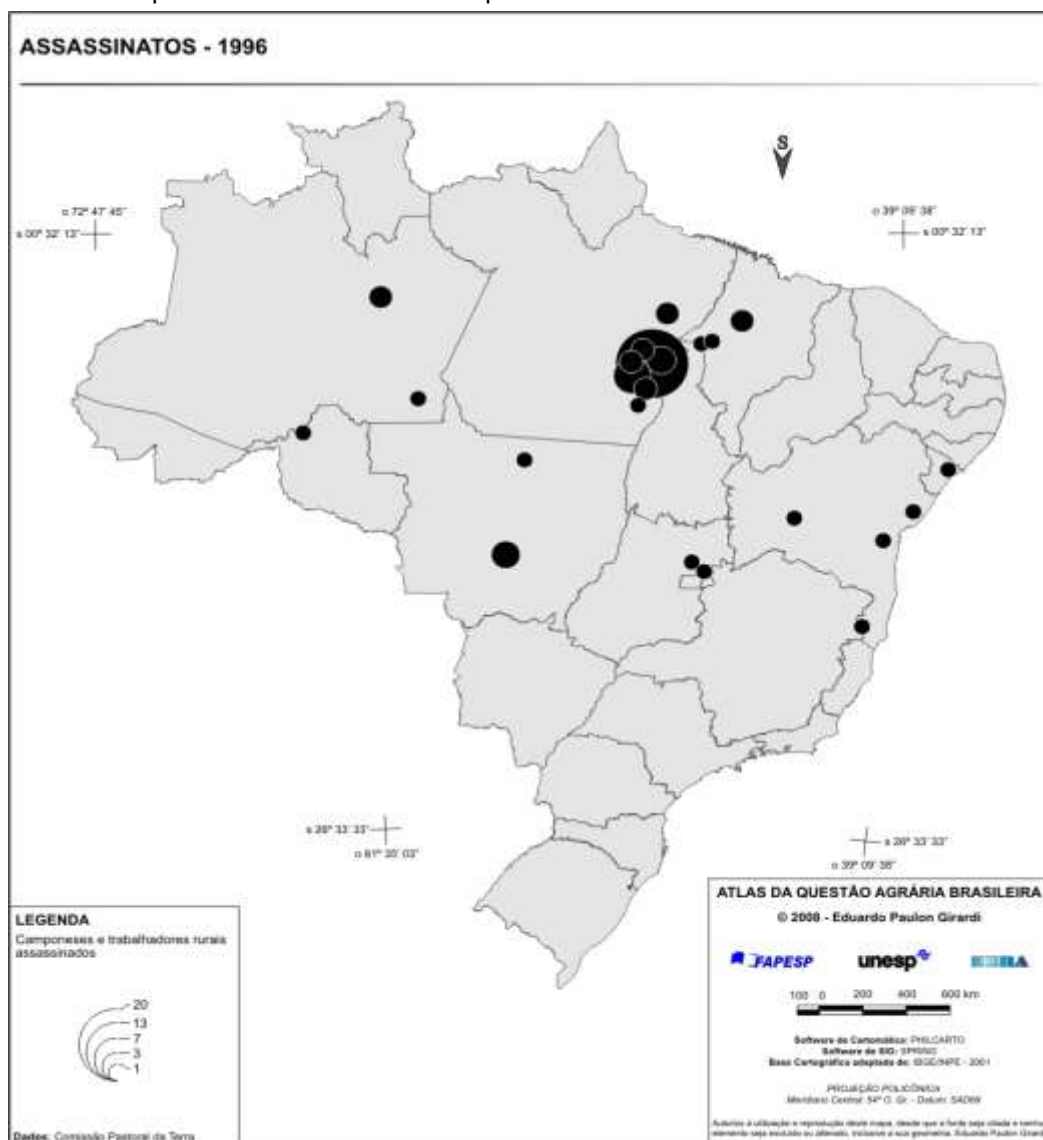
Nesse ano quem assume a presidência é Fernando Henrique Cardoso - FHC, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), eleito em 1995 e reeleito no ano de 1999. O então presidente apresentou um programa de reforma agrária com meta para assentar 280 mil famílias. Assim como no governo anterior, a nomeação para o MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) foi direcionada a um membro da UDR (União Democrática Ruralista), José Eduardo Andrade Vieira. Esse ponto comum marca um elo conservador e favorável à agricultura capitalista e em desfavor da reforma agrária (COCA, 2016; OLIVEIRA, 2001).

Segundo Carvalho Filho (1997), o plano proposto pelo governo de FHC para o desenvolvimento da reforma agrária no país a reconhecia como medida importante para o fortalecimento da agricultura familiar e para a redução de conflitos no campo, mas ao mesmo tempo, não pretendia alterar a estrutura fundiária. Não se tratava de uma reforma agrária, já que a concentração fundiária seria mantida. Como explica o autor, sobre o significado de RA considerado no plano de governo referido “o conceito de reforma agrária adotado, claramente compensatório, não apresentava condições

para alterar o padrão de concentração fundiária que sempre existiu no meio rural brasileiro” (CARVALHO FILHO, 1997, p. 102).

Apesar das propostas de desenvolver a RA, o governo do então presidente foi marcado por muitos conflitos e repressão policial contra o MST. Foi durante essa gestão que ocorreram os massacres de Corumbiara (12 sem terras foram assassinados por pistoleiros e policiais militares em 1995) e de Eldorado dos Carajás (21 sem terras foram assassinados por policiais militares em 1996). Para Oliveira (2001, p. 198), essa violência representa a “posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária”, que também é financiada pelo Estado e afirma a condição desigual da estrutura agrária no país.

Mapa 1 - Assassinatos no Campo no Governo FHC – 1996.



Fonte: GIRADI, 2008.

O mapa 1 traz os assassinatos no campo durante o ano de 1996. O maior número de mortes está concentrado no estado do Pará, devido ao massacre ocorrido em Eldorado do Carajás, conforme supracitado. O estado da Bahia também concentra grande parte dos assassinatos dos camponeses, seguido pelos estados do Maranhão, Amazonas e Mato Grosso.

Para Ferreira (2005), os conflitos agrários podem elucidar a baixa efetividade das políticas agrárias, mas não é o único parâmetro para verificar a falta de políticas nesse sentido. A violência no campo é marca da impunidade, é marca da concentração fundiária e de toda desigualdade que se faz presente e permanente no campo brasileiro.

Nesse processo, FHC implantou uma Medida Provisória (nº 2.183-56 de 24 de agosto de 2001), que impactou diretamente na luta pela terra, ao passo que buscou estancar os problemas agrários, na desmobilização dos sujeitos sociais que por ela lutam.

Art. 4º A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º **Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.**

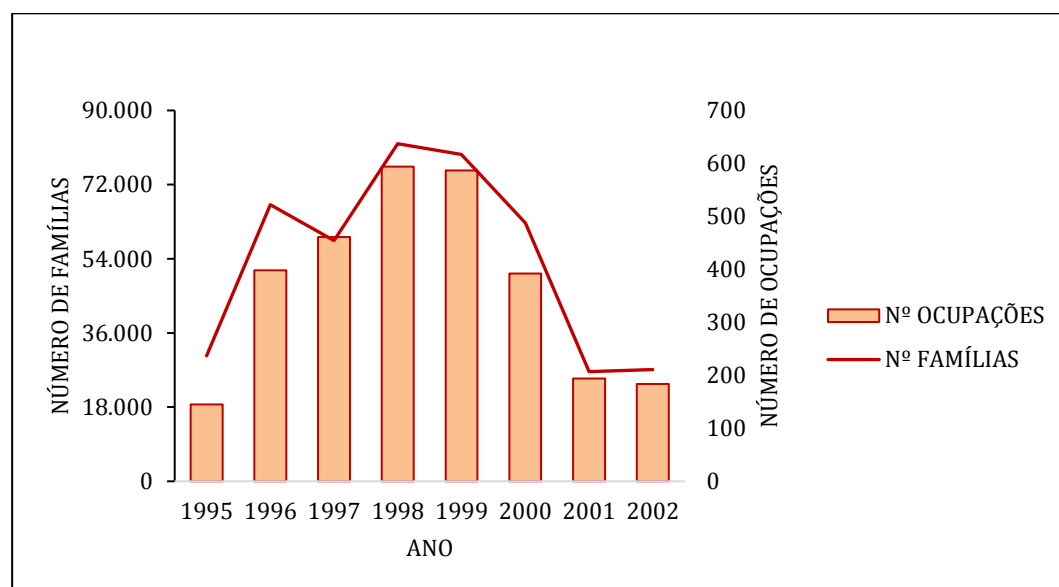
§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos (BRASIL, 2001, não paginado, grifo nosso).

Coca (2016), avalia que a medida supracitada tinha o intuito de coibir a ação dos trabalhadores sem-terra, desmotivando as ocupações. Essa seria uma forma de

conter a pressão social em torno da questão agrária. Para Santos (2010), as medidas para criminalizar os movimentos socioterritoriais e paralisar as ocupações de terra impactaram diretamente na desapropriação de áreas ocupadas. Além disso, a medida proibia a fiscalização em áreas ocupadas e assim, as vistorias nos latifúndios se tornam mais demoradas.

As implicações dessas medidas geraram redução na implantação de assentamentos e na regularização fundiária, abrindo espaço para o avanço do agronegócio e para as grandes concentrações fundiárias. Como nos gráficos 1 e 2, pode-se verificar as ocupações, assentamentos e o número de famílias no governo FHC.

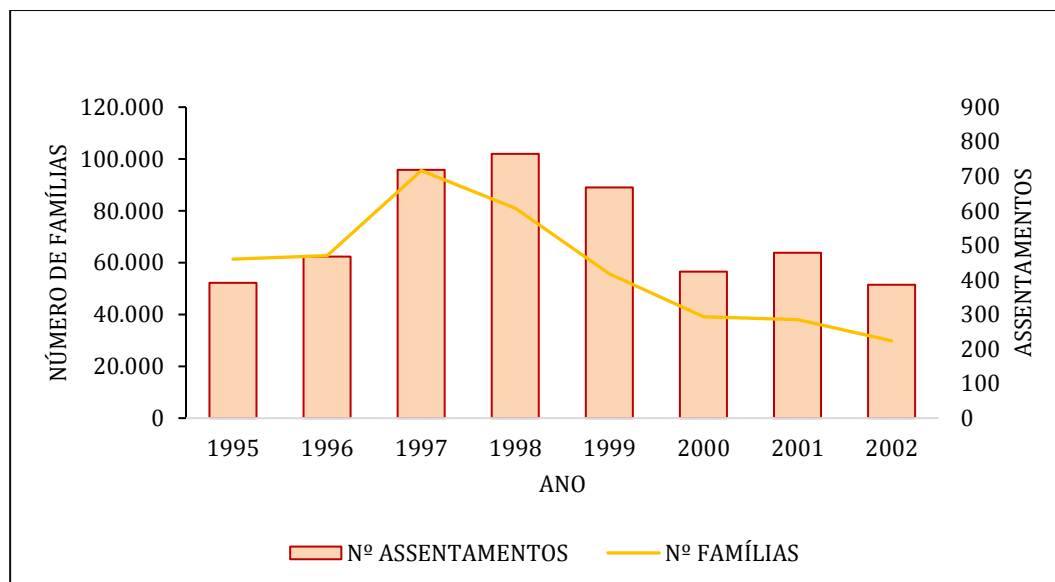
Gráfico 1 - Ocupações e números de famílias - Governo FHC (1995-2002).



Fonte: DATALUTA, 2020. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

As ocupações são intensificadas no segundo ano do mandato, em 1996. Entretanto, após a implementação da medida provisória citada anteriormente, o número de ocupações reduz expressivamente. Tal observação não indica que a questão agrária está resolvida, apenas que a medida foi um amparo para o Estado coibir a reivindicação pela terra através das ocupações, dando espaço para o avanço dos latifúndios. Referente ao número de assentamentos e famílias assentadas, os dados acusam que no segundo mandato os números não crescem de forma expressiva, e a partir dos anos 2000 os números de famílias assentadas diminuí. Como ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Assentamentos e famílias assentadas - Governo FHC (1995-2002).



Fonte: DATALUTA, 2020. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A luta pela terra pouco reconhecida pelo Estado e até mesmo pela sociedade, é constantemente árdua e demorada para quem depende da terra para morar, produzir e viver. As ocupações de terra configuram a etapa inicial dos acampamentos que reivindicam terra. A etapa seguinte, com as ocupações/ acampamentos, são permeadas por despejos que podem se repetir por inúmeras vezes. Em consequência dos despejos, a reocupação da área é feita pelos acampados com a finalidade de retomar o território. Essa movimentação entre tentativas de despejos e sua concretização é constante, até que seja atingida (com muita luta), a condição jurídica legal da terra, que estabelece aos acampamentos a condição de assentamentos (TURATTI, 2005).

Para Sigaud (2005), os acampamentos e as ocupações de terras favorecem a reivindicação pela reforma agrária no Brasil. Para a autora, existe relação direta entre os acampamentos (considerados pelo INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) como áreas conflituosas) e as desapropriações promovidas pelo órgão:

[...] o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), que até então tinha uma atuação modesta, começou a desapropriar as terras ocupadas e a redistribuí-las entre os acampados, tornando-os parceleiros, isto é, titulares de uma parcela de terra. As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado (p. 262).

A reforma agrária não é uma bandeira levantada pelo Estado. Reconhecê-la e buscar alternativas para sua realização, é obra isolada dos movimentos socioterritoriais e defensores de direitos humanos. Isso porque, falta ao Estado romper com a estrutura fundiária brasileira que concentra muita terra nas mãos de poucos proprietários. Assim, fica evidente um Estado permeado por contradições, a exemplo, temos leis, decretos e políticas públicas que reconhecem a reforma agrária, mas não as executam com excelência ou não avançam com as discussões sobre essas políticas para a realização da RA. Alguns dados mostram como as ocupações são essenciais para a conquista da terra e sinalizam que o Estado, em determinados momentos, reconhece as demandas da luta pela terra e que na maioria das vezes a silencia.

2.2 REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA: OS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2015)

Compreende-se que foi no século XX que se iniciou a organização dos movimentos socioterritoriais em busca de reivindicações por ações e políticas públicas que atendessem às demandas da classe trabalhadora rural. Nesse processo, “foram sendo conquistadas políticas públicas e criadas instituições que levaram o Estado brasileiro a incorporar em sua agenda a diversidade e a heterogeneidade existente no meio rural do país” (MATTEI, 2018, p. 294).

No ano de 2003 é apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária - II PNRA, ano em que o então presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva (PT), assume o cargo, sendo reeleito em 2006. O Plano dispunha de algumas medidas, como a recuperação de assentamentos, assistência técnica e projetos produtivos com sustentabilidade ambiental.

Segundo Mattei (2018), anteriormente a tal fato, em 1999, consolidou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que acolheu as mais diversas demandas do sistema familiar de produção. É importante ressaltar, que durante os governos Lula e Dilma (2003-2015), o MDA foi protagonista de diversas ações na tentativa de amenizar as discrepâncias na distribuição de terras no país, combatendo as desigualdades regionais.

Com a elaboração do II PNRA, instituíram-se os objetivos para democratização do acesso à terra e diminuição da exclusão da população agrária. Assim, como resultado, obteve-se o maior percentual de assentamentos rurais, totalizando 52% do

total historicamente realizado no país, mas que não prosseguiu com o governo Dilma (MATTEI, 2018).

As investidas do programa de governo do presidente Lula (2003), de certa forma elucidam o comprometimento com a reforma agrária. Para Carvalho Filho (2007, p. 95), o primeiro mandato do presidente Lula entre 2003 e 2007 foi marcado pelo “esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária”. Para o autor, a questão da RA é presente na agenda do governo, porém, de forma esvaziada diante do esperado e do proposto para concretizá-la.

A expectativa sobre a RA era constante no governo Lula. Os movimentos socioterritoriais ansiavam pela reforma agrária ampla, massiva e imediata. No decorrer do primeiro mandato, não houve o aceleração do processo da mesma. Tal fato foi na contramão da propensão do projeto de governo que acenava para a reforma agrária (FERREIRA, 2005).

É de ampla compreensão que a questão agrária não é pauta unânime entre parlamentares e senadores, o que sinaliza para uma das dificuldades no avanço de políticas agrárias. Para Ferreira (2005), os ruralistas marcavam imposições e articulações favoráveis ao agronegócio, impossibilitando o avanço da RA.

Ademais, a falta de quadro técnico se somou aos impasses para a efetivação do II PNRA, bem como os embates da defesa ruralista promovendo avanços ao agronegócio que desvalorizam formas de cultivo e comercialização que deles se distinguem. Assim, é possível listar ou associar elementos que marcaram a lentidão da execução do plano:

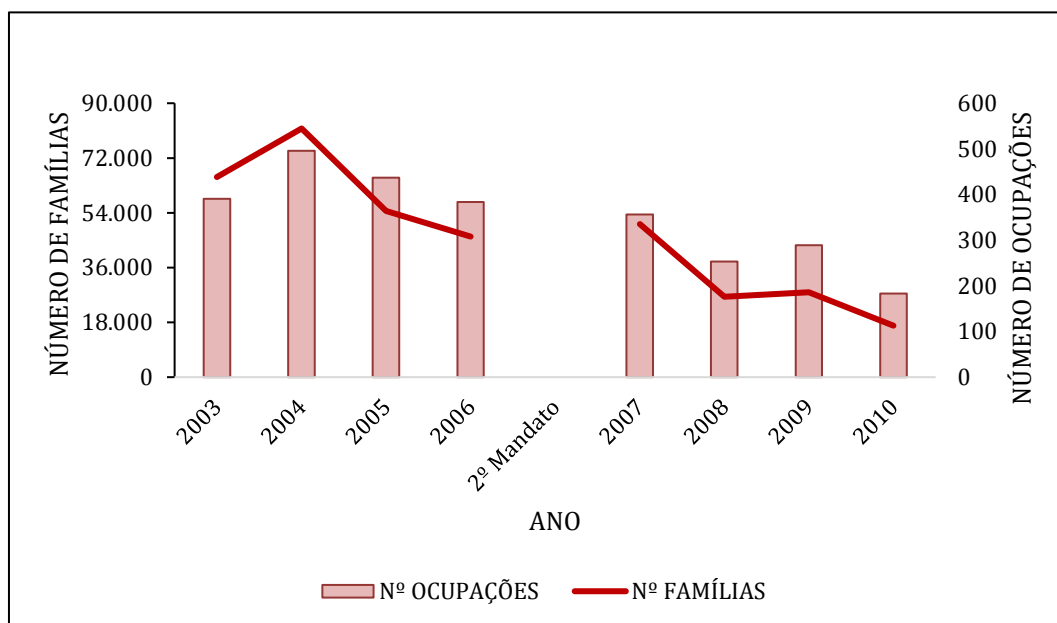
Restrições orçamentárias, insuficiência de quadro técnico, seja para apoiar os projetos de assentamento, seja para proporcionar assistência técnica aos assentados, um quadro fundiário que propicia a emergência de conflitos, além da presença de atores sociais com interesses opostos, de legislação desatualizada e, ainda, a necessidade de buscar a sustentabilidade ambiental, condição essencial a qualquer empreendimento rural (FERREIRA, 2005, p. 11).

Apesar de todas as adversidades e lentidão, foi nesse intervalo de 2003-2015 em que consolidaram-se ações públicas que proporcionaram a melhoria de vida daqueles que eram invisibilizados pelo Estado, “destacam-se os extrativistas, pescadores artesanais, povos ribeirinhos, povos da floresta, quilombolas e grupos indígenas, os quais passaram a ter acesso aos recursos das distintas políticas públicas” (MATTEI, 2018, p. 295).

Foi durante esse período de mandatos (2003-2015) do PT no Brasil, que tivemos o desenvolvimento e investimentos em políticas agrárias englobando assistência técnica, extensão rural, políticas de escoamento e comercialização, além claro, da regularização fundiária. A exemplo, podemos mencionar a expansão do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a criação do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e do MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Segundo Ferreira (2005), os movimentos socioterritoriais voltam a realizar ocupações de forma mais expressiva, como apontado no gráfico 3, pois o então presidente se comprometeu a anular a medida provisória nº 2183-56, além da promessa no II PNRA de priorizar o assentamento de famílias acampadas, diferentemente da postura dos outros governos. Porém, essa promessa foi descumprida. Mas é outro fator que colabora para o entendimento do aumento de ocupações em relação ao governo anterior.

Gráfico 3 - Quantitativo das ocupações e famílias no Governo Lula (2003 – 2011).



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Mapa 2 – Famílias em Ocupações no Governo Lula – 2004



Fonte: GIRADI, 2008.

A priorização de assentar as famílias acampadas é um destaque de assentamentos criados por meio da regularização fundiária. Segundo Coca (2011, p. 31) e Santos (2010), dentre as políticas de obtenção de terras¹ para reforma agrária no país a regularização fundiária foi a mais recorrida durante esse governo, tendo como característica a legitimação de “áreas já ocupadas pelos camponeses que ainda não possuíam título de posse delas. Possuem estas especificidades a incorporação, a cessão, o reconhecimento (nos casos referentes a títulos de posse) e a transferência”.

¹ Segundo Santos (2010), existem 12 tipos de políticas de obtenção de terras: Adjudicação, Arrecadação, Cessão, Compra, Confisco, Desapropriação, Discriminação, Doação, Incorporação, Reconhecimento, Transferência e Reversão de domínio.

Para Santos (2010), a desapropriação é a política de obtenção com maior número de assentamentos e de famílias assentadas, porém, os valores referentes as áreas assentadas não são os maiores. Segundo o autor, os projetos de assentamentos obtidos através da regularização fundiária apresentam áreas superiores.

Sucedendo o mandato de Lula, temos eleita a primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT). Assumindo a presidência em 2011, e sendo reeleita em 2015, ela teve seu governo interrompido por um golpe contra a democracia. Havia muita expectativa em relação à reforma agrária no governo Dilma, porém, os avanços não foram atendidos quanto o esperado.

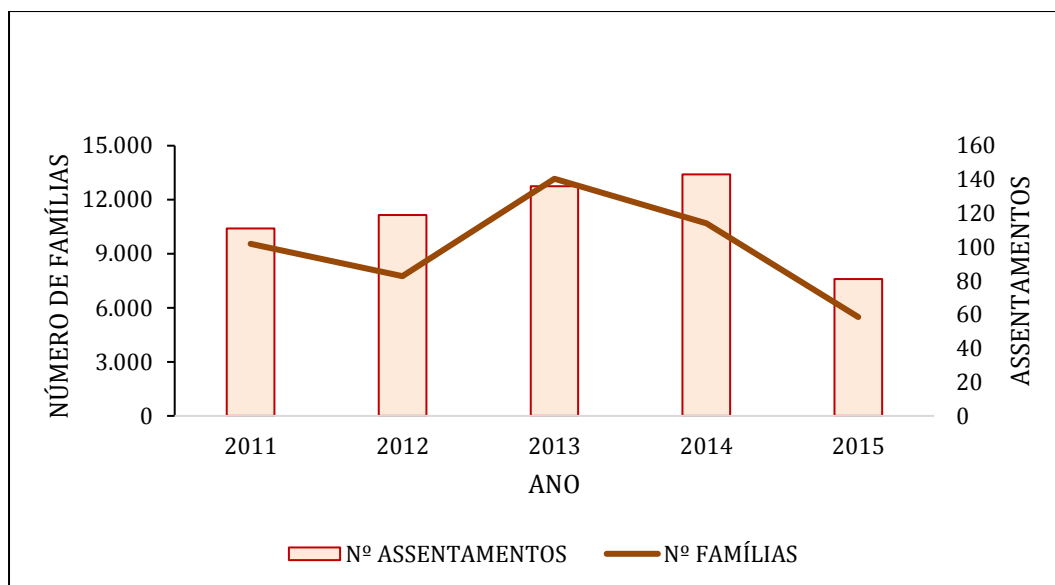
Durante seu governo, os índices de assentamentos foram baixos, em média 46.638 famílias foram assentadas nos 5 anos de mandato. Apesar de não ter modificado a estrutura fundiária como esperado, Dilma estabeleceu políticas agrárias para manutenção e permanência dos assentados na terra, valorizando a agricultura familiar (COCA, 2016). Mas, há de se considerar, que as políticas compensatórias implementadas fazem parte das limitações impostas pelo neoliberalismo, “essas políticas possuem natureza contraditória, ao tentar equilibrar dois elementos claramente opostos: a busca pela equidade e pelo crescimento econômico, sem considerar que o sistema capitalista é essencialmente desigual” (SILVA, 2017, p. 124).

Nesse sentido, para Coca (2016), o objetivo desse governo era trazer mais qualidade aos assentamentos e para isso foi proposto a criação de políticas agrárias para atender a produção e reprodução desses sujeitos. Ressalta-se que o autor também aponta que os dados sobre a criação de novos assentamentos não são satisfatórios.

No gráfico 4, pode-se verificar os números referentes aos assentamentos entre 2011 e 2015, demonstrando uma descontinuidade da desconcentração fundiária proposta no governo anterior, esbarrando nas dificuldades para efetivação da RA no país, que estagnou a produção familiar e avançou com o agronegócio das elites fundiárias.

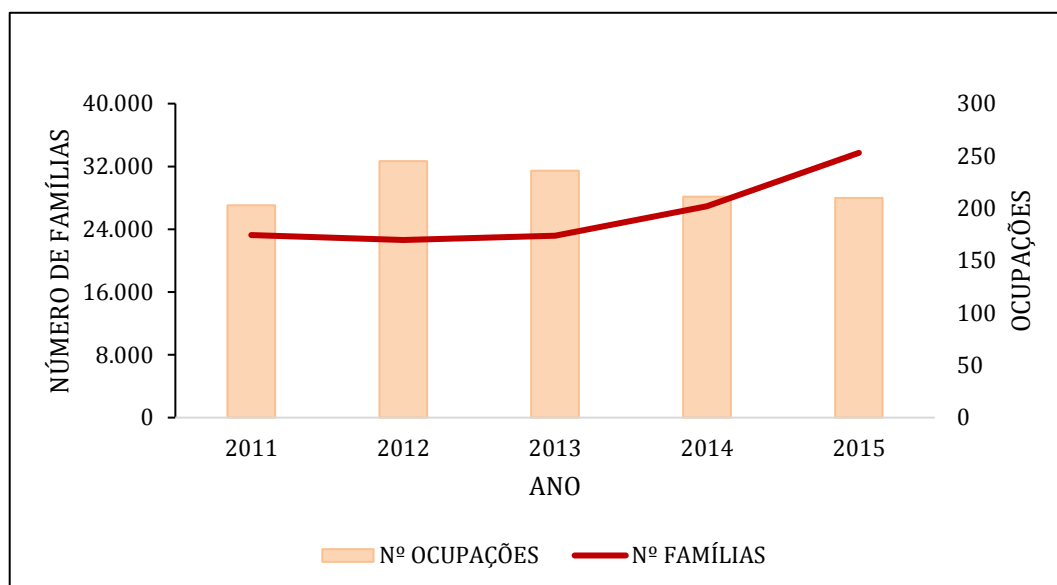
A política agrária vigente nesse governo era considerada tímida por não promover alterações na estrutura agrária e ser pouco ativa no encontro ao combate do agronegócio, que nas grandes propriedades fundiárias concentram o poder financeiro (FERREIRA, 2005; CARVALHO FILHO, 2007).

Gráfico 4 - Assentamentos e famílias assentadas - Governo Dilma (2011 – 2015).



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Gráfico 5 - Ocupações e números de famílias - Governo Dilma (2011-2015).



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Em relação aos números das ocupações realizadas durante esse governo, podemos notar certa estabilização no número de famílias nos três primeiros anos (2011-2013) e um aumento expressivo nos dois últimos anos (2014-2015), em

destaque para 2015 com 33.727 famílias nas 210 ocupações registradas no ano. É possível verificar no gráfico 5, que também se mantém uma média nos números das ocupações, sendo registrado o menor índice em 2011 com 203 ocupações, e em todo período registrado de mandato não ultrapassando 245 ocupações.

As políticas propostas durante o governo foram importantes, entretanto não configuraram a concretização da RA que foi confiada aos movimentos socioterritoriais através do plano de governo. A pressão da bancada ruralista e o percurso para o golpe contra a presidente se somam em obstáculos para o avanço da RA nesse período.

A bancada ruralista atua em defesa do agronegócio, contrária a reforma agrária e aos movimentos socioterritoriais que lutam pela terra e pela produção agroecológica. Segundo dados do relatório da OXFAM (2016), a bancada é caracterizada pelas atuações em direção a criminalização dos movimentos socioterritoriais e a deslegitimação da reforma agrária, seja por Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI, Propostas de Fiscalização e Controle – PFC ou Projetos de Lei – PL, que impactam diretamente no acesso à terra dos trabalhadores e trabalhadoras rurais vulneráveis.

2.3 GOLPE DE ESTADO: O GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018)

Mattei (2018), ao analisar as ações implementadas após o golpe de Estado ou o início de um desmonte generalizado no país, avalia a política agrária brasileira no governo Temer. Nesse contexto, no ano de 2016, a então presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff, foi derrubada por um golpe, onde Michel Temer (MDB), seu vice, assume a presidência do Brasil tendo seu mandato de 31 de agosto de 2016 até o final de 2018. Abaixo, o quadro 1 resume as principais alterações em prol do desmonte das políticas agrárias no governo Temer.

Quadro 1 - Principais alterações em prol do desmonte das políticas agrárias no governo Temer

Política Pública Agrária	Ano de criação	Função	Principais alterações
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2003	Permite a aquisição de alimentos, por parte do governo federal, diretamente dos agricultores familiares, sendo repassados para escolas, creches, hospitais.	Logo após a votação do impeachment foram cancelados os repasses de verbas (R\$ 170 milhões) do MDSA para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
Departamento de Renda e Agregação de Valor (DGRAV)	2003	Responsável pela implementação das ações do PAA sob responsabilidade do antigo MDA.	Extinto em 26/10/2016.
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	1940	Auxílio técnico para os agricultores familiares para a melhoria da produção.	Revogação da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural de entidades para apoiar cerca de 1.000 associações e cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária.
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)	2013	Viabilizar a prestação de serviço da ATER para agricultores familiares, pequenos e médios produtores, e promover o desenvolvimento rural sustentável em todo território nacional.	Exoneração em 28/07/2016 do presidente da ANATER no primeiro ano de seu mandato de 4 anos previstos em legislação específica.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	2000	Promover a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.	O governo provisório oriundo de um golpe de Estado em apenas 1 mês exonerou mais de 70 diretores, assessores e delegados do MDA nos estados brasileiros.

Alterações nas Legislações agrárias por meio da edição da MP n.º 759	2016	-	Alterações na Lei Agrária de 1993; Lei da Terra Legal; Lei que instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais pela edição da MP nº 759.
--	------	---	--

Fonte: Adaptado de MATTEI, 2018.

As alterações presentes no quadro acima são a face de um governo que retrocede em políticas agrárias e sociais, já que as modificações impactam diretamente os sem terras e a agricultura familiar (MATTEI, 2018; PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2021).

Para Pereira, Origuéla e Coca (2021), quando Michel Temer assume a presidência, o retrocesso das políticas sociais é iniciado atrelado ao neoliberalismo e à violência institucionalizada contra as minorias: povos do campo, da floresta, mulheres, negros, população LGBTQIA+.

As políticas neoliberais são vislumbradas ilusoriamente “como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 29), essas políticas objetivam o mercado antes dos indivíduos, agindo em defesa dos interesses da burguesia, onde a propriedade privada é base para a liberdade defendida.

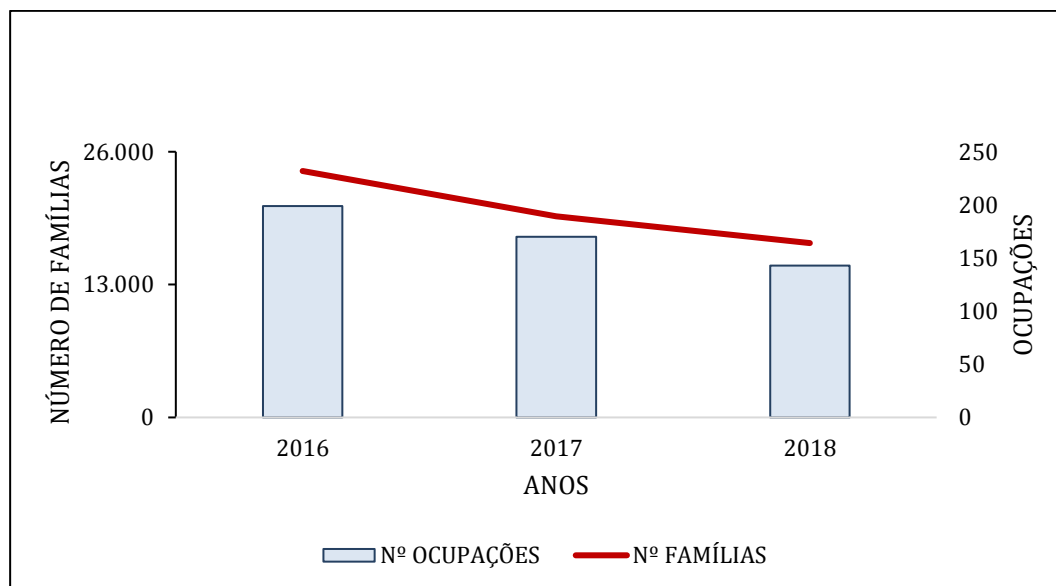
Como é possível pressupor que políticas desse cunho solucionem as desigualdades sociais tão presentes em nosso país? Ou que essas políticas atendem à interesses das populações em vulnerabilidades? Desde o golpe de 2016 presenciamos duramente o quanto essas políticas são antidemocráticas e autoritárias.

Com o prosseguimento do processo de impeachment, iniciaram-se medidas de desmonte da política agrária do país, com a extinção do MDA e fundição do antigo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, ao novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, “associando-se linear e superficialmente o social e o agrário” (MATTEI, 2018, p. 297).

Apesar de um esboço para o funcionamento do MDSA, logo transferiu-se sua estrutura para a Casa Civil. Cargos políticos foram acordados em função da atuação mais enérgica no impeachment da presidente Dilma, ocasionando um “desmonte da estrutura institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas que estavam em curso desde o momento de criação do MDA” (MATTEI, 2018, p. 298).

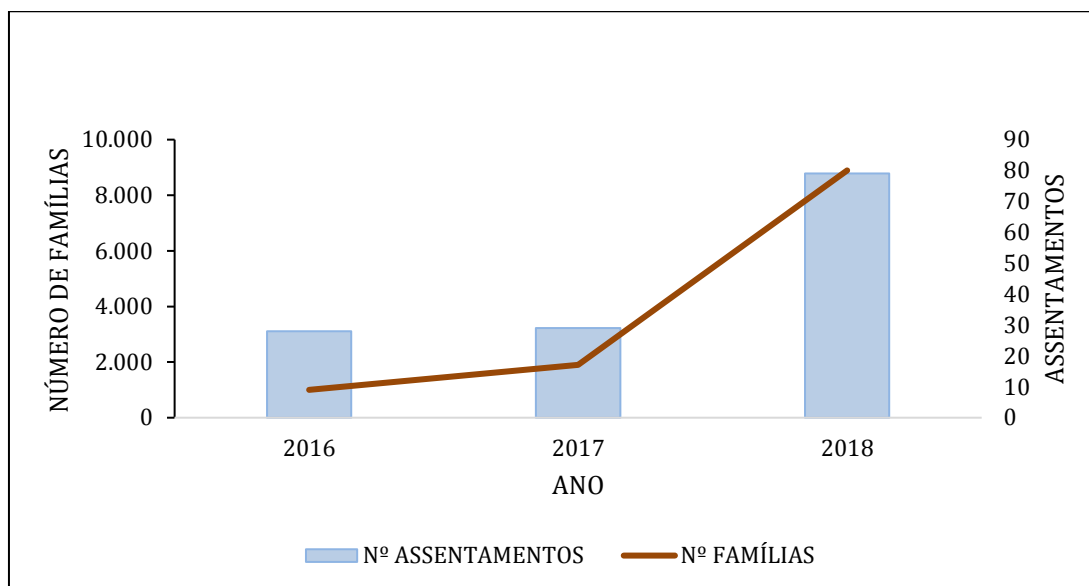
Para avaliar em que plano tem se dado o caminho em prol da reforma agrária desde o golpe de 2016, é preciso considerar alguns dados a respeito da criação de novos assentamentos. Tais índices de assentamentos no governo Temer também não são positivos. Segundo Pereira, Origuéla e Coca (2021, p. 13) “Apenas uma pequena parte desses assentamentos teve origem na desapropriação de terras, sendo mais comum o uso de políticas que não causam impacto na estrutura fundiária, como a regularização e o reconhecimento”. Nos gráficos 6 e 7, é possível observar os números referentes às ocupações e assentamentos na gestão do Temer, bem como o número de famílias envolvidas.

Gráfico 6 - Ocupações e números de famílias - Governo de Michel Temer (2016 – 2018)



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Gráfico 7 - Assentamentos e números de famílias - Governo de Michel Temer (2016 – 2018)



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Na análise dos dados acima, fica evidente a redução do número de assentamentos quando comparado com a gestão anterior, sinalizando retrocessos para a consolidação da RA. Entretanto, os dados das ocupações permitem inferir o quanto esta questão não foi resolvida, visto que o total das famílias nas ocupações somam mais de 60 mil. É necessário explicitar que esses quantitativos são referentes as novas ocupações entre os anos de 2016 e 2018, sem considerar valores de ocupações anteriores, que somam um número superior de famílias sem-terra.

O golpe de Estado de 2016 é um marco para o início dos desmontes das políticas agrárias e um consentimento para a degradação ambiental desenfreada proposta pela frente ruralista do agronegócio. Foi possível compreender a instantaneidade de ações logo após o impeachment, com as supressões de ministérios, exonerações, bloqueios de orçamentos já previstos e alterações em legislações específicas que impactam diretamente a possibilidade de ampla RA. Desde 2016 até meados de 2021, é notável o descaso com as pautas agrárias no país. Soma-se a este fato, o agravamento desse cenário com o atual governo, uma vez que não acena de forma positiva para tal pauta, já que não consta em nenhum momento em sua agenda de governo.

2.4 PASSAR A BOIADA E PARALISAR A REFORMA AGRÁRIA: OS EFEITOS DO DESGOVERNO BOLSONARO (2019-2021)

Em um momento crítico do avanço do neoliberalismo e desvalorização das políticas sociais, assume a presidência do Brasil, no ano de 2019, Jair Messias Bolsonaro (atualmente sem legenda partidária).

Foi com a ascensão da extrema direita no Brasil, que discursos de ódio foram e são constantemente propagados, auxiliados por notícias falsas. Na tentativa de caracterização das políticas do atual governo brasileiro, com o presidente Jair Bolsonaro (2019 - atual), algumas semelhanças são colocadas em questão quanto à proximidade ao fascismo do século XX.

Por não possuir um projeto de governo, a atual gestão aproxima-se dos ideais neoliberais para legitimar sua política que exclui direitos básicos e que acentua os abismos sociais com a concentração das riquezas de uma minoria privilegiada que o apoia. Desde o início de seu mandato estiveram em curso desmontes em todas as áreas: educação, saúde, fomento à pesquisa e políticas agrárias. Dessa forma, interrompeu-se políticas públicas criadas em governos anteriores, como por exemplo, o PAA, Ater e Anater, por meio da extinção de órgãos, exonerações em massa, bem como fusão de pastas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (FERNANDES et al, 2020).

Ataques são constantes a qualquer forma de tentativa de organização de políticas em prol da reforma agrária, seja por meio de nomeações que vão ao encontro de defensores do mantimento dos privilégios à grandes latifundiários ou por declarações incessantes de insultos aos camponeses, bem como aos povos indígenas, no intuito de criminalizá-los. Dessa forma:

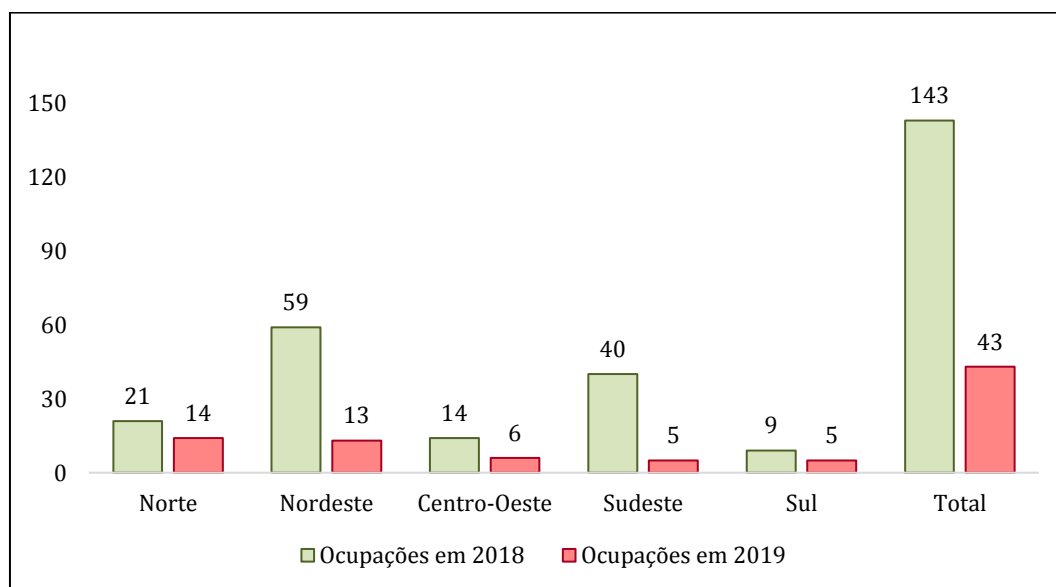
Não realizar a reforma agrária é uma estratégia do governo Bolsonaro, que tem defendido o uso de armas contra as ocupações de terra. O ano de 2019 foi marcado por despejos, violência contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos, e pelo aumento de assassinatos. (FERNANDES et al, 2020, p. 344).

Ao pontuar a importância dos acampamentos e dos assentamentos como consolidação da luta pela terra, é necessário rever dados anteriores ao governo em análise, para mensurar para além da teorização. Segundo dados do DATALUTA

(2020), no ano de 1985 que sinaliza o início da redemocratização, foram registrados 03 assentamentos. Com o avanço dos anos, os números foram aumentando de forma tímida e com muita oscilação, ao considerar um período de mais de 20 anos, passando de 02 assentamentos para 872 assentamentos.

É possível verificar que desde o ano de 2011, os números de assentamentos se mantêm em uma média baixa, variando de 143 assentamentos a 02 assentamentos. De fato, esses dados não simbolizam que a questão agrária no Brasil está sanada e por isso os índices estão reduzindo tão significativamente. Pelo contrário, esses números sinalizam que o Estado não tem reconhecido a reforma agrária em sua agenda. Os dados sobre as ocupações por região estão expostos no gráfico 8

Gráfico 8 – Ocupações por região – Comparativo entre os anos de 2018 e 2019



Fonte: DATALUTA (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

No que se refere às ocupações, os dados demonstram que houve 43 novas ocupações em 2019, ou seja, a demanda pela terra é existente e a resistência se dá por meio dos sem terras acampados. A redução nos números de ocupações é expressiva, principalmente na região sudeste e nordeste do país. O atual governo tem discursado de maneira violenta e truculenta contra os movimentos socioterritoriais em especial ao MST, sendo essa uma hipótese para a redução dos números das ocupações. O movimento tem buscado outras formas de resistência que sejam

seguras para os trabalhadores e trabalhadoras, mas que sinalizem sua força produtiva e a necessidade de reforma agrária no país.

Como, por exemplo, ações de solidariedade em todo país. Desde doação de alimentos, marmitas solidárias, confecção de máscaras entre outras ações que “se dão na contramão dos que defendem o lucro acima da vida e demonstram a insuficiência da assistência prestada pelo poder estatal diante da mais aguda crise sistêmica e sanitária do último período (PEREIRA, 2020, p.68) . São essas ações que afirmam a resistência ativa do movimento.

A oposição ao atual governo pelo MST tem se dado pela resistência ativa, consolidada na solidariedade e na negação do modelo produtivo do agronegócio. É por essa resistência que o movimento destaca a “missão que é produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora”, em compromisso com a Reforma Agrária Popular (PEREIRA, 2020, p.67).

O fato de não haver assentamentos criados em 2019, não significa que a demanda pela terra não existe ou que foi esgotada, pois na contra mão dos dados dos assentamentos legitimados, tem-se as ocupações e os novos acampamentos, apontando a reforma agrária ainda como uma questão que se faz urgente e necessária. No mesmo ano em que não houve o reconhecimento de assentamentos, observa-se a regulamentação de 02 assentamentos que tiveram o seu processo iniciado em gestões anteriores.

Dessa forma, o cenário pontuado acima se dá como reflexo do cenário político atual, em que o Estado estabelece conciliações sólidas com a bancada do agronegócio e que claramente não tem em sua agenda as demandas pela reforma agrária, pois seu objetivo é atender aos interesses de territorialização do agronegócio e para isso é necessário desterritorializar os movimentos socioterritoriais que lutam pela terra.

O cenário atual tem destacado a participação direta de grandes empresas de tecnologias e de distribuição na agricultura. Essas Big Techs² estão buscando o controle da produção e escoamento de alimentos, por meio do pressionamento do pequeno produtor. “Mas a tecnologia não se desenvolve em uma bolha. Ela é moldada por dinheiro e poder, duas coisas que, no setor da tecnologia, estão extremamente concentradas” (GRAIN, 2019, não paginado). Com isso, são acirradas

² Empresas globais de tecnologia.

as disputas de preços pela livre competição de mercado, que se mostra tão desleal aos pequenos produtores quanto para os consumidores.

Atrelados a essas tecnologias, o agronegócio soma-se ao desmonte das políticas voltadas ao combate à fome. Escancara-se que a segurança alimentar e nutricional não é pauta da agenda do atual governo, muito menos o compromisso em garantir minimamente alimentos saudáveis às instituições atendidas pelo PAA e PNAE. A ruína dessas políticas somadas a desvalorização da agricultura familiar, caminham para a perversidade da promoção de alimentos transgênicos e para o crescimento desenfreado do agronegócio, que nada produz para modificar o cenário da fome no país. Na sua produção de commodity, que no ideário governamental causa tanto orgulho, são deixados de lado as consequências para sociedade brasileira do retorno ao mapa da fome, ao aumento de desastres ambientais e das desigualdades sociais como um todo, principalmente neste período tão delicado de crise sanitária ao vivenciar a pandemia global da Covid-19, que em nada abalou os grandes latifundiários e que fragilizou os camponeses expostos à ausência de políticas públicas.

3 O MST NO SUL DE MINAS GERAIS: ENTRE ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS.

Neste momento, reservamos espaço para descrever o histórico do MST em Campo do Meio-MG. A finalidade deste capítulo é propor um entendimento do cenário de luta estabelecido pela presença dos acampamentos e assentamentos na zona rural do município.

O MST foi fundado há quase 38 anos no estado do Paraná, desde então tem se articulado em nível nacional, organizando as reivindicações por reforma agrária. O movimento estabelece a luta para além da conquista da terra, preocupando-se também com as formas de produção e de trabalho em totalidade com a natureza (OLIVEIRA, 2001).

Como nosso foco de pesquisa ronda sobre as relações dos assentamentos e dos acampamentos em Campo do Meio, submetemos uma definição histórica e econômica desse acampamento para que nos capítulos posteriores possamos analisar e discutir as políticas acessadas por esses sujeitos.

Os acampamentos e assentamentos são organizados e territorializados por movimentos socioterritoriais, em especial pelo MST. É essencial entender como estes sujeitos estabelecem suas relações com o território para então discutir suas configurações. Sendo assim, expomos os movimentos socioterritoriais como sujeitos fundamentais na luta pela reforma agrária e afirmamos sua discussão como necessária para refletir a respeito dos acampamentos e assentamentos.

3.1 TERRITÓRIO DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

Silva e Fernandes (2005), propõem estudos sobre os movimentos sociais a partir de uma leitura geográfica, e por esta perspectiva versaremos sobre o conceito de movimentos socioterritoriais. Ressaltamos que é enfatizado pelos autores que os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais são o mesmo sujeito coletivo, onde o primeiro é entendido pela perspectiva sociológica e o segundo pela perspectiva geográfica.

Neste sentido, buscaremos entender como esses sujeitos coletivos configuram seus espaços e territórios de ação em que “constroem seus espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu

desenvolvimento” (SILVA e FERNANDES, 2005, p. 89). A partir da construção desses espaços e do desenvolvimento de suas práticas, esses sujeitos são configurados como atores sociais fundamentais para as mudanças espaciais, sociais e por consequência, modificações territoriais.

Para Fernandes (2005), os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e espacializam-se, tendo o território como essencial e logo como caminho para atingir os propósitos do movimento. Sendo assim, o território é fundamental para sua existência.

Os movimentos transformam espaços em território, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e de resistência e por essa razão carrega em si sua contradição (SILVA e FERNANDES, 2005, p.87).

Devemos dar especial destaque à relação entre territórios como espaço de governança e propriedades determinados por políticas de desenvolvimento que organizam e definem o território à guisa dos interesses de quem as estabelece (FERNANDES, 2005; 2007). Sob esse viés, o autor pontua como fundamental a compreensão de que cada território é uma totalidade e que as mesmas são multidimensionais, onde a dimensão política se relaciona com a dimensão ambiental, cultural, social, econômica etc.

O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço (FERNANDES, 2005, p. 28).

Fernandes (2007, p.83), explana que o território deve ser visto como uma totalidade configurada por unidades territoriais que geram totalidades. Por serem criações sociais, os territórios estão em constante conflitualidade geradas a partir e pelas suas totalidades. A respeito dessas tensões estabelecidas no território, o autor propõe uma reflexão sobre o território camponês e o território capitalista, que são produzidos por duas relações sociais distintas, do camponês e do latifundiário.

[...] o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo

o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado (p.83).

Para Raffestin (1993, p. 161-162), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial, onde:

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder.

Cada território possui suas próprias territorialidades que são manifestadas pelo movimento das relações sociais que se mantêm no território produzindo e reproduzindo suas ações próprias ou apropriadas, assim, “os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 30).

A territorialização da luta pela terra é construída pelos movimentos socioterritoriais, em especial o MST através das ocupações e assentamentos. A espacialização da luta ocorre por meio das ocupações em oposição à exploração e expropriação. Fernandes (2001, p.3), corrobora para o entendimento da territorialidade das ocupações como fruto dos territórios dos movimentos socioterritoriais e como materialização da luta de classes.

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. **É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação.** A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (grifo nosso).

A ocupação das terras que não cumprem sua função social³ é etapa essencial para a reivindicação da reforma agrária. Nesse sentido, os acampamentos rurais resultantes das ocupações de terra, têm se tornado nos últimos 40 anos a forma

³ A função social da terra é definida pela Lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964. Estabelecendo que a propriedade da terra desempenha a sua função social quando, simultaneamente: **a)** favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; **b)** mantém níveis satisfatórios de produtividade; **c)** assegura a conservação dos recursos naturais; **d)** observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

apropriada para reivindicar a terra e a reforma agrária no Brasil. As desapropriações resultantes dos acampamentos por meio das ocupações, indicam mudanças na organização do rural e do Estado, quando reconhecem a legitimidade desses acampamentos (FERNANDES, 2001; SIGAUD, 2005).

Para elucidar as características que definem e diferenciam os assentamentos dos acampamentos é exposto o Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição comparativa entre assentamentos e acampamentos

Aspectos	Assentamentos	Acampamentos
Território	Fixo e determinado (individual e coletivamente)	Provisório e indefinido (individual e coletivamente)
Atividades produtivas	Constantes, baseadas na posse da terra e desenvolvimento da agricultura, com obtenção de renda.	Escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros.
Sociabilidade	Similar à dos bairros rurais tradicionais, ainda em processo constante de consolidação.	Calcada na “economia de guerra”; solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais.
Relação com o MST	Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o movimento exerce sobre a atividade produtiva e sua organização.	Dependência absoluta, tanto para a sobrevivência material quanto para o êxito na obtenção de terras.
Condição Jurídica	Legal	Ilegal

Fonte: TURATTI, 2005.

Os acampamentos são entendidos por Turatti (2005), como territórios provisórios e indefinidos. Essas considerações partem do princípio de que esses territórios são entendidos como ilegais e dessa forma correm riscos constantes de despejos. Justificando, a colocação de indefinidos e provisórios, dado que há também a possibilidade de manutenção e realocação dos acampamentos.

Como demonstrado no quadro 2, algumas diferenciações entre assentados e acampados são acentuadas pelo território e pela condição jurídica. Esses aspectos potencializam as desigualdades entre os sujeitos, isso porque a ilegalidade na terra pela condição jurídica, nega aos acampados o acesso às políticas agrárias que fomentam a produção. O não acesso à linha de crédito, assistência técnica e extensão rural ou até mesmo a políticas de comercialização, marcam esses camponeses em uma situação difícil. Sem subsídio, as chances de produzir diminuem, já que pela condição imposta, as perspectivas de permanência na terra também são abaladas. Assim, as relações estabelecidas com o MST são integralmente de dependência (materiais e para obtenção de terras). Esse cenário dos acampamentos vai sendo modificado com a permanência dos acampados na terra, que aos poucos começam a avançar com o desenvolvimento das atividades produtivas, estabilizando-se no território de forma mais autônoma (TURATTI, 2005).

Para Silva e Fernandes (2005), é fato que o acesso à terra pelos movimentos socioterritoriais tem se dado como resposta a falta de iniciativa dos governos. Assim, a reforma agrária não é iniciativa dos governos, mas resposta às ações dos movimentos socioterritoriais. Os assentamentos são frutos da reforma agrária advindas das ocupações que expressam uma forma possível de reivindicar terra no Brasil.

Visto que os acampamentos rurais podem ser lidos como possibilidade da materialização da luta pela terra no país, enfatizamos que as formas de ocupações de terras improdutivas apontam para a urgência em realizar a reforma agrária. Dessa forma, ressaltamos a importância da luta e permanência na terra para que as demandas desses sujeitos sejam reconhecidas. Pois é a partir da condição de permanência no território que o desenvolvimento da agricultura se torna uma possibilidade próxima, representando a produção da vida por meio da produção de alimentos.

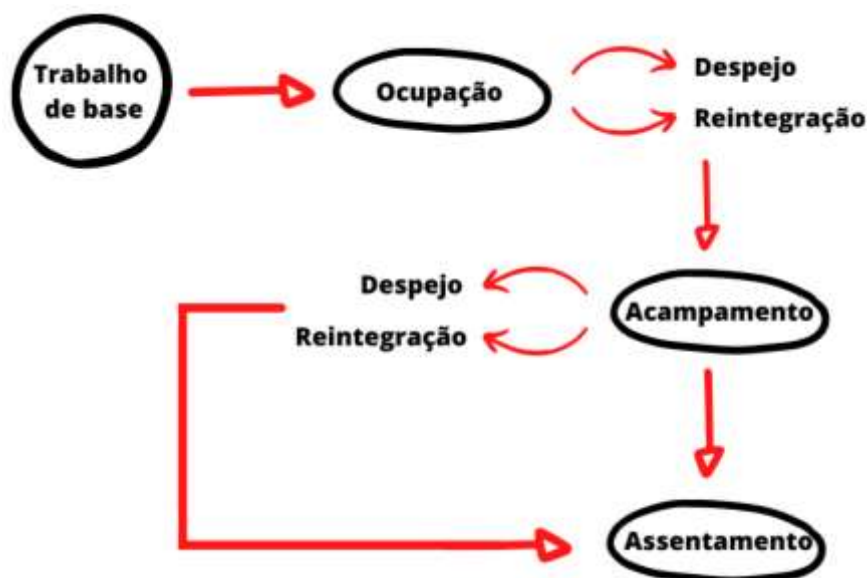
O trabalho de base configura etapa inicial para as ocupações de terra. A etapa seguinte são as ocupações/acampamentos, essa etapa é permeada por despejos que

podem se repetir por inúmeras vezes. Em consequência aos despejos, a reocupação da área é feita pelos acampados a fim de retomar o território. Essa movimentação entre tentativas de despejos e despejos é constante, até que seja atingida (com muita luta), a condição jurídica legal da terra que estabelece os acampamentos em assentamentos (FERNANDES, 2005; TURATTI, 2005).

Nos últimos 20 anos tivemos em determinados cenários aumento no número de assentamentos rurais, exceto nos anos de governo de Michel Temer e Bolsonaro, ou seja, dentro dessa perspectiva não podemos considerar os anos de 2016 a 2021 para essa afirmação. Esse aumento deve ser visto como uma forma de reação do Estado aos conflitos no campo. Nesse caso, não há o enfrentamento das estruturas de desigualdades presentes, pois a estrutura fundiária não foi alterada (a concentração de terras se faz permanente). Consequentemente, essas ações podem ser avaliadas como políticas compensatórias, devido ao movimento do Estado em minimizar os conflitos, e não com o rompimento da estrutura desigual no campo (SILVA et al., 2013).

A figura 1 traz as etapas para a configuração dos assentamentos, esse processo não deve ser interpretado como simplório, a intenção da figuração é ilustrar as etapas a fim de facilitar a leitura sobre as ocupações e seus percursos até os assentamentos. Afinal, esse percurso ao assentamento pode perdurar por muitos anos até que a condição legal da terra seja reconhecida aos acampados.

Figura 1. Etapas para os assentamentos.



Baseado em Fernandes (2001, 2005) e Turatti (2005). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Os assentamentos rurais configuram o território para transformação social, cultural e econômica. Os impactos dos assentamentos vão além do local e partem também para o regional, dependendo das relações de produção e de comercialização estabelecidas pelos assentados (SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006; LEITE et al., 2004).

Para Silva et al. (2013, p. 8), os assentamentos são uma organização política e social constituída pela experiência de luta nos acampamentos e que são concebidos como um novo território “quando se pensa sob a óptica de um espaço apropriado e fruto de um conflito de classe”. Mas essa não é exclusivamente a única forma de consolidação dos acampamentos.

Segundo dados do DATALUTA (2020), são mais de 1.095.883 famílias assentadas no país que estão distribuídas em 9.529 assentamentos, esses dados referem-se até o ano de 2019. Os números das famílias acampadas são mais difíceis de serem obtidos com precisão. Durante o período de 1988 a 2019 registram-se 7.985 ocupações, com a participação de 1.105.421 famílias. Conforme mencionado em momento anterior, o processo de desapropriação constante, condiciona aos acampados um território provisório e propício à reocupação/reterritorialização (ibidem).

Assim, refletimos sobre o que Fernandes (2007) aponta a respeito do avanço da territorialidade do agronegócio, que ampliou seu controle sobre as relações sociais e sobre o território, acentuando ainda mais a concentração de poder. Além disso, a agricultura do capital busca criminalizar os movimentos socioterritoriais e suas formas de obtenção de terra. Sendo assim, o cenário pontuado acima se dá como reflexo do atual panorama político em que o Estado estabelece conciliações sólidas com a bancada do agronegócio e que claramente não tem em sua agenda as demandas pela reforma agrária, pois seu objetivo é atender aos interesses de territorialização do agronegócio e para isso, é necessário desterritorializar os movimentos socioterritoriais que lutam pela reforma agrária.

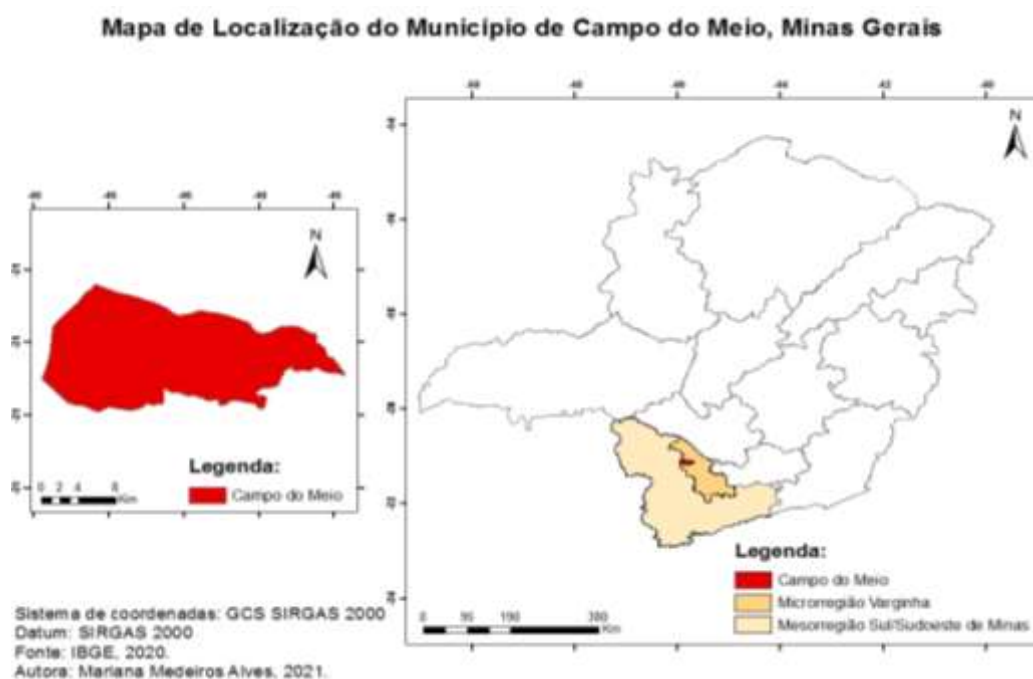
As pressões dos movimentos socioterritoriais são fundamentais para a garantia do direito de acesso à terra, de fato as ocupações e os acampamentos são instrumentos necessários aos movimentos socioterritoriais. Os acampamentos devem ser sinalizados como caminho para alteração, ainda que minimamente, da concentração fundiária. Visto que, os acampamentos reconhecidos pelo Estado são

regularizados legalmente em assentamentos com território fixo, o que concebe aos assentados um novo território, que até então era mantido pelas territorialidades.

3.2 MST NO SUL DAS GERAIS - CAMPO DO MEIO

A reforma agrária é uma política territorial, portanto, é fundamental compreender os conceitos de território e movimentos socioterritoriais. A jornada traçada pelo MST no sul de Minas Gerais é marcada pela primeira ocupação de terras na região no ano de 1996. Essa ocupação ocorreu no município de Campo do Meio, pertencente a Mesorregião Sul/ Sudoeste de Minas Gerais, inserido na microrregião de Varginha, como destacado no mapa 3.

Mapa 3 - Localização de Campo do Meio, MG.



Analisar os indicadores econômicos auxilia na descrição do município, mas sua análise isolada não é capaz de traçar a totalidade de sua caracterização, por isso, associar indicadores econômicos com indicadores sociais, por exemplo, colabora para uma exposição e análise mais completa das totalidades e singularidades do município. Dessa forma, a tabela 1 apresenta o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de Campo do Meio, de Minas Gerais e do Brasil.

A renda per capita é 472,71, sendo o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 0,683 em que o IDHM Renda é 0,655, o IDHM Longevidade 0,827

e o IDHM Educação 0,588. O número de empresas e outras organizações atuantes é de 196, o pequeno município mineiro detém grande parte da economia advindo do setor econômico agropecuário, questão que será explorada no decorrer deste capítulo (ATLAS BRASIL, 2020).

Tabela 1 – Comparativo do índice de Desenvolvimento Humano de Campo do Meio – 2017

Territorialidades	IDH	IDH – Educação	IDH - Renda	IDH - Longevidade
Brasil	0,778	0,74	0,75	0,85
Minas Gerais	0,787	0,75	0,74	0,88
Campo do Meio	0,683	0,58	0,65	0,82

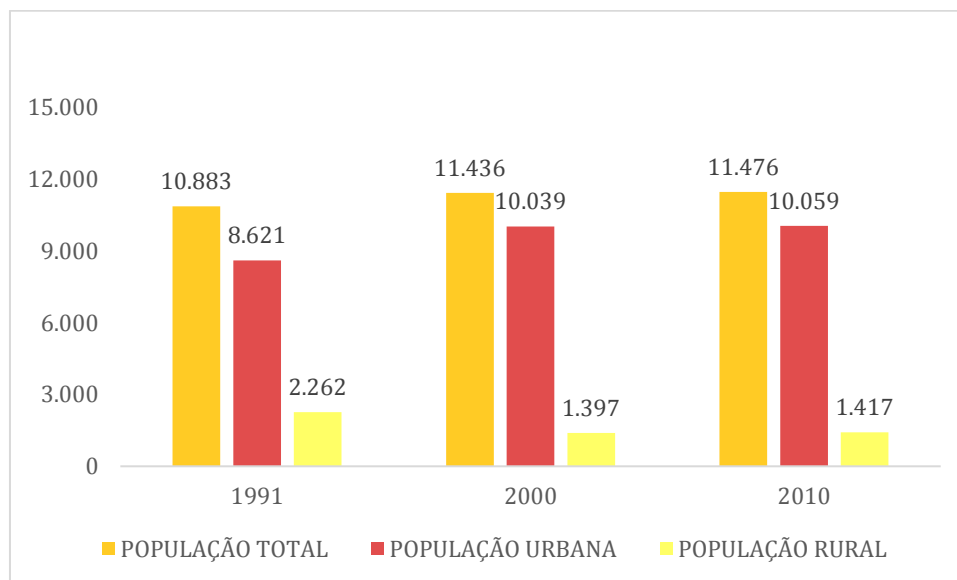
Fonte: ATLAS BRASIL (2020).

Os dados municipais comparados em nível estadual e nacional apresentam distanciamento entre as médias, sendo os índices municipais inferiores aos demais. Comparar os índices em diferentes escalas permite vislumbrar o arranjo do desenvolvimento do município em paridade com outros contextos.

No tocante aos rendimentos, é necessário analisar os índices dos ocupados no município. O setor agropecuário é responsável por aproximadamente 48,22% das ocupações, seguido pelo setor de serviços (28,09%), pelo comércio com 9,16%, indústria de transformação (6,74%), construção (4,89%), serviços industriais de utilidade pública (0,45%) e por fim, o setor extrativo mineral com 0,11% dos ocupados. A economia do município apresenta rendimento médio dos trabalhadores formais de 1,6 salários mínimos. Enquanto o percentual de pessoal ocupado é de 11% (1.282 pessoas), sendo 3,90% dos ocupados sem rendimentos (ATLAS BRASIL, 2020).

O último censo foi realizado no ano de 2010, devido a pandemia do covid-19, o censo programado para o ano de 2020 foi adiado para 2021 devido à falta de repasse de verbas do governo federal para o IBGE. Assim, o censo foi remanejado para este ano 2022. Dessa forma, justifica-se o uso dos dados referentes ao censo de 2010.

Gráfico 9 - Distribuição da População Rural e Urbana de Campo do Meio.



Fonte: IBGE, 2010. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A população do município no ano de 2010 era de 11.476 habitantes em área territorial de 275,426 km², apresentando densidade demográfica de 41,67 habitantes por km². Segundo o IBGE, a população em 2020 é estimada em 11.651 habitantes (IBGE, 2010).

O município mineiro apresenta predominante população urbana, sendo que no ano de 1991 a população residente na zona urbana representava aproximadamente 79,21% da população total, em 2000 era aproximadamente 87,78% e em 2010 registra-se aproximadamente 87,65%. Com os dados expostos no gráfico 9 é possível observar que o município apresenta um baixo índice de crescimento populacional, de 1991 até o último censo realizado em 2010 a população total cresceu cerca 5,44%, de 2000 para 2010. A população rural diminuiu de 1991 para 2000, passando de 2.262 habitantes para 1.397, porém, de 2000 para 2010 apresenta crescimento dessa população, de 1.397 para 1.417 habitantes (ATLAS BRASIL, 2020).

Traçado inicialmente a caracterização do município, exploraremos algumas questões histórico-econômicas e político-sociais que fundamentam a concentração agrária no município e região. Além disso, também abordaremos as relações de trabalho estabelecidas nas estruturas agropecuárias que exploram os trabalhadores e trabalhadoras rurais e posteriormente os desampara.

Tabela 2 - Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar.

Comparativo do Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários de Campo do Meio		
Estabelecimentos Agropecuários		
Ano	2006	2017
Não familiar	142	199
Agricultura familiar	499	685
Total	641	884
Área dos Estabelecimentos Agropecuários		
Ano	2006	2017
Não familiar (ha)	7.573,40	11.267
Agricultura familiar (ha)	4.580,30	6.539
Total	12.153,70	17.806

Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Em consulta ao censo agropecuário observamos como está configurada a estrutura agrária do município e suas modificações ao longo dos anos. Atualmente, o município de Campo do Meio registra 884 estabelecimentos agropecuários, sendo 685 classificados como da agricultura familiar e 199 como não sendo da agricultura familiar. Esses valores indicam que a agricultura familiar predomina em relação ao total de estabelecimentos, sendo cerca de 77,48%. Desde o censo agropecuário de 2006 os estabelecimentos são categorizados em agricultura familiar e não familiar, sendo que no censo supracitado os dados inferem que os estabelecimentos da agricultura familiar são a maioria em número e não em área, reforçando a concepção de distribuição fundiária desigual (IBGE, 2006; IBGE, 2017).

Na tabela 2, observamos brevemente como a estrutura agrária está configurada de maneira desigual. Em 2006, os 499 estabelecimentos da agricultura familiar ocupavam área total de 4.580,30 hectares. Enquanto os 142 estabelecimentos não familiares ocupavam área de 7.573,40 hectares. Existe uma grande diferença entre a área ocupada e o número de estabelecimentos, evidenciando a concentração fundiária no município.

Como exposto na tabela 2, em 2017 a agricultura familiar mantém o maior número de estabelecimentos para área menor do que a agricultura não familiar, que aumentou consideravelmente sua área de 7.573,40 para 11.267 hectares. Na tabela 3 é possível verificar a estrutura agrária do município em 1995, ano anterior à primeira ocupação do MST no município.

Tabela 3 – Estrutura fundiária em 1995 – Campo do Meio.

Estrutura Fundiária de Campo do Meio – 1995	
Hectares	Estabelecimentos
Menos de 1 há	22
1 a menos de 2 há	19
2 a menos de 5 há	78
5 a menos de 10 há	70
10 a menos de 20 há	56
20 a menos de 50 há	64
50 a menos de 100 há	25
100 a menos de 200 há	15
200 a menos de 500 há	10
500 a menos de 1.000 há	4
1.000 a menos de 2.000 há	-
2.000 a menos de 5.000 há	1
Total	364

Fonte: Censo Agropecuário 1995. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Tabela 4 - Estrutura fundiária em 2006 - Campo do Meio.

Estrutura Fundiária de Campo do Meio – 2006	
Hectares	Estabelecimentos
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6
De 0,1 a menos de 0,2 ha	4
De 0,2 a menos de 0,5 ha	9
De 0,5 a menos de 1 há	24
De 1 a menos de 2 há	69
De 2 a menos de 3 há	125
De 3 a menos de 4 há	49
De 4 a menos de 5 há	70
De 5 a menos de 10 há	88
De 10 a menos de 20 há	94
De 20 a menos de 50 há	60
De 50 a menos de 100 ha	20
De 100 a menos de 200 ha	12
De 200 a menos de 500 ha	6
De 500 a menos de 1.000 ha	1
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2
De 2.500 ha e mais	-
Produtor sem área	2
Total	641

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Os dados referentes ao ano de 1995 retratam um cenário que antecede as ocupações do MST no município, essa configuração da estrutura fundiária é alterada e pode ser melhor visualizada na tabela 4 em comparação com a tabela 3. De forma geral, o número de estabelecimentos agropecuários quase dobrou nesse intervalo de 11 anos (1995-2006), os estabelecimentos com áreas entre 0,1 a 20 hectares passaram de 245 para 538.

Ressaltamos que referente aos dados de 2017 (tabela 5), é necessário pontuar aspectos para reflexões sobre a concentração fundiária no município. As áreas acima de 100 hectares não pertencem à agricultura familiar, pois ultrapassam os módulos fiscais permitido⁴, são áreas com maiores extensões que elucidam a concentração fundiária.

Tabela 5 – Estrutura fundiária em 2017 – Campo do Meio.

Estrutura Fundiária de Campo do Meio – 2017	
Hectares	Estabelecimentos
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	4
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6
De 0,2 a menos de 0,5 ha	11
De 0,5 a menos de 1 há	23
De 1 a menos de 2 há	51
De 2 a menos de 3 há	92
De 3 a menos de 4 há	74
De 4 a menos de 5 há	92
De 5 a menos de 10 há	235
De 10 a menos de 20 há	179
De 20 a menos de 50 há	70
De 50 a menos de 100 ha	22
De 100 a menos de 200 ha	11
De 200 a menos de 500 ha	10
De 500 a menos de 1.000 ha	1
De 1.000 a menos de 2.500 ha	3
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-
De 10.000 ha e mais	-
Produtor sem área	-
Total	884

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

⁴ Um dos critérios para definição da agricultura familiar é que a área não seja maior do que 4 módulos fiscais. O valor do módulo fiscal em Campo do Meio é de 26 ha. Para mais informações ver em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

Sendo que, o maior número de estabelecimentos está concentrado em áreas de 5 a menos de 10 ha, assim, temos 198 estabelecimentos familiares e 37 não familiares configurados entre 5 ha e menos de 10 ha. Por outro lado, a tabela permite visualizar que 3 estabelecimentos possuem áreas superiores a 1.000 ha e menos que 2.500 hectares. São esses estabelecimentos que configuram os latifúndios e representam parcela da concentração fundiária de Campo do Meio.

Ainda sobre a tabela 5, apenas 3 estabelecimentos ocupam áreas superiores do que a grande maioria. Poucas instalações ocupam grandes extensões de terra, enquanto muitos estabelecimentos ocupam pequenas áreas. Esse fator pode parecer simplório se não acompanhado de reflexões sobre a configuração da estrutura agrária em nosso país, que é fundamentada em uma distribuição desigual de terra (tabela 6).

Tabela 6 - Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar por área ocupada- Campo do Meio.

Área dos estabelecimentos agropecuários em Campo do Meio – 2017				
Hectares	Agricultura não familiar (ha)	Estabelecimentos Agricultura não familiar	Agricultura familiar (ha)	Estabelecimentos Agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 0,1 há	-	-	0	4
De 0,1 a menos de 0,2 há	X	2	X	4
De 0,2 a menos de 0,5 há	X	2	X	9
De 0,5 a menos de 1 há	5	7	10	16
De 1 a menos de 2 há	13	11	53	40
De 2 a menos de 3 há	49	22	161	70
De 3 a menos de 4 há	47	14	204	60
De 4 a menos de 5 há	96	22	311	70
De 5 a menos de 10 há	253	37	1376	198
De 10 a menos de 20 há	425	32	1963	147
De 20 a menos de 50 há	536	16	1504	54
De 50 a menos de 100 há	643	9	953	13
De 100 a menos de 200 há	1541	11	-	-
De 200 a menos de 500 há	2813	10	-	-
De 500 a menos de 1.000 há	X	1	-	-
De 1.000 a menos de 2.500 há	X	3	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 há	-	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-
Total	11.267	199	6.539	685

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Nota-se que alguns valores não são informados, mas preencheu-se a tabela com X, esses dados não constam no censo. A tabela 6 traz a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e suas áreas, para constatar a desigual distribuição de terra dividimos a área (ha) pelos números de estabelecimentos.

Assim, a agricultura familiar apresenta a média de aproximadamente 9,54 hectares e a agricultura não familiar aproximadamente 56,61 hectares. Confirmando a concentração fundiária no município, em que 199 estabelecimentos ocupam quase o dobro da área dos outros 685 estabelecimentos, sendo o primeiro grupo de estabelecimentos equivalente a aproximadamente 63,27% da área total, e o segundo sendo aproximadamente 36,72% da área total.

O panorama da estrutura fundiária somado a caracterização econômica e social do município ressaltam a má distribuição de terras. A economia do município tem como carro chefe a agropecuária, sendo o setor com o maior número de ocupações. Apesar concentração de atividades no espaço rural, a população é predominantemente urbana. Os dados trazem o crescimento dos estabelecimentos da agricultura familiar que teria índices ainda maiores se os acampamentos do município fossem recenseados. Devido a condição de irregularidade jurídica, os acampamentos não são inclusos nos censos e, portanto, a produção, condição da população em aspectos sociais e econômicos não são considerados.

É com os dados postos ao longo deste subtítulo que pontuamos brevemente a formação do município de Campo do Meio. Essa informação é base importante para as reflexões a respeito da configuração da luta pela terra na região. Para Rodrigues (2021), o auge da produção açucareira é também base para a expansão das grandes propriedades na região, assim como o café. Ambas produções estabelecidas no município vinculam-se às práticas de exploração da terra e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A história do município está diretamente relacionada com a indústria açucareira, para Rodrigues (2021), Lourenço, Souza e Vale (2010) e Moreira (2017), a produção açucareira vai estabelecer estrutura ao povoamento aos redores da Usina Ariadnópolis, que hoje conhecemos como Campo do Meio. A princípio, a Usina estava instalada no município de Campos Gerais, porém, com o crescimento do povoado, o mesmo foi emancipado, tornando-se o município de Campo do Meio.

É por esta relação estabelecida da Usina com o município que Lourenço, Souza e Vale (2010) pontuam que a história do município se confunde com a história

da família Alves de Azevedo, herdeira da Usina Ariadnópolis. Rodrigues (2021, p.117), reforça essa colocação ao afirmar que podemos “perceber uma simbiose do poder econômico com o político na família Alves de Azevedo; o poder executivo da cidade após sua emancipação, permaneceu por décadas nas mãos dos descendentes”. Ambos autores trazem a perspectiva de que a constituição do município está atrelada a Usina e por consequência, estabelece consonância do poder político com o poder econômico.

Para datar as afirmações, a emancipação de Campo do Meio ocorreu em 07 de dezembro de 1948, a partir deste momento, começamos a estabelecer as relações políticas e econômicas do então município com a família Azevedo Alves. No ano de 1949, assume como prefeito de Campo do Meio o senhor Manoel Araújo de Azevedo (1949-1951), momento que também assume a administração da Usina. No ano de 1968 Manoel foi reeleito e permaneceu no mandato até 1971 (RODRIGUES, 2021; PREFEITURA DE CAMPO DO MEIO, 2021).

Sucedendo a linha política e econômica da família, Manoel Alves de Azevedo Filho se torna prefeito do município no período de 1956-1959. Como herdeiro da Usina, passa a administrá-la no ano de 1958. No ano de 1964 foi reeleito como prefeito, permanecendo no cargo até 1966, essa relação dos herdeiros administradores da Usina assumindo a prefeitura do município volta a repetir-se de 1989-1992, quando Clóvis José de Azevedo assume a prefeitura do município. Na década de 1970 o mesmo esteve à frente da administração da Usina (ibidem).

É nesse mesmo período de gestão que a Usina Ariadnópolis passa por crises e atinge o auge da decadência. São essas crises que acentuam o cenário de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina, as dívidas trabalhistas se acumulam durante anos, ressalva pertinente é que algumas dessas dívidas não foram pagas até hoje.

Durante os mais diversos anos da produção da Usina Ariadnópolis percebe-se as nuances entre esse embate: ora o resgate e um processo glorioso de industrialização e de produção em massa, responsável pelo surgimento de uma cidade; ora da representação de um sistema capitalista agente da sofisticação dos processos de exploração do trabalhador (RODRIGUES, 2021, p.116).

Por essas nuances, podemos pensar sobre a relação estreita de apoio com o poder executivo e legislativo pode "acelerar" o acesso a recursos e vantagens travestidas de direitos sociais, mesmo que isso custe a vulnerabilização de

populações marginalizadas. Schwarcz (2019), em seu livro sobre o autoritarismo brasileiro enfoca um dos capítulos em discorrer sobre o patrimonialismo, o que melhor explica essas relações que se desdobram em situações de benefícios a sujeitos específicos.

A utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos. Não vale, porém, o seu contrário: o uso de bens privados em prol da vontade pública. Nesse caso, a ordem dos fatores altera, e muito, o produto (SCHWARCZ, 2019, p.65-66).

A autora utiliza a escala geográfica regional, por exemplo, para tratar de interesses regionais afetando a lógica pública. No caso de Campo do Meio, a relação da falida usina e do executivo municipal é o retrato do mandonismo local que parte para o regional e também foi a escala discutida aqui. Provocando sobre como demandas setorializadas favorecem poucos em prejuízo a grande maioria, em nossas discussões seriam essas ações em desfavor aos ex-trabalhadores da usina e acampados do MST.

A relação da Usina com a história do município é a vertente da concentração fundiária local, por isso, são com esses apontamentos que vão desde a criação da Usina até sua decadência que iniciamos a descrição dos assentados e acampados de Campo do Meio, em especial o Acampamento Quilombo Campo Grande.

3. 3 O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE

Com as crises estabelecidas, durante os anos de 1994 a 1995 ocorrem as primeiras greves dos trabalhadores da Usina. Em 1995 tem-se registros da terceira greve dos trabalhadores rurais e boias frias que tiveram seus direitos lesados pela Usina Ariadnópolis. Segundo dados de Moreira (2017), essa foi uma das maiores e mais impactantes greves da região que perdurou por cerca de 90 dias. Lucas e Vale (2014), expõem que

Segundo os moradores mais antigos entrevistados, a situação de exploração da mão-de-obra na usina se prorrogou durante os anos e teve seu desfecho em 1995, com uma grande greve geral (cerca de 100 dias), articulada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo do Meio (MG) e região (Alfenas, Coqueiral, Guapé, Illicinea, Paraguaçu, Santana da Vargem, e Varginha), que entraram em contato com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Belo Horizonte, que posteriormente contataram representantes do MST da região do Vale do Rio Doce. Nesse momento, os funcionários da usina já não recebiam seus vencimentos há quatro meses, além dos demais direitos trabalhistas. Além disso, a usina entrou em processo pré-falimentar (p. 11).

Articulados com sindicatos e com o MST, os trabalhadores e trabalhadoras da Usina ocupam área da fazenda Jatobá (falida), antiga produtora de café. Em 1996 a fazenda Jatobá, que integrava a propriedade de posse da Usina Ariadnópolis, foi ocupada pelo MST. No seguinte, em 1997, tem-se a criação do assentamento Primeiro do Sul na recém ocupação supracitada. Passados cerca de 17 anos é criado o assentamento Nova Conquista II, nas terras da Ariadnópolis. Entre a criação dos assentamentos temos a inserção de novos acampamentos (LUCAS e VALE, 2014; MOREIRA, 2017). Na tabela 7, verificamos os assentamentos do município.

Tabela 7 – Assentamentos da Reforma Agrária em Campo do Meio, MG.

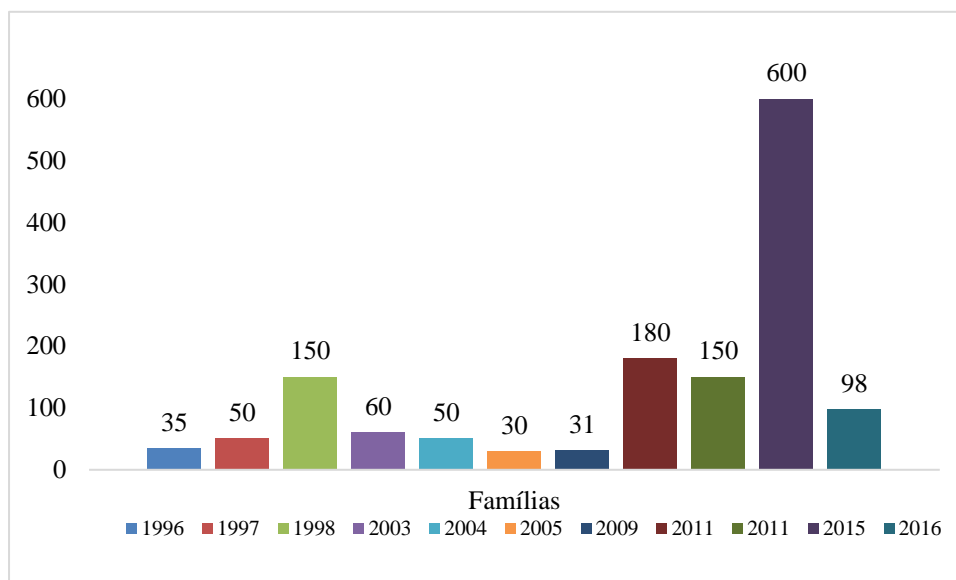
Assentamento	Ano	Famílias	Área (Ha)
Primeiro do Sul	1997	42	888
Nova Conquista II	2014	13	300
TOTAL		55	1.188

Fonte: DATALUTA MINAS GERAIS e INCRA (2017).

O primeiro assentamento do município foi criado em 1997 a partir da ocupação da fazenda Jatobá, que ocorreu em 1996. Por ser o primeiro do município, foi nomeado como Primeiro do Sul. A área do assentamento é de 888 hectares, distribuídos para 42 famílias. O segundo assentamento foi o Nova Conquista II, criado em 2014 em uma área da ex-Usina, que tem área total de 3.600 hectares, o assentamento ocupa área de 300 hectares com 12 famílias assentadas.

Registram-se ocupações no município, em especial na área da Usina há mais de 25 anos e como resultado temos dois assentamentos e 12 acampamentos. De 1996 a 2016 foram registradas 12 ocupações com a participação de 1.434 famílias. Excepcionalmente no ano de 2015 registrou-se duas ocupações no município, somando o maior número de famílias dentre os outros anos. Como exposto no gráfico 10.

Gráfico 10 – Famílias em Ocupações, Campo do Meio, MG.



Fonte: DATALUTA MINAS GERAIS (2017). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

No território da antiga usina (r)existem ao todo doze acampamentos, sendo eles Betinho, Chico Mendes, Coloninha, Fome Zero, Girassol, Irmã Dorothy, Potreiro, Resistencia, Rosa Luxemburgo, Sidney Dias, Tiradentes, Vitoria da Conquista, que formam o Acampamento Quilombo Campo Grande (MOREIRA, 2017).

No geral existe uma rotatividade das famílias acampadas por uma série de questões, desde questões pessoais e de relacionamento até adaptação ao novo território. Expondo o acampamento como espaço provisório, algumas famílias não se adaptam. O território do acampamento é um espaço de luta e muita resistência, não é fácil a permanência em um território que sofre constantes ameaças de despejos e com o distanciamento do Estado sob qualquer responsabilidade com a permanência e produção dos acampados. Sem dúvidas, a ausência de subsídios faz com que a rotatividade das famílias seja uma situação consequente da condição não permanente do acesso à terra.

Tratamos dos acampamentos como resistência por diversos motivos, um deles está atrelado ao processo jurídico como o caso do Decreto 365 de 2015. Através desse decretado o governo do estado desapropriava 3.195 hectares da falida usina em prol dos acampados, devido a entraves jurídicos da Comarca de Campos Gerais que responde a Campo do Meio, o decreto não foi cumprido. Marcando a história com retrocessos em prol da reforma agrária o atual governo do estado (Romeu Zema), em

2019 trata de revogar o decreto de reintegração de posse. A partir dessa revogação as tensões em Campo do Meio são reativadas.

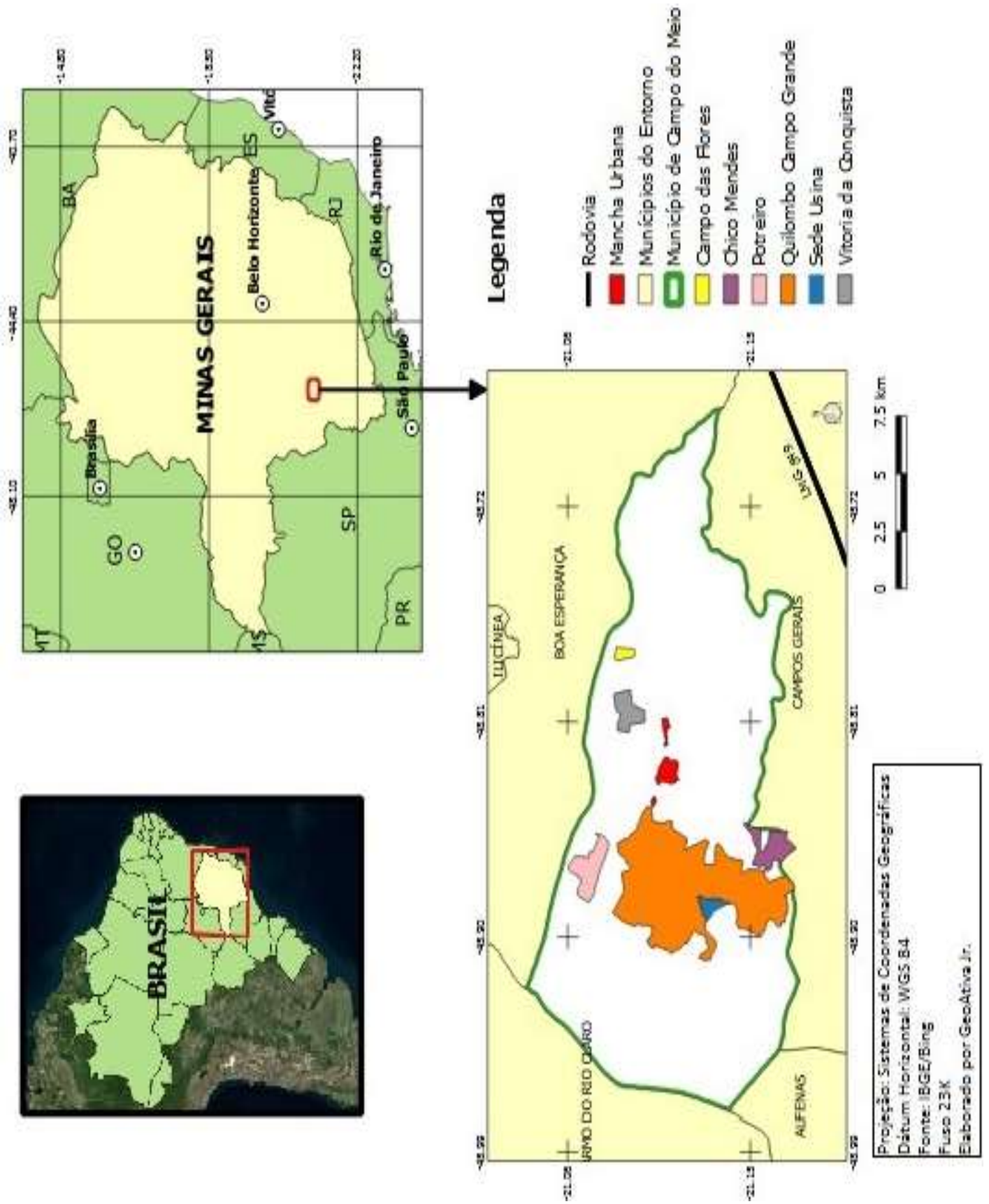
A figura 2 é da falida usina e atual território do Acampamento Quilombo Campo Grande. Já no mapa 4, visualizamos a localização de alguns dos acampamentos na ex-usina Ariadnópolis.

Figura 2 - Falida usina nas áreas do Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acervo Tuíra Tulle.

Mapa 4 – Localização dos Acampamentos em Campo do Meio, MG.



As famílias assentadas estão distribuídas nos acampamentos conforme elucida a tabela 7. O Acampamento Quilombo Campo Grande abriga cerca de 462 famílias, o que corresponde a aproximadamente 2.029 pessoas, em área aproximada de 3.964 hectares, sendo 805 hectares corresponde a remanescentes florestal. A figura 3 mostra área do Acampamento.

Figura 3 - Área do Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acervo Tuíra Tulle.

Nessas terras, além da produção cafeeira (parcialmente agroecológica ou em transição), as famílias acampadas criam animais, produzem legumes, frutas, verduras, produção de alimentos diversificados e quase sem uso de agrotóxicos para subsistência e comercialização. Essa diversificação da produção dos acampados do Quilombo Campo Grande demonstra a evolução dos acampamentos que vão desde as instalações das ocupações em lonas pretas até a construção de suas casas de

alvenaria à produção e permeância na terra. A tabela 8 traz a distribuição das famílias no Acampamento.

Tabela 8 – Caracterização do Acampamento Quilombo Campo Grande

Acampamento	Área (ha)	Famílias	População
Betinho	356	27	81
Chico Mendes	259	16	56
Coloninha	61	13	39
Fome Zero	138	30	113
Girassol	166	45	126
Irmã Dorothy	180,2	13	41
Potreiro	297	63	227
Resistencia	160	43	247
Rosa Luxemburgo	439	76	219
Sidney Dias	672	78	267
Tiradentes	242	27	219
Vitória da Conquista	189	31	394
Remanescente Florestal	805	0	0
Total	3964,2	462	2029

Fonte: DATALUTA MINAS GERAIS (2017).

A distribuição dos lotes entre os acampamentos e as famílias ocorre conforme organização interna do MST e são estabelecidas conforme critérios como o número de pessoas das famílias, suas idades e critérios geográficos como a localização, o tipo de terreno entre outros aspectos.

As atividades desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos do MST, buscam um distanciamento da agricultura convencional e apontam o modo de produção camponesa como uma forma de resistência, capaz de produzir alimentos saudáveis de maneira sustentável.

4 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOBILIZAÇÕES: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A DEFESA DE DIREITOS

A questão agrária no Brasil não é pauta recente, os movimentos socioterritoriais que lutam pelo acesso e permanência na terra e que tem, como intento a conquista do território se organizam nacionalmente e promovem mobilizações, ocupações de espaços públicos entre outras manifestações/ações como formas de reivindicações de seus direitos.

Essa articulação acontece nos campos e nas cidades, buscando entender como as mobilizações dos movimentos socioterritoriais se tornam elementos fundamentais para a defesa de direitos, neste caso, o direito à terra. Este capítulo esboça discussões sobre as mobilizações em Campo do Meio e os conflitos socioterritoriais que circundam a história do Acampamento Quilombo Campo Grande. Além de revisitar dados gerais sobre as manifestações e os conflitos agrários nacionais.

4.1 VIOLÊNCIA GABADA AOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER LATIFUNDIÁRIO

A violência e os conflitos no campo são ampliados nos últimos anos, mas essa questão é configurada não exclusivamente na atualidade. São estas, “uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (OLIVEIRA, 2001, p.11). A provocação sobre os conflitos sociais no campo serem as marcas da ocupação territorial desigual como produto da destruição do território indígena, findando como conquista do território capitalista é reflexo da violência que há tempos tem sido exercida no país.

Tomamos para reflexão a conceitualização de violência trabalhada pela CPT, é a partir dessa definição que os dados sobre o assunto são trabalhados. Assim, a CPT entende por violência “o constrangimento e ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência⁵ está relacionada aos

⁵ A CPT registrou os dados de violência e os distribuiu nas seguintes tabelas: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e numa tabela síntese denominada Violência contra a pessoa em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões.

diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo”.

Cabe à geografia refletir sobre como estes sujeitos têm ao longo das décadas se relacionado com o território. Empenhando-se para entender de que forma se consolidam os conflitos no campo, de que forma reproduzem a violência e como tem impactado a vidas de tantos camponeses e camponesas que lutam pela reforma agrária.

No entanto, se o horizonte do campo no Brasil é contraditório na essência, é nessa contradição ou conjunto de contradições que se deve desenvolver a compreensão dessa realidade. Esta compreensão seguramente passa pela distribuição territorial desigual dessas contradições e movimentos. Talvez aí esteja um espaço para a participação dos geógrafos e da geografia: estudar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que se inserem (OLIVEIRA, 1988, p.14).

Assim, convém a ciência geográfica, analisar para além das formas espaciais, direcionando olhares também sobre os processos e estruturas que circundam os acontecimentos que findam o território como principal conquista. Para Chaves (2015), os conflitos no campo podem ser explicados por uma análise geográfica que permita seu entendimento e reflexão por meio dos conceitos de conflitos socioespaciais e conflitos socioterritoriais. Assim, a autora afirma como Oliveira (1988), a função da geografia em contribuir com uma “geografia das lutas camponesas”, de modo a trazer perspectivas sobre a consolidação desses conflitos e suas idealizações.

Porto-Gonçalves e Leão (2020), reforçam que a relação das violências e conflitualidades do campo estão diretamente relacionadas à formação territorial do país que se deu de forma injusta e concentrada, negando possibilidades aos pequenos proprietários, aos indígenas, camponeses, quilombolas e aqueles que se viram num processo recente de desruralização ou suburbanização, lançando mão da violência advinda do período ditatorial para abafar qualquer iniciativa que lutasse pela reforma agrária.

Conforme supracitado, se faz necessário observar que na elaboração da Constituinte de 1988, houve muita brutalidade por parte dos grandes proprietários de terras, ou seja, os latifundiários, tendo dois marcos da brutalidade imposta:

Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa onde além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

Corumbiara, em 1995 e Eldorado dos Carajás, em 1996. Para Oliveira (2001), o Estado age repressivamente buscando a desarticulação dos movimentos socioterritoriais e sociais em geral, tentando a todo custo conter seus avanços na sociedade.

Contrariando qualquer tendência de repressão advinda dos grupos dominantes, o MST se fortaleceu politicamente, apesar das investidas de desqualificação das ocupações de terra. Para Oliveira (1988), os emblemas do campo são direcionados na Constituição e ampliados por meio da UDR, o movimento articulado pelo setor latifundiário.

Para além das movimentações constitucionais e legislativas, a UDR movimentava-se incitando a violência aos integrantes do MST e de outros movimentos socioterritoriais que reivindicavam o acesso e a permanência na terra. Segundo Oliveira (1988, p.93), a UDR “não media esforços no sentido de pressionar o governo e os movimentos populares com ameaças de assassinato e com “acampamentos” em fazendas ocupadas pelos “sem-terra”.

O documento geral que garante os direitos aos cidadãos do país traz passes e empasses para o desenvolvimento agrário. Ao tempo que o documento é meio legal utilizado por exemplo, pelo MST é o mesmo documento utilizado pelos latifundiários. Claro, um documento possibilita dupla interpretação, mas a questão é, o processo de sua estruturação era estremecido quando balizado sobre as questões agrárias e, a UDR coube cercear formas possíveis de adversar e criminalizar toda e qualquer ação contrária aos latifúndios e seu desenvolvimento exploratório, sobre a natureza e sobre a classe trabalhadora.

Na década de 90 a atuação da UDR declinou até a sua extinção legal. É evidente que este processo veio em consequência do fato de que sua influência e presença no pacto político das elites que detêm o poder no Brasil tornou-se desnecessária. Seus quadros têm ocupado postos nos ministérios e órgãos da administração federal e mesmo estaduais, de modo a fazer valer na prática seu poder e ação contra a Reforma Agrária (Ibidem, p.96).

A extinção legal da UDR não significa o mesmo que a ruptura da burguesia com os ideais representados pela a instituição. Pensar em seu fim implica avaliar que a essência se mantém preservada por quem era representado, ou seja, a UDR foi instrumento de atuação da burguesia. Novas formas de representar a força imposta pela burguesia vão surgindo e sendo substituídas ao longo dos tempos, ora sendo representados por instituições, aparelhos ideológicos do Estado, políticos etc.

Nesse viés, Cardona e Sobreiro Filho (2016, p. 164), apontam frações do comportamento da burguesia para manter suas forças em desenvolvimento, rompendo desde a formação territorial do Brasil, com qualquer possibilidade de igualdade para a sociedade. Ocupar territórios, má distribuição fundiária e de renda, de forma geral, manter as desigualdades são mecanismo essenciais para o desenvolvimento do capital e, portanto, da burguesia que os detém. Expandir o território para estes sujeitos significa expandir a exploração:

Este contexto caótico está composto por um quadro dialético produzido pela crise estrutural do capital e, conseqüentemente, por suas respectivas limitações crônicas e de dependência do Estado, que encontra na expansão territorial para produção de mercados e consumidores que são suas principais formas de postergar novos cenários caóticos. Conseqüentemente, a necessidade metabólica socioterritorial do capital desenvolvida aos auspícios do discurso globalizante e do Estado regido pela lógica neoliberal denota, por sua vez, a debilidade da soberania do Estado atual, o que determina a subordinação territorial ao capital.

Sobre o cenário caótico, podemos retomar a relação exposta sobre a formação territorial, que para Fernandes (2007) remete ao território destruído/construído. Por exemplo, pensemos na existência do território do agronegócio e dos camponeses. O autor aponta a respeito do avanço da territorialidade do agronegócio, que ampliou seu controle sobre as relações sociais e sobre o território, acentuando ainda mais a concentração de poder e a grande exploração. Além disso, a agricultura capitalista busca criminalizar os movimentos socioterritoriais e suas estratégias de obtenção de terras, empenhando-se em violentar os integrantes e defensores desses movimentos.

Por isso, é necessário refletirmos como a violência que ultrapassa as cercas do campo é cruel e inconstitucional, mas encontra-se amparada nas margens políticas, que tanto desamparam o povo sem-terra. O Brasil registra há mais de 35 anos conflitos e assassinatos no campo. Esses dados são captados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, os números dos conflitos e das violências que ocorrem no campo são também instrumento de denúncia sobre a situação desigual das terras no país. Para Chaves (2015), os índices expostos pela CPT apontam a captação dos direitos e o extermínio das populações camponesas, indígenas e quilombolas que se colocam contra o latifúndio.

Nos deparamos com um cenário em que a vida dos trabalhadores rurais sem terra quando ceifadas não impactam os noticiários. Sobre os meios midiáticos, a reflexão sobre a violência ocasionada por disputas territoriais pouco interessa,

principalmente se as vítimas são os trabalhadores sem-terra. A mídia enquanto aparelho ideológico do Estado trabalha a circular interesses da classe dominante e quando no tocante aos conflitos no campo, essa classe defendida permeia os latifúndios e as grandes empresas agroextrativista, por isso, mediar conflitos vigora o viés de marginalizar os movimentos socioterritoriais e de ajustar os latifundiários o papel de vítimas. Oliveira (1988, p. 15), alertava sobre a veiculação sobre os conflitos e a violência no campo “com ou sem indiferença geral, a verdade é que muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra no território do latifúndio”.

Não reconhecer os assassinatos, as violências e os conflitos no campo são estratégias para o silenciamento da questão agrária no país. Mas o que não se fala, o que não é mediado pelos aparelhos ideológicos do Estado não deixa simplesmente de existir somente por este fato. É difícil desassociar o aumento da violência no campo com a expansão dos latifúndios e com a concentração fundiária. Em escala nacional, tínhamos a UDR que desde a década de 1970 tinha assumido o papel impetuoso contra os movimentos socioterritoriais.

A imprensa brasileira denunciou fartamente o fato de que esta organização constitui-se no braço armado do latifúndio. Ao que se sabe, não media esforços no sentido de pressionar o governo e os movimentos populares com ameaças de assassinato e com “acampamentos” em fazendas ocupadas pelos “sem-terra” (ibidem, p. 93).

Para refletirmos sobre os índices de violência no campo, analisamos dados sobre os conflitos nacionais que permeiam o território desde a década de 80 até os dias atuais. No gráfico 11, podemos observar o número de manifestações do campo no país. É importante observar que as manifestações do campo não necessariamente ocorrem no campo, apontando para um fator importante sobre a articulação dos movimentos socioterritoriais entre si e com outros movimentos sociais. A exemplo, Cardona e Sobreiro Filho (2016, p. 162-163), explicam essa relação:

Uma das principais apostas contra o capital por parte das classes populares são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território como abrigo. Não obstante, não se limitam a espaços, locais ou regiões, senão na medida em que avançam os processos de autonomias relativas, avançam em propostas que lhes permita conquistar a real autonomia através da conquista da hegemonia no Estado. Por isso se tecem articulações, solidariedades entre os diversos setores dos movimentos populares de diversas índoles, tais como: camponeses, indígenas, negros, movimentos urbanos e cívicos , de

motoristas, de setores da saúde, entre outros outros. Estes tecem solidariedades a níveis nacionais com a intenção de disputar apostas hegemônicas, invisibilizadas em noções como os novos movimentos sociais que lutam tão só pelas aberturas democráticas e a transformação das formas da cultura política e a política cultural, segundo esta interpretação.

As manifestações são formas de, entre outros, lembrar os conflitos, principalmente para que os mesmos não sejam esquecidos. Assim, não são feitas com o intuito de violência, o ponto chave das manifestações são as reivindicações em espaços públicos como forma de cobrar e fazer presentes determinadas demandas dos sujeitos nelas envolvidos. Mas ao que sabemos, o Estado pode responder a essas manifestações de forma violenta. Para isso, as forças policiais são utilizadas como estratégias de controle, chocando-se com um espiral de conflitos que é perceptível na violência contra os manifestantes, que já são oprimidos pelo poder vigente.

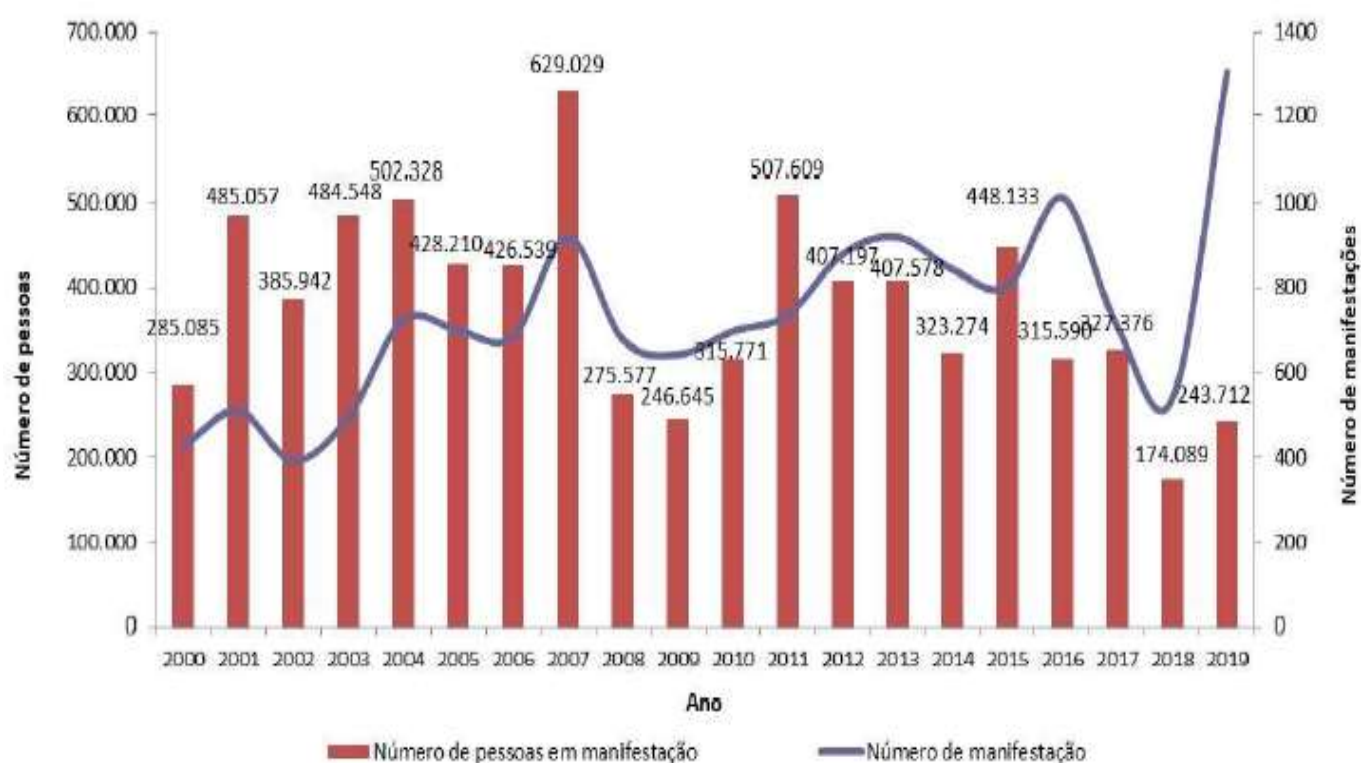
Seguindo os dados expostos no gráfico 12, verificamos o número de manifestantes e manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2019. As informações são coletadas pela CPT e organizadas pelo DATALUTA, as tipologias são diversas, sendo consideradas como manifestações: concentração em espaços públicos, ocupação de prédio público, marchas e caminhadas, acampamentos, temática, bloqueios, ocupação de prédio privado, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio público/privado, romaria, vigília, celebração religiosa, audiência, saque, cerco a construções, interdições, jejum, greve de fome, barqueata, tentativa de ocupação, tentativa de saque, panfletagem, retenção de veículos entre outras (DATALUTA, 2020).

O gráfico 12 traz dados que permitem inferir alterações em relação ao número de pessoas presentes nas manifestações e como elas demonstram aumentos e recessões em determinados períodos. A exemplo, podemos observar que entre os anos de 2004 e 2007 tem-se um crescimento considerável entre os números de manifestantes, entre 2008 e 2010 esse número decresce em relação ao período anterior. Para avaliarmos os dados do gráfico também precisamos lembrar a contextualização desses anos, para assim, relacionar o aumento ou diminuição desses índices a determinados fatores.

O crescimento das manifestações e de participantes em 2003 e 2004 se dá pelos infelizes números de massacres ocorridos nesses anos, como em 2003 o massacre em Novo Repartimento/Anapu no Pará e no mesmo ano também foi

registrado o massacre de São Félix do Xingu, também no estado do Pará. Já em 2004, Minas Gerais foi palco de dois massacres, um em Unaí, que culminou na morte de auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e o segundo massacre foi registrado em Felisburgo, no Acampamento Terra Prometida, massacre que terminou com 5 mortos e 20 trabalhadores feridos. Essas ocorrências tendem a justificar o aumento registrado nestes mesmos anos.

Gráfico 11 - Manifestações do Campo entre 2000 e 2019 - Relação entre o número de manifestações e manifestantes no Brasil.



Fonte: CPT Org. DATALUTA (2020).

O gráfico mostra que em 2016 o número de manifestantes aumenta, lembremos que, esse ano foi marcado pelo golpe contra presidenta Dilma, já no ano anterior o número de manifestações é o mais alto nos últimos 3 anos, o mesmo se dá devido às tensões políticas que estavam sendo articuladas a favor do golpe contra a presidenta. As manifestações recuam consideravelmente entre os anos de 2018 e 2019, não porque tivemos os conflitos amenizados, mas porque, o Estado, neste período, acena perigosamente contra os movimentos que lutam por direitos humanos. As ameaças de organizações contra estes sujeitos aumentam as tensões e por

segurança, os sujeitos que constituem majoritariamente as manifestações do campo no país, buscam novas formas de reivindicar seus direitos e de permanecerem em segurança.

Para Porto-Gonçalves e Leão (2020), o cenário de manifestações e conflitos que foram tecidos em 2019 também se reforça com a ganância “por parte dos grandes proprietários na apropriação das terras subjaz ao fato de mais de 53 milhões de hectares ter sido objeto de conflitos por terra no ano de 2019”.

Sobre as articulações dos movimentos socioterritoriais nos últimos anos, Cardona e Sobreiro Filho (2016, p.165), destacam que algumas mudanças nas formas de reivindicações que vão se modificando conforme as possibilidades de organização e integração com outras entidades, sejam elas nacionais ou internacionais:

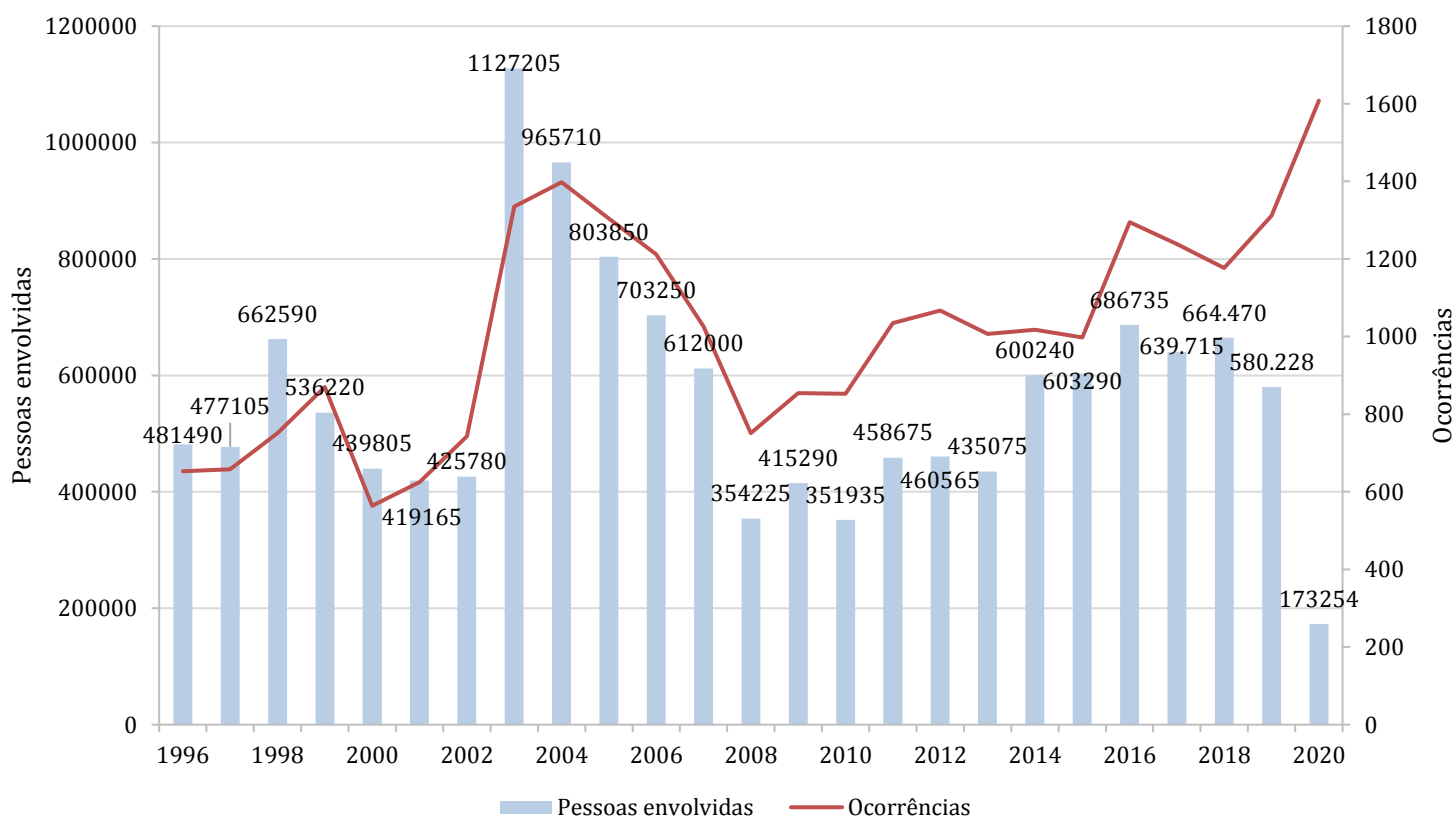
Conscientes da desigualdade no desenvolvimento, do apoio de laços de poder entre o capital e o Estado, reconhecendo a constante atualização das formas de subordinação territorial ao capitalismo internacional e aos capitalistas, os movimentos populares latino-americanos tem criado ao longo das últimas décadas, formas de superar a subalternidade/dominação imposta pelos imperativos do capital. Conscientes das táticas encarniçadas e a voracidade do capital, estes movimentos populares que lutam pelo território, envolvidos com a velocidade da informação acelerada pela globalização, tem gestado atuações local-global e global-local, tendo apostas estratégicas diferentes para avançar e assegurar o território, no marco da relação dialética entre a autonomia relativa e a autonomia absoluta.

Segundo Porto-Gonçalves e Leão (2020, p.744-745), os números sobre os índices de violências e conflitos no campo reforçam a questão fundiária no Brasil, uma vez que o quadro de permanente disputa pela terra demonstra a necessidade de olhar cauteloso e urgente para a reforma agrária no país. O avanço dos latifúndios sob novas áreas se perpetua com as extensas monoculturas para commodities, para pecuária, exploração de madeira e conseqüentemente desmatamento ilegal de áreas e florestas.

A retórica belicista do candidato vitorioso, seus gestos com as mãos imitando armas apontadas como cumprimento aos seus correligionários, suas promessas explícitas de mudar a legislação ambiental, de rever as restrições à exploração mineral em áreas indígenas, de rever as demarcações desses territórios, assim como das áreas remanescentes de quilombos, logo se mostraram mais que retórica com o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Incra, a extinção do Ministério do Trabalho, a nomeação para o Ministério do Meio Ambiente de um candidato não-eleito pelo Partido Novo, cuja campanha tinha como mensagem a violência explícita no campo. O ano de 2019 confirmou as expectativas, portanto: a violência aumentou.

Entretanto, apesar do nocivo incentivo à violência no campo por meio de retórica, desmontes e aceno positivo aos grandes proprietários de terras, deve-se pontuar que esse panorama não aflorou somente na nova gestão. É fato que houve o acentuamento dos problemas relacionados aos conflitos no campo em tal período, mas que se mostra numa constância desde as primeiras constatações dos dados. Ademais, desde a década de 1990 constata-se a diminuição de demarcação de terras para a reforma agrária, bem como de terras indígenas, áreas quilombolas, ao passo que, aumentou a regulamentação de terras griladas (ibidem). O gráfico 12 traz dados sobre os conflitos no Brasil desde 1996 até 2020.

Gráfico 12 – Conflitos por terra no Brasil (ocorrências e pessoas envolvidas) - 1996 a 2020.



Fonte: CPT (1996-2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Os conflitos por terra no Brasil apresentam concentração de pessoas envolvidas principalmente entre os anos de 2003 a 2004, dados que estão relacionados com o gráfico 12 que apresenta o número de manifestações. É perceptível que os conflitos não cessaram, mas a participação de pessoas de 2019

para 2020 apresentou grande redução. Dois pontos podem ser levantadas sobre a diminuição da presença de conflitos no país nesses anos, primeiro porque em 2019 temos a atual gestão que se declara contrária aos povos originários e aos camponeses e por seguinte, temos a pandemia iniciada em 2020 que impacta na diminuição de participantes nos conflitos, isso porque devido ao risco de contaminação tem-se diminuído a presença de pessoas em manifestações, por exemplo.

Até mesmo a incitação à violência do atual governo contra organizações sociais pode ser somada aos pontos que elaboram a hipótese sobre a diminuição da presença de pessoas nos conflitos. Uma observação pertinente é que apesar da redução no número de pessoas envolvidas nos conflitos, o número desses conflitos não apresenta redução nesse mesmo período, ao contrário, apresenta grande crescimento.

Sobre a invisibilização desse processo violento na sociedade brasileira, Porto-Gonçalves e Leão (2020, p. 748), chamam a atenção para a covardia imposta na dualidade dos conflitos agrários em dois períodos. Entre 2003 e 2007 a cada “situação de dominação” havia uma “situação de subalternização”. Já entre 2008 e 2019, esse placar era de 8 para 1. Destaca-se que essa situação de alavancamento da violência e da dominação foi sufocada pela mídia, uma vez que só se mantiveram em destaque as tramas da ruptura política até o seu desfecho em 2016.

Enquanto no subperíodo que é o mais conflituoso entre todos os subperíodos registrados, isto é, o da ruptura política entre 2015 a 2019, o protagonismo dos conflitos é caracterizado pela absoluta predominância da violência das classes sociais em situação de dominação, a saber, por Grileiros, Fazendeiros, Madeireiros, Empresários, Mineradoras e agentes (que deveriam ser) públicos. [...] Em outros números: para cada ação protagonizada pelas categorias situadas em situação de subalternização as classes sociais em situação de dominação praticavam, em média anualmente, 8 vezes mais ações de violência!

Propomos avaliar o cenário do Acampamento Quilombo Campo Grande considerando a escala temporal a partir de 1996, portanto, analisar o contexto nacional ou estadual é importante para mensurar os impactos na luta pela reforma agrária no Sul de Minas. Para compreender melhor nosso objeto de estudo, não podemos deixar de considerar outras escalas como fatores de influência e de construção. Esse ponto é necessário ser exposto, pois o Acampamento é organizado

pelo MST e assim sendo, possui autonomia, mas também, segue as diretrizes da organização nacional que reflete sobre determinadas ações do Acampamento.

Dessa forma, o cenário atual em contexto nacional impacta e influencia outras realidades regionais. A pandemia do covid-19 já mencionada em outros momentos neste trabalho, ainda em 2021 assola muitas pessoas no Brasil. Os dados divulgados pela CPT em 2020, através do relatório anual sobre violência no campo traz marcas duras para se pensar a realidade agrária do país, ainda mais em um período de mortes, aumento da fome, cortes de recursos direcionados ao desenvolvimento humano, além da extinção de programas e políticas públicas voltadas para pequenos agricultores.

Se no contexto da vida urbana, a COVID-19 representou em elevado grau a deterioração da vida, com adoecimento, morte e miséria, para as populações do campo, os desdobramentos se notam ainda mais severos, uma vez que a pandemia foi instrumentalizada pelos antípodas das comunidades camponesas e tradicionais para potencializar toda a sorte de ataques contra terras e territórios. À virulência mortal da “peste”, somou -se a violência do capital, referendada pela omissão e conivência do Estado. O medo e a morte, sempre presentes na vida das periferias e na luta dos povos do campo, agora se pulverizavam e se alastravam a passos gigantes. Desde o início do ano de 2020, passamos a constatar que a crise mundial sanitária tinha, no Brasil, aspectos surrealistas onde uma trágica pandemia era alimentada por um nefasto projeto político, e esse, por sua vez, se alimentava do caos que a pandemia impunha sobre as populações (CPT, 2020, não paginado).

Sobre os índices de conflitos de terra em 2020, os dados mostram uma concentração de ocorrências na região norte do país com 647 registros e participação de 77060 famílias nesses conflitos, representando percentual próximo a 40% em relação ao número total dos conflitos. Como ilustrado na tabela 9.

Tabela 9 - Conflitos por terra no Brasil em 2020

Regiões	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste	289	31738
Nordeste	483	48734
Norte	647	77060
Sudeste	95	6787
Sul	94	8935
Total	1608	173254

Fonte: CPT (2020). Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A tabela 9 traz os números das ocorrências e das famílias envolvidas, a organização da tabela por regiões e com a somatório do valor total do país revela como os conflitos estão majoritariamente concentrados, respectivamente na região norte e nordeste do país.

Para ponderarmos os reflexos sobre a concentração dos conflitos de terra nessas regiões precisamos considerar o contexto político que as circundam, entender como a política está articulada nessas regiões é ponto chave para mensurarmos a atuação do Estados em potencializar esses conflitos numa tentativa frustrada de desenvolvimento do país.

Nosso ponto de partida é primeiro retomar o que já tratamos no capítulo I, em que a reforma agrária não é pauta da agenda do atual governo, assim como os povos originários e seus territórios, e tão pouco a preservação ambiental. O governo do país instrumentaliza suas ações através de representantes políticos, nesse caso, mencionaremos o ministro do meio ambiente que tem atuado de maneira contrária a um desenvolvimento sustentável e menos predatório a natureza, que respeite e preserve os povos originários, principalmente no norte do país, em especial na região amazônica.

Expomos aqui uma fala problemática feita pelo ministro do meio ambiente, Ricardo Salles em 22 de abril de 2020 em reunião com outros ministros, representantes do governo e com o próprio presidente da república.

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos (notícia publicada no G1 - Sul de Minas, no dia 22 de maio de 2020).

Essa fala é reveladora, assim como os pronunciamentos do Bolsonaro, do Mourão (vice presidente da república) que acendem a cena dos conflitos no campo e nas florestas, destacamos que assim como a grilagem, a extração de madeira estão diretamente relacionados a questões de acesso à terra e aos conflitos, esse tipo de declaração também. Pois essas falas mostram a despreocupação do governo com o meio ambiente e com a população e dão margem para que avancem com a exploração sem respeitar medidas legais, as mesma que são pouco respeitadas e que com a fala do ministros deveriam ser amenizadas e ampliadas mas não no

sentido punitivo das leis, ao contrário, no sentido de ampliar as possibilidades de exploração.

4.2 CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM CAMPO DO MEIO

O município de Campo do Meio registrou 06 manifestações com participação de 2.954 pessoas entre os anos de 2000 a 2016. Neste período, o estado mineiro registrou o total de 618 manifestações com a presença de 301.267 manifestantes. Com esses dados, temos neste período a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas com registro de 12 dessas manifestações com 3.944 pessoas, a 8ª classificada dentre as 13ª regiões listadas do estado mineiro com os maiores índices de manifestações e manifestantes (DATALUTA MINAS, 2017).

Com base nos dados dos conflitos por terra da CPT, organizou-se um quadro com os conflitos em Campo do Meio, de forma geral todos os conflitos estão concentrados nas terras ocupadas pelo MST no município. A metodologia da CPT considera como conflitos por terra as ocupações e retomadas de terra, acampamentos, ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais.

O quadro 3 traz os conflitos registrados desde a primeira ocupação em 1996 até 2020, os nomes dos conflitos não revelam ao certo de que se tratam, sejam tentativas de despejos, despejos, ocupações entre outras formas de conflito, apenas sinalizam a localização ou os acampamentos envolvidos.

Apesar disto, o quadro auxilia na compreensão da permanência dos conflitos por terra no município, trazendo à tona a confirmação de que no município temos um dos mais antigos conflitos agrários, visto que, todos os conflitos foram registrados nas áreas da antiga usina Ariadnópolis e da CAPIA e são registrados há mais de 25 anos.

Quadro 3 - Conflitos por terra em Campo do Meio (1996-2020).

Data	Nome do Conflito	Famílias
18/11/1996	Faz. Jatobá	35
/04/1997	Faz. Jatobá	50
30/03/1998	Faz. Jatobá	150
02/02/2002	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	120
27/07/2003	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	60
16/04/2004	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	50
10/10/2005	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	30
23/11/2005	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	30
25/11/2008	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	280
18/05/2009	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	98
31/08/2009	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	31
21/02/2011	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	180
03/03/2016	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	98
20/05/2016	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	98
05/07/2016	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	98
07/11/2018	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
19/07/2019	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
21/02/2020	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
30/07/2020	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
13/08/2020	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
17/08/2020	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450
24/08/2020	Faz. Ariadnópolis/Assent. Quilombo Campo Grande	450

Fonte: CPT, 1996-2020. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Conforme o quadro 3, os anos que apresentaram mais conflitos são os que coincidem com períodos de despejos ou as ocupações de terra. Nos anos de 1998, 2003, 2005, 2009 e 2020 foram registrados despejos dos acampados. Para ter certeza dessa hipótese, cruzaram-se os dados dos conflitos com os das ocupações ou tentativas de despejo. Por exemplo, os registros de 2020 têm ligação direta com o despejo realizado nesse mesmo ano no mês de agosto, assim como o despejo realizado no ano de 2005 (ambas nas áreas da CAPIA).

Resgatando que após as ocupações o processo esperado são os despejos e posteriormente a reintegração, assim temos os acampamentos que por seguinte podem ser regularizados e reconhecidos como assentamentos ou podem ser novamente despejados e aquele território permanecerá em disputa e sem regularidade. Essa ideia é trabalhada por Turatti (2005), como já destacamos no

capítulo anterior. Mas com base na reflexão que a autora traz sobre a relação das ocupações e despejos constituírem o caminho para os acampamentos e ou assentamentos, justificamos levantar a hipótese sobre as relações dos despejos e ocupações com as ocorrências que constam no quadro acima.

Os conflitos por terra são marcas da desigualdade presente no campo e principalmente pela disputa territorial que está intrinsecamente ligada a má distribuição de terras no país. Os despejos realizados no ano de 2009 são relatados como momento de expressiva tensão e violência contra os trabalhadores rurais sem-terra que ocupavam as áreas da fazenda Ariadnópolis. Segundo a CPT (2009), o despejo realizado neste ano acometeu famílias acampadas pelo MST e pela FETAEMG, sendo que ao todo foram despejadas mais de 120 famílias. O despejo contra os acampados foi narrado expressando a truculência e ilegalidade que a polícia militar do estado utilizou para expulsar os camponeses da terra.

Visitamos as áreas de escombros onde existiram os acampamentos Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes e Irmã Dorothy Stang, do MST - 97 famílias Sem Terra e o Acampamento Demanda - 25 famílias, ligadas à FETAEMG. Foi comovente, de cortar coração, o que vimos. Terra arrasada. A mando do coronel Guimarães, Tratores com arados e patrulas da prefeitura de Campo do Meio, com tratoristas de testas de ferro que insistem em imperar sobre o latifúndio da ex-Usina Ariadnópolis, destruíram as lavouras dos Sem Terra dos cinco acampamentos. Lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho, laranja, abacate, hortaliças, ... Feijão (1.600 sacas, segundo laudo da EMATER), Melancia (4 toneladas), 4 mil pés de Mandioca e uma grande plantação de milho, todos no ciclo de colheitas. Passaram trator com arado em cima de chiqueiro e trituraram porcos vivos, inclusive uma porca que estava prenha. Mataram cachorros que estranharam os indesejados policiais armados. Até bicho conhece o mal! (CPT, 2009, não paginado).

O relato supracitado é forte, retrata a realidade vivida pelas famílias despejadas e a violência dessas ações cometidas sobre a guarda do Estado. Os conflitos por terra em Campo do Meio não são casos isolados de violência e abuso de poder, infelizmente estamos assolados destas e outras violências no campo brasileiro. Outro exemplo de conflito que podemos mencionar foram os registrados em 2016 e 2020, este último exploraremos com maior atenção pouco mais adiante. Mas no que se refere às ocorrências registradas em 2016 que somam ao todo três, estão datadas com cerca de dois meses de diferença de uma para outra, ou seja, em um curto espaço de tempo essas famílias estiveram em conflitos por terra.

Essas famílias vivem a tensão e resistência ao despejo que foi realizado na data de 20 de maio de 2016, os dados da CPT (2016), informam que a ocorrência do

conflito está nomeada como “Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista” e que envolveu 98 famílias. Segundo registros de uma matéria publicada pelo jornal regional o despejo foi realizado pela manhã e no período da tarde as famílias puderam retornar às suas terras:

Segundo a Polícia Militar, o trabalho dos oficiais de justiça, com apoio de 80 policiais militares, Corpo de Bombeiros e três conselheiros tutelares, começou por volta das 6h30 e terminou ao meio-dia. A PM informou que a reintegração de posse ocorreu de forma tranquila e que houve apenas um pequeno tumulto no final da manhã, quando alguns ocupantes da área tentaram impedir o trânsito de caminhões. Durante a tarde, no entanto, a ordem foi suspensa e as famílias puderam voltar ao local.

O mandado de reintegração de posse, assinado pelo juiz da Vara Agrária, Octávio de Almeida Neves, foi publicado em 16 de outubro de 2015, mas não havia sido cumprido ainda devido a mandados de segurança que suspenderam seu efeito nos meses seguintes. A decisão saiu na mesma data em que a desembargadora Mariângela Meyer, do TJMG, concedeu liminar em favor da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que é titular do imóvel e pediu a suspensão de um decreto do Governo de Minas, que destinava a fazenda para desapropriação.

A área, com mais de 3 mil hectares, é alvo de disputa para reforma agrária há mais de 15 anos. Em setembro de 2015, o Governo de Minas Gerais publicou um decreto de desapropriação, declarando parte do terreno como de interesse social.

Depois que a primeira desapropriação foi suspensa, o Governo de Minas publicou, em 9 de março deste ano, o decreto de número 107 e declarou uma nova área dentro da propriedade para desapropriação, mas um mandado de segurança, concedido em 16 de maio pelo desembargador Rogério Medeiros à Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S/A, também suspendeu os efeitos do documento (notícia publicada no G1 - Sul de Minas, no dia 20 de maio de 2016, grifo nosso).

Os despejos mobilizam a população de diversas formas e uma dessas foram os boicotes a marcas de café que compram de João Faria da Silva, grande produtor de café do Brasil, o mesmo é responsável por mover ações contra os sem-terra na área de ocupação. Essa campanha intitulada “No meu bule não” foi desenvolvida devido as ameaças de despejo contra o Acampamento Quilombo Campo Grande, em 2018. A campanha foi movimentada pelas redes sociais, de modo que as artes postadas com a #nomeubulena0 foram compartilhadas a milhares de pessoas. A figura 4 mostra algumas dessas imagens compartilhadas.

Esse tipo de ação nas redes sociais é fundamental para ampliarmos o debate sobre a reforma agrária e também para que tragam um incômodo as pessoas no sentido de buscarmos conhecer de onde vem nossa comida, se comer é um ato político a produção desses alimentos também é. A figura 5 mostra os acampados na audiência pública realizada no dia 22 de novembro de 2018 em Belo Horizonte.

Figura 4 – Campanha No meu bule não contra o despejo do Quilombo Campo Grande



Fonte: DOTTA, 2018.

Figura 5 – Acampados em audiência contra despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande



Fonte: DOTTA, 2018.

Segundo dados do jornal Brasil de Fato (DOTTA, 2018), a audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para discutir a reintegração de posse da área do Acampamento Quilombo Campo Grande. A ideia da campanha e a produção das artes divulgadas nas redes sociais foi do designer Gladson Targa, o apoio ao movimento pode ter sido ampliado com a divulgação da campanha já que segundo o alcançou cerca de 1 milhão de pessoas e algumas das artes já foram compartilhados por mais de 12,6 mil pessoas nas redes sociais.

4.2.1 Despejo na pandemia: momento determinista para a luta agrária mineira

O despejo das terras é o reforço da atuação violenta do Estado apoiado na burguesia e vice-versa, que ocorre contra os trabalhadores sem-terra. Ainda que exista legalidade nas decisões judiciais sobre os despejos, estas não são decisões imparciais. Mas e quando pensamos em despejos em meio a pandemia de um vírus mortal? Parece essa uma atuação tendenciosa ou criminosa?

No ano de 2020, em meio a pandemia do covid-19, foram registrados conflitos por terra no município de Campo do Meio entre os meses de fevereiro, julho e agosto. No último, foram registrados conflitos nos dias 13, 17 e 24 de agosto, datas estas compatíveis com o despejo de 14 famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande. Considerado como um dos despejos mais longos vivenciados na região, apoiadores do movimento junto as famílias acampadas, assentadas entre outros representantes do MST permaneceram em resistência ao despejo por 56 horas (CPT, 2020).

O crime do despejo em meio a pandemia pode ser pensado sob o contexto conservador dos governos de direita, com características moralistas, autoritárias e segregarias, manifestadas no Brasil e que têm auxiliado na expansão da agenda neoliberal e reacionária. No estado de Minas Gerais tem-se assistido o avanço de barreiras direcionadas a reforma agrária e seus desdobramentos. Ainda que:

Ao mesmo tempo, essa unidade federativa possui um dos mais simbólicos conflitos pela posse da terra no Brasil atual, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a massa falida da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio (Sul de Minas Gerais). Esse conflito traz alguns dos principais elementos que historicamente têm caracterizado a Questão Agrária nacional e que se tornam ainda mais evidentes no momento atual como a irresponsabilidade e impunidade do latifúndio/agronegócio, a

letargia do Estado em exigir o cumprimento da função social da terra e a judicialização das lutas camponesas (COCA et al, 2020, p. 2).

Relembrando a história local com a criação do Assentamento Primeiro do Sul e as ocupações que ocorreram em áreas da usina falida Ariadnópolis, avançou-se na demanda por terra na região, mas não solucionou em sua totalidade o problema. Aproximadamente 450 famílias deram origem ao Acampamento Quilombo Campo Grande em pouco mais de 4 mil hectares. Apesar de suas contribuições para a parte social e ambiental da região do Sul de Minas, o panorama político do governo de Romeu Zema se mostrou extremamente favorável às tentativas de retomada das terras e contrários a regularização fundiária (COCA et al, 2020).

A destruição escola Eduardo Galeano situada dentro das terras que abrangem o território em disputa da CAPIA começou antes do despejo de agosto de 2020, busco justificar essa posição sob o viés do fechamento da escola e toda manipulação que já estava sendo feita para sua derrubada (antes da destruição física buscaram destruir princípios). Durante a assembleia legislativa realizada em 2018 para discutir o despejo da área que inclui a escola, dois deputados se manifestaram com acusações e xingamentos aos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra presentes na assembleia:

O principal argumento dos deputados Arantes e Bruno Engler foi de que a escola não está funcionando e as plantações são irrisórias. Além disso, afirmam que a área ocupada pelo movimento não era improdutiva, visto que existe um projeto de plantação de 2 milhões de pés de café para recuperar a Usina Ariadnópolis, falida em meados dos anos 90. A reportagem do Brasil de Fato requereu o documento ao deputado Arantes, mas não obteve resposta até o fechamento da matéria.

A acusação de que a escola não está em funcionamento foi desmentida pelo superintendente regional de ensino, Erivelton Ramos. Ele confirma que dentro do assentamento há um anexo da Escola Estadual Dr. José Mesquita Netto, que possui quatro professores contratados pelo governo estadual e uma unidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola está em normal funcionamento, declara o superintendente (DOTTA, 2018).

A fala desses representantes políticos pode nos dar uma perspectiva do que poderia ser esperado para esses trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. O papel desses representantes políticos em verbalizar a violência se inicia com mentiras direcionadas ao funcionamento da escola, eles afirmavam que a escola não funcionava, fato este, que havia sido desmentido pelo superintendente de educação. A escola ofertava ensino básico regular, ensino para jovens e adultos (EJA), além de cursos entre instituições parceiras.

O fechamento de escolas no campo interessa a quem? Em um país com tantas desigualdades sociais, distanciar o acesso à educação é um ato cruel. Esse processo tende a ser fortalecido com a direita autoritária à frente dos nossos governos, assim como as ações mais violentas contra a população. A escola foi o primeiro lugar despejado e destruído pela polícia mineira com apoio do governador. Na figura 6 podemos observar parte da escolta policial deslocada para a ação de despejo como por exemplo o caminhão da tropa de choque. Na figura 7 o conjunto de imagens mostra os militantes do MST com faixas e cartazes contrários ao despejo e também materiais retirados da escola prestes a ser despejada.

Figura 6 – Tropas policiais no despejo em Campo do Meio em agosto de 2020.



Fonte: MST, 2020. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Figura 7 – Militantes do MST contra o despejo e destruição da escola Eduardo Galeano.



Fonte: MST, 2020. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A mobilização contra a ação de despejo se deu amplamente pelas redes sociais, alguns apoiadores também comparecem às localidades do Acampamento Quilombo Campo Grande. Porém, com a pandemia da covid-19 o número de apoiadores presencialmente no despejo não foi maior do que as mobilizações que ocorrem pela internet tanto nacionalmente quanto internacionalmente, diversas redes sociais foram tomadas por postagens contrárias aos despejos. Cobrar os representantes políticos e pressioná-los, mesmo que através das redes sociais, são formas de observar a postura deles frente a desumanidade e ilegalidade dos despejos em meio a pandemia. Em uma rede social particular enviei uma mensagem ao governador de Minas Romeu Zema do partido Novo cobrando posicionamento perante o despejo e a resposta veio através de sua assessoria.

Olá. Somos da assessoria e informamos que na última terça-feira (11/8), a Secretaria de Desenvolvimento Social havia solicitado a suspensão da ordem judicial para reintegração de posse. Foi enviada ao Judiciário manifestação coletiva da Sedese, junto a outros órgãos de Direitos Humanos. Com a negativa do judiciário, que possui autoridade para tal suspensão, a Polícia Militar acompanhou a ordem judicial para reintegração de posse. A desobediência da PMMG à decisão do judiciário implicaria no descumprimento do Art. 301 do Código Penal. Foi planejada uma operação

pacífica, seguindo todos os protocolos de segurança estipulados para o período da pandemia para preservar a segurança de todos (mensagem recebida em uma rede social da autora em 13 de agosto de 2020).

Indo para seu terceiro ano de mandato, o governador Romeu Zema demonstra o traço de sua gestão autoritária e covarde, que além de não ter a pauta da reforma agrária como prioritária, utiliza-se do instrumento da força do Estado para evitá-la sob qualquer justificativa. Tem-se a compreensão de que desde 1998 os trabalhadores rurais do MST sofreram vários despejos em meio ao histórico da usina falida, que além de inúmeras irregularidades em seu funcionamento (trabalho análogo a escravidão, exploração de mão de obra infantil, descumprimento de legislação trabalhista vigente), deixou no momento em que foi decretada sua falência, dívidas para com seus funcionários, muitos deles que nunca foram registrados com carteira assinada e que não tiveram condições financeiras nem sequer de entrarem com ações trabalhistas para reivindicarem seus direitos (SOUZA, 2018).

Foi no ano de 2015, quando o estado de Minas Gerais era governado por Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores), que houve a promulgação do decreto Estadual nº 365/2015 que desapropriou 3.195 hectares da usina falida, para que fosse destinada à reforma agrária, sendo oferecido por parte do governo a quantia de R\$ 66 milhões como forma de indenização. Entretanto, esse montante foi contestado na Justiça por representantes da empresa. Já em 2019, no começo da gestão de Zema, foi revogado o decreto. Tal fato incentivou a movimentação de Jovane de Souza Moreira, sócio proprietário, na tentativa de reintegração da área ocupada por trabalhadores e trabalhadoras que buscam formas alternativas de comercializar a produção, fora dos modos convencionais impostos pelo sistema capitalista (COCA et al, 2020; SOUZA, 2018).

A figura 8 traz a área despejada no mês de agosto de 2021, sendo a primeira imagem da figura a localização da antiga escola Eduardo Galeano e ao fundo da imagem, é possível observar destroços da construção demolida. Já a segunda imagem da figura mostra amplamente a área que foi despejada com a vegetação retirada.

Figura 8 - Áreas de despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acervo Fidélis, 2021.

Assim, em agosto de 2020, houve mais uma intervenção estatal em benefício de uma classe empresarial de latifundiários do agronegócio, que mesmo tendo quitado em 2017 as dívidas trabalhistas daqueles que conseguiram entrar na justiça, ainda deve R\$ 400 milhões à União. Foi ordenado por meio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que 363 hectares localizados no Quilombo Campo Grande, fossem desocupados. Agrava-se a tal fato, o momento em que o despejo ocorreu, em plena pandemia da COVID-19, que deixou ainda mais vulneráveis populações que já sofriam com as desigualdades estruturais do país. Ademais, a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano e o uso da força por um grande contingente policial e seu aparato, demonstraram toda crueldade da atual gestão mineira (COCA et al, 2020).

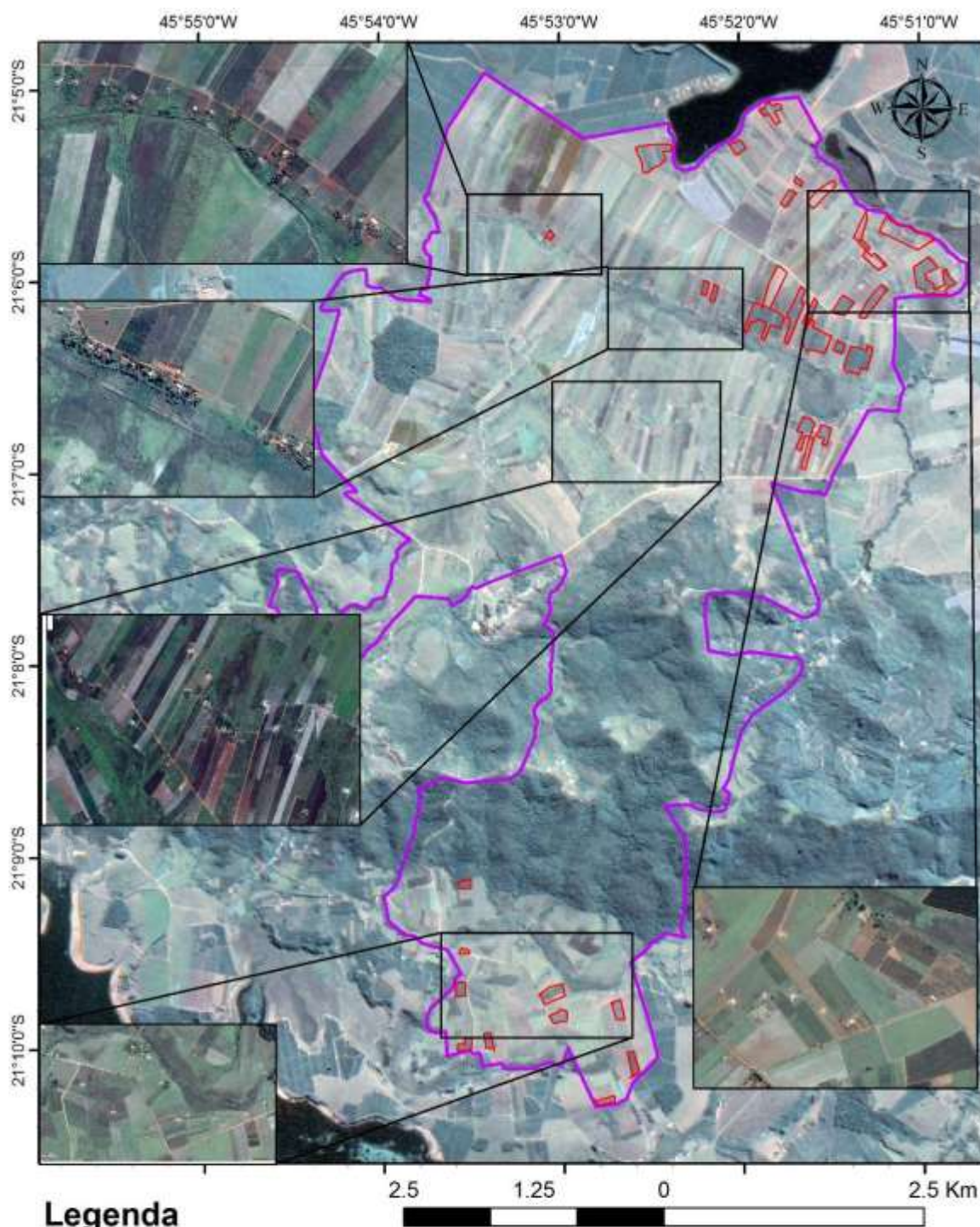
5 POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E PRODUTIVOS

Ao longo do ano de 2020 houve muita expectativa a respeito de como se dariam os trabalhos de campo e a aplicação das entrevistas, parte essencial para as discussões presentes neste trabalho. A pandemia modificou algumas atividades e devido a segurança pessoal e das famílias, seguindo as normas sanitárias vigentes para evitar a contaminação com a covid-19, foram aplicados formulários organizados pelo próprio movimento em conjunto com o NETASA (Núcleo de estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar) com intuito de mapear a produção das famílias, rendimentos, acesso à saúde e outras políticas.

É a partir desses dados que se construiu esta seção de forma a analisar o cenário de acesso às políticas públicas por esses sujeitos. Cabe aqui uma tentativa de traçar o perfil socioeconômico e produtivo dos acampados, verificar como essas famílias estão sendo assistidas pelo Estado, como por exemplo, o acesso à saúde ou aos benefícios sociais.

O mapa 5 permite visualizar por meio de imagens de satélites a área que compreende o Acampamento Quilombo Campo Grande, registro importante para visualizar a área ocupada e incorporar as discussões sobre as políticas que são executadas ou não nesse território. As informações que constituem esta sessão são de importância para a construção do PDA (Plano de Desenvolvimento do Acampamento), uma vez que este trabalho será um instrumento para auxiliar os acampados a reafirmarem sua existência, produção e potência no território em disputa.

Mapa 5 - Limite do Acampamento Quilombo Campo Grande em 2018.



Legenda

- Café (81,61 hectares)
- Quilombo (3190,35 hectares)

Fonte: CBERS 4/INPE/GOOGLE EARTH
 Autores: GeoAtiva Jr.
 DATUM: WGS 84
 Projeção Sistemas de Coordenadas Geográficas
 Fuso 23K



Fonte: Laudo Social, 2018.

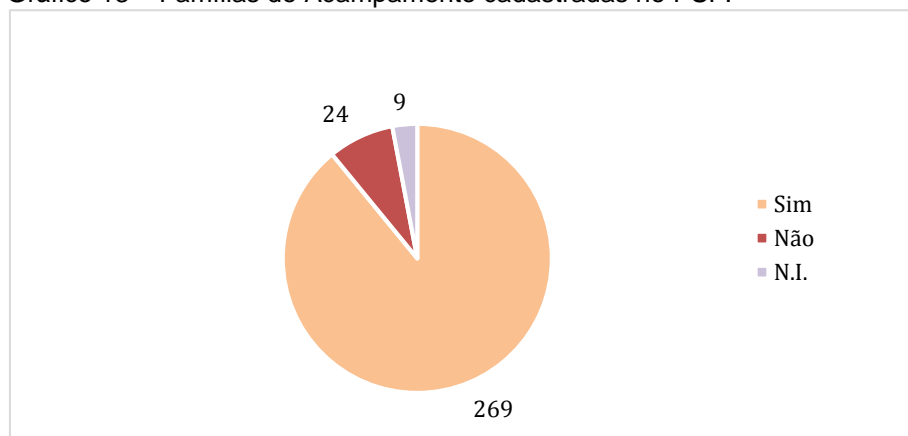
Os formulários aplicados contemplaram 302 famílias. A organização do MST e a equipe do programa “semeando a terra”, do qual sou faço parte, foram responsáveis pela aplicação dos formulários. Entendido como fonte importante para elaborar reflexões sobre o cenário produtivo, econômico e social dos acampados. Os dados apresentados aqui correspondem à realidade de aproximadamente 67% das famílias acampadas, por isso, consideramos esses dados como parciais, pois não compreendem a totalidade das famílias.

5.1 POLÍTICAS DE SAÚDE

O acesso à saúde é direito básico garantido pela constituição, mas é preciso que esse direito seja garantido com qualidade. A assistência básica à saúde dos acampados é realizada pelo município de Campo do Meio e alguns tratamentos são realizados nos municípios vizinhos que contam com maior estrutura médica para procedimentos específicos ou mais delicados. De modo geral, 89% das famílias acessam os PSF (Postos de Saúde da Família), sendo que alguns acampados precisam se deslocar por longas distâncias para os atendimentos. Assim, uma unidade de saúde no acampamento seria um passo importante para a segurança e qualidade de vida dessa população.

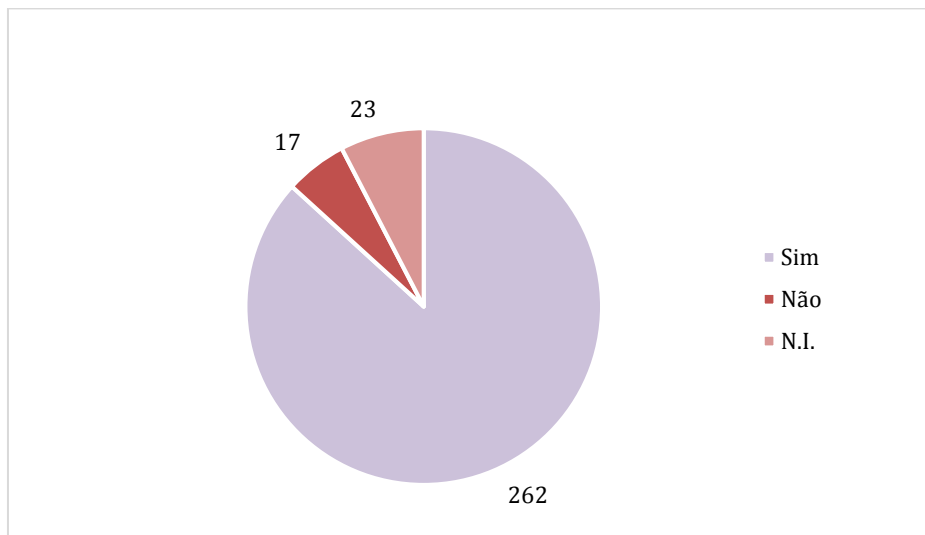
Outros dados coletados através dos formulários somam-se às informações sobre o acesso à saúde, como por exemplo, a vacinação em dia. O gráfico 13 traz os dados sobre os cadastros nos postos de saúde da família do município, já o gráfico 14 traz os números relativos à vacinação.

Gráfico 13 – Famílias do Acampamento cadastradas no PSF.



Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Gráfico 14 – Regularidade na vacinação das Famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Há a compreensão, mais do que em outros momentos devido à pandemia, que a vacinação é um pacto coletivo. A imunização individual impacta nas relações que envolvem toda a sociedade, por isso, a vacinação em dia deve ser prioridade. As vacinas garantem a proteção de diversas doenças. Diante disso, os dados trazem o seguinte panorama: 6% não estão com as vacinas em dia e 7% não souberam informar. Durante a aplicação dos formulários era feita uma orientação através de conversa informal sobre a importância de colocar as vacinas em dia, ainda que 87% dos acampados estejam com o calendário de vacinação regularizado.

Os atendimentos regulares são realizados nos PSF's do município e aos arredores do Acampamento não existem unidades de saúde que atendem os munícipes, ou seja, as 269 famílias se deslocam para diferentes localidades no município para atendimentos à saúde. Ressalta-se que o Acampamento Quilombo Campo Grande agrupa 11 acampamentos distribuídos em mais de 6.000 hectares com cerca de 450 famílias e em toda essa área não possui uma unidade de saúde. O deslocamento dos acampados até as respectivas unidades de saúde que os atendem nem sempre é fácil e alguns fatores corroboram para isso, a distância, a falta de recursos para o deslocamento, a idade dessas pessoas que buscam atendimento, por exemplo. Uma unidade de saúde na área do Acampamento facilitaria o acesso aos serviços básicos de saúde.

A demanda por um PSF não é recente, mas somente na atual gestão de Samuel Azevedo Marinho (PSD), que a prefeitura tem dialogado com os acampados. Evidencia-se no relato da entrevista 1, sobre atendimento de saúde domiciliar: “agora, se tem necessidade de vim, eles vêm. Nessa gestão né”. Na fala a entrevistada se referia aos atendimentos domiciliares.

Esse ponto vale algumas reflexões sobre a importância de a gestão em escala municipal estar, mesmo que minimamente, disposta a dialogar com o movimento. O reconhecimento do prefeito aos acampados nos serviços de saúde, por exemplo, é uma parte importante que traz maior integração desses sujeitos aos serviços públicos ofertados no município. Sobre a relação estabelecida com a atual gestão municipal a acampada revela

[...] se nós tivéssemos tido, lá no passado, apoio das prefeituras, nós já estávamos tudo assentado. Porque o único município que veste a camisa do MST, que ele tem no município, que ele enxerga que o desenvolvimento vai vim através desse povo, pro município. Ele luta, ele vai, ele vai junto com o MST, mas nós nunca tivemos (Entrevistada 1).

Ao ponto que discute-se o acesso à saúde que é fruto de políticas públicas, sendo essas garantias de direitos sociais básicos, um fato ocorrido no ano de 2020 demonstra como a dinâmica da gestão municipal pode estar disposta a auxiliar os acampados ou como pode estar disposta a ignorar qualquer demanda advinda deles. Durante o despejo de 2020, mencionado em momento anterior neste trabalho, os acampados receberam doações de testes de covid para os acampados e assentados que estiveram no despejo, lembrando que este era ainda um momento crítico da pandemia. A solicitação foi feita para que a prefeitura disponibilizasse um profissional com capacidade para aplicar os testes nos acampados, porém não foi atendida e muito menos respondida pela gestão daquele ano. Esse fato pode parecer isolado, mas realça o viés de uma gestão que em momento nenhum reconhecia e dialogava com os acampados.

Sobre a não prestação de serviços aos acampados, uma das lideranças do movimento ressalta “isso, pra você vê como era a prefeitura naquela época, na gestão anterior. Eles eram do princípio dos latifundiários” (Entrevistada 1).

Essas situações podem ser explicadas como patrimonialismo, que nada mais é do que o “uso abusivo do Estado para fins privados”, ou seja, é a relação entre a

parte já privilegiada da sociedade e o Estado que vai sendo apropriado (SCHWARCZ, 2019, p. 64).

O MST busca caminhos alternativos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, sem fome e saudável. Em relação a saúde no Acampamento, apesar da privação de políticas públicas na área e de uma recente inserção da comunidade no usufruto de algumas políticas, o Coletivo Mulheres Raízes da Terra há tempos dispõe de seus conhecimentos para a produção e fornecimento de plantas medicinais, xaropes e tinturas para tratamentos fitoterápicos. A entrevistada 1 relata sobre

[...] Inclusive, nós temos a produção que fica aqui guardado, você deve ter visto, né. Então vamos supor que lá no acampamento Tiradentes eles não tem mais... Porque cada acampamento tem a produção, né. Aí, vai, leva, o produto né, principalmente o xarope, que sai muito né. E??? Primeiro lugar é nossos acampados e assentados né. E depois vai pra cesta e feira né. Que nem hoje, hoje é um dia que tem feira em campo do meio. Aí leva os produtos do coletivo pra lá. Tanto do coletivo, como da cooperativa. Então, e fora também né. É a mesma cooperativa camponesa de Guapé (Entrevistada 1).

Os acampados e assentados podem iniciar seus tratamentos com os produtos do coletivo. As mulheres que fazem parte do coletivo já passaram por capacitações sobre a temática do uso de plantas medicinais para a produção de xaropes e tinturas, por exemplo. Essa qualificação é possível através de projetos e emendas parlamentares que fortalecem os vínculos com as instituições públicas como por exemplo a UNIFAL e o IFSULDEMINAS-MACHADO. A figura 9 é registro de uma capacitação de produtos fitoterápicos realizada pelo setor de farmácia da UNIFAL com o Coletivo Mulheres Raízes da Terra em novembro de 2021.

Figura 9 – Capacitação do Coletivo alguns de seus produtos.



Fonte: Acervo de Tuíra Tule.

Ainda na figura 9 são expostos alguns produtos como o xarope, pomada e tintura produzidos pelas mulheres do coletivo. São esses os produtos disponibilizados para os acampados e assentados e também comercializados.

5.2 POLÍTICAS SOCIAIS

O acesso às políticas sociais também foi mapeado. Os benefícios sociais acessados correspondem a aposentadoria, auxílio emergencial, seguro defeso (pescadores), bolsa família, auxílio doença, seguro desemprego, BPC (Benefício de Prestação Continuada), entre outros. Há que esclarecer também, que o acesso aos benefícios não é feito por todos os membros da família, a exemplo, para cadastro no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e no Cadúnico (Cadastro único) é necessário um representante por família. O cadastro em ambos dispositivos estão

relacionados a programas sociais, sendo o primeiro, em âmbito municipal, necessário para o cadastro no segundo.

Na tabela 10 temos informações das comunidades em relação ao acesso de políticas públicas e também sobre cadastros no CRAS e Cadúnico.

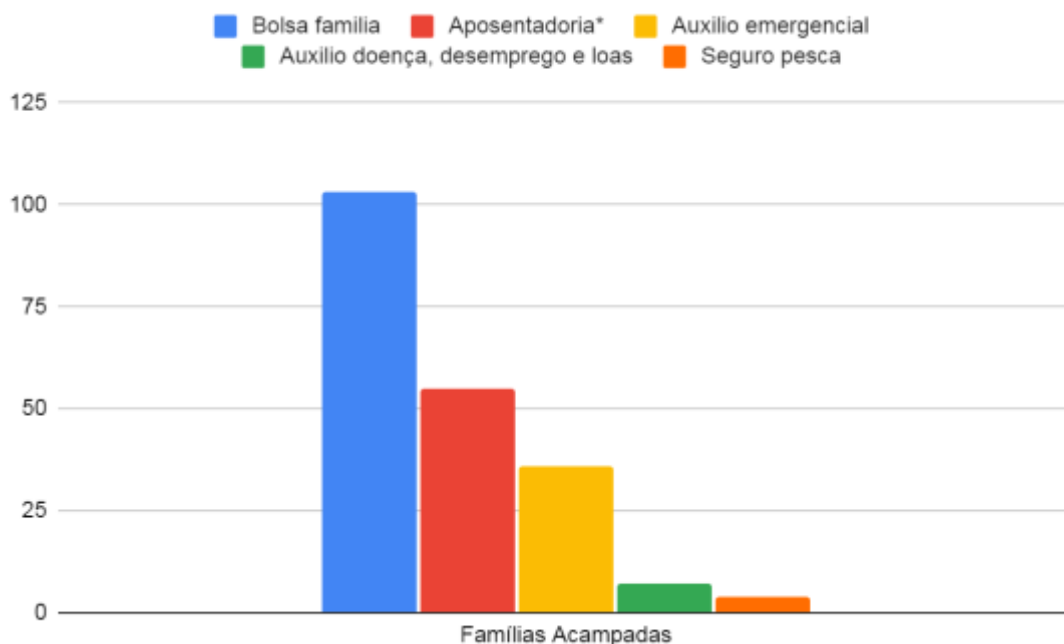
Tabela 10 – Políticas Sociais - Acampamento Quilombo Campo Grande

Políticas sociais - Acampamento Quilombo Campo Grande										
Acampamento	Famílias	Benefício social			CRAS			Cadúnico		
		Sim	Não	N.I.	Sim	Não	N.I.	Sim	Não	N.I.
Betinho	14	10	3	1	14			14		
Chico Mendes	14	2	11	1	10	3	1	9	4	1
Fome Zero	20	11	9		20			19		1
Girassol	26	21	4	1	26			20	5	1
Irmã Doroty	7	3	4		7			6		1
Potreiro	39	19	20		37	2		31	6	2
Resistência	32	16	15	1	31		1	23	6	3
Rosa Luxemburgo	49	34	14	1	47	1	1	46	2	1
Sidney Dias	71	38	30	3	67	1	3	64	4	3
Tiradentes	13	10	2	1	12	1		11	2	
Vitória da Conquista	17	8	8	1	16		1	15		2
Total	302	172	120	10	287	8	7	258	29	15

Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Em verificação da tabela 10, o número de famílias cadastradas no CRAS representa 95% do total de formulários analisados, o que corresponde a 302 famílias. A partir desses cadastros os cidadãos podem solicitar auxílios e benefícios. Segundo os dados da referida tabela 172 famílias, ou seja, mais da metade das famílias (56%) recebem algum benefício social. Dentre os benefícios que apareceram nos formulários foram selecionados os seguintes: bolsa família, seguro emergencial, seguro defeso e aposentadoria (trabalhador urbano, rural e por invalidez).

Gráfico 15 – Famílias e benefícios sociais.



Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2022.

O gráfico acima traz dados em relação ao número de famílias que acessam determinadas políticas como o Bolsa Família, por exemplo. Essa é uma política pública que desde o governo de FHC vem sendo organizada a partir de outros programas de renda. Tendo sua criação datada em 2003 representada pelo MP nº 132 tornando-se a Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Para sua consolidação alguns programas foram agregados como a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Sendo o Bolsa Família um benefício básico destinado a unidades familiares que se encontram em extrema pobreza (BRASIL, 2004).

Recentemente, em novembro de 2021 a lei que trata do Bolsa Família foi revogada pela Lei 14.284 que instituiu o Programa Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família. Devido a data de aplicação dos formulários tratou-se ainda do Bolsa Família. O gráfico 15 traz dados referentes a 103 famílias que acessam o programa, ou seja, temos parte significativa dos acampados que se encontram em condições de extrema pobreza.

Inquietações podem surgir referentes a esse dado, no Acampamento há famílias que residem há mais de 20 anos nas áreas e que possuem produções e maior estabilidade em relação à recém acampados que chegaram há menos tempo. Obviamente as condições de reprodução desses sujeitos ocorrem de formas distintas

devido ao tempo de instalação e relação de maior dependência com a organização do movimento.

Assim, interessa colocar em pauta que se esses dados fossem obtidos em anos iniciais do Acampamento é provável que o número de famílias que acessariam tal política seria proporcionalmente maior devido à recente instalação, por exemplo, ou mesmo pela não consolidação de produção e outros meios de trabalho. Esses condicionantes poderiam ser verificados se houvesse dados para contraposição, poder-se-ia confirmar a hipótese de que inicialmente o Acampamento tinha mais famílias em pobreza extrema e que ao longo dos anos a produção de culturas diversificadas melhora a alimentação desses sujeitos e sua renda, apesar da inexistência do Estado em relação à políticas em prol do desenvolvimento rural.

Referente as famílias com integrantes que recebem auxílio doença, BPC ou auxílio desemprego somam 7. Já referente a aposentadoria por tempo de trabalho, aposentadoria rural ou por invalidez são indivíduos de 55 famílias. Essa informação sobre as famílias que possuem integrantes que recebem aposentadoria rural é por vezes formadas por ex-trabalhadores da usina. Infelizmente, não é a realidade de todos no acampamento, muitos desses trabalhadores não receberam até hoje os direitos devidos.

Outra importante informação que os formulários trazem é a respeito do auxílio emergencial. Essa política tem sua importância inquestionável para a população em vulnerabilidade. O auxílio permitiu que muitas famílias não entrassem para a extrema pobreza durante a pandemia do Coronavírus - Covid-19.

Sendo desenvolvido em 2020, o auxílio tinha como objetivo atender trabalhadores informais e a proposta inicial era no valor de R\$ 200,00. Evidencia-se que por pressão popular e articulação de representantes políticos da oposição, o auxílio sai da votação com o valor de R\$ 600,00. No ano de 2021 foram disponibilizadas parcelas no valor de R\$ 200,00 para pessoas elegíveis para recebimento do auxílio e que não estivessem enquadradas em algumas regras, como não ultrapassar renda familiar mensal por pessoa acima de meio salário-mínimo, por exemplo (OXFAM, 2021).

O auxílio apresentou algumas falhas tanto em relação a burocracia, dos canais digitais de comunicação, atraso no pagamento das parcelas, quanto em relação ao cadastro de indivíduos que não entram no quadro de beneficiários. Ainda segundo relatório da OXFAM (2021, p.14).

o governo forneceu ajuda emergencial, por meio de transferência de renda, a 68 milhões de brasileiros apenas no segundo semestre de 2020, mas esse apoio foi interrompido, deixando milhões de cidadãos sem renda mínima para sobreviver. Menos da metade delas poderá receber apoio dentro da nova ajuda emergencial aprovada em abril deste ano com um valor menor. Como resultado, mais pessoas serão empurradas para a pobreza extrema e a fome.

Ressalta-se que a pobreza vinha crescendo desde 2018, mas a pandemia acabou por escancarar ainda mais as desigualdades sociais na cidade e no campo. É de ampla compreensão, que o contexto agrícola brasileiro é marcado por intensas desigualdades, desde os tempos da colonização, que se acentuaram com o passar do tempo, dando ao território um caráter de disputa social, permeada por desigualdades e diversidades (INTINI; CUNHA, 2021).

Segundo o gráfico, foram 36 famílias acampadas que receberam o benefício. O recorte de famílias com acesso ao auxílio emergencial corrobora com a preocupação e necessidades dessas famílias serem amparadas pelo Estado para além das políticas sociais. É importante o acesso às políticas públicas que promovam a produção, o cultivo nas terras, que as torne emancipadas com produção suficiente para consumo e geração de renda. São esses tipos de políticas capazes de iniciar processos de diminuição das desigualdades sociais tão presentes no campo brasileiro.

Por fim, das políticas consideradas para a análise, o seguro pesca ou seguro defeso, tem sido a menos acessada pelos acampados dentre as políticas listadas. Apesar da baixa adesão, sua apreciação é importante. Dentre os dados examinados, a amostragem traz um recorte de quatro famílias que acessam o seguro, sendo duas do Acampamento Girassol e as demais, respectivamente, do Acampamento Betinho e Acampamento Potreiro. Ambos localizados nas proximidades do lago de Furnas, favorecendo o trabalho com a pesca artesanal.

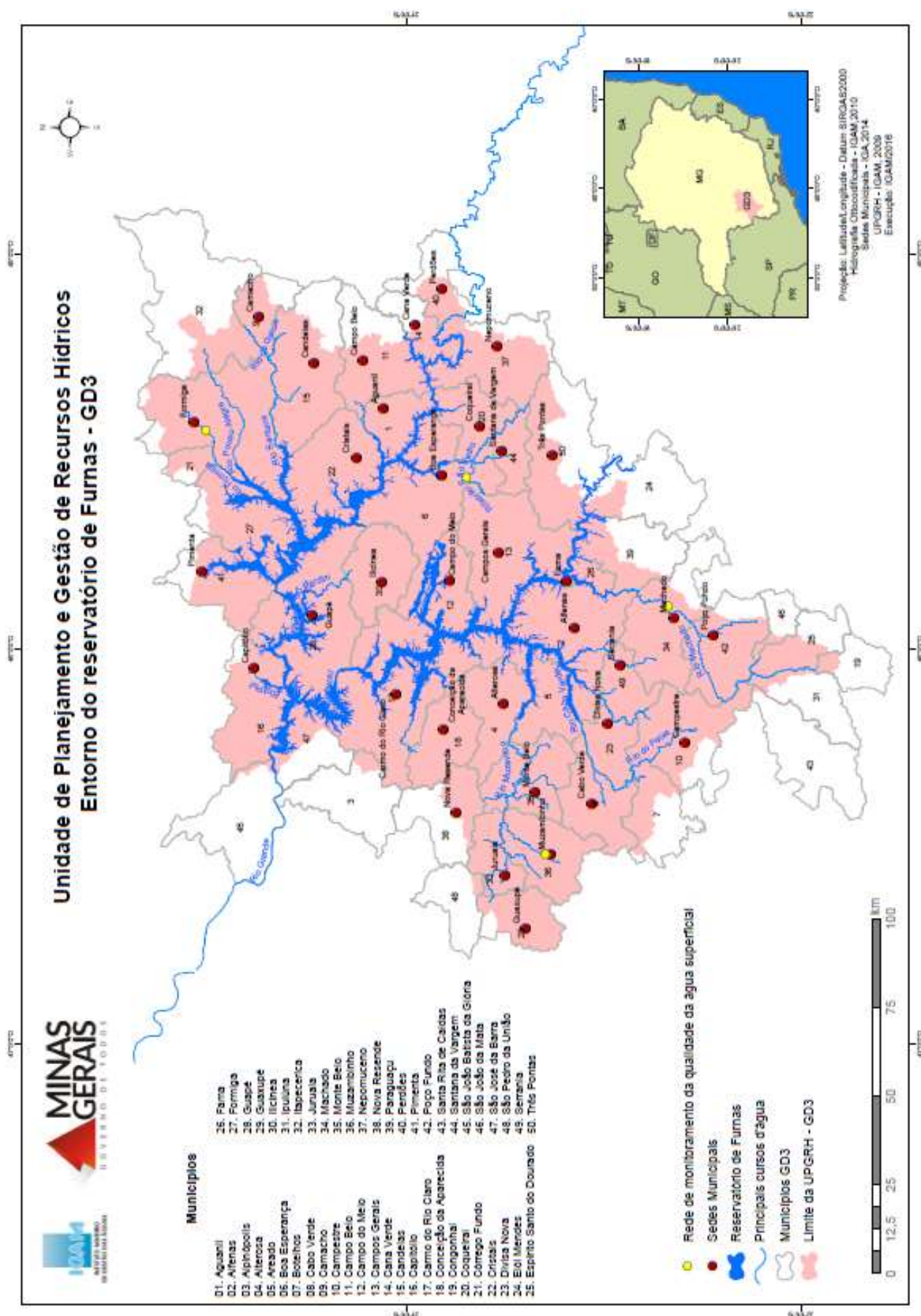
Não necessariamente as famílias acampadas nas áreas limites do lago são as únicas que trabalham com aquicultura no Acampamento Quilombo. Mas a proximidade com o lago é um fator preponderante no que tange ao deslocamento, entre outras facilidades para a realização desta atividade.

O lago de Furnas ou reservatório de Furnas apresenta características variáveis em relação às atividades econômicas desenvolvidas no seu entorno. Popularmente conhecido como “mar de Minas”, o lago banha 34 municípios em sua adjacência,

sendo eles: Aguanil, Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Cabo Verde, Camacho, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Coqueiral, Cristais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Formiga, Guapé, Ilicínea, Juruaia, Lavras, Machado, Muzambinho, Nepomuceno, Paraguaçu, Perdões, Pimenta, Poço Fundo, Ribeirão Vermelho, São João Batista do Glória, São José da Barra, Serrania, Três Pontas e Varginha.

O mapa 6 traz a dimensão do reservatório com mais de 5,4 mil quilômetros de extensão, criado em função da instalação da Usina Hidrelétrica de Furnas. A caracterização da ictiofauna destaca a traíra, tucunaré, lambari e a tilápia, já que são essas as principais espécies com que os pescadores da região trabalham. Os municípios nas proximidades do lago realizam variadas atividades econômicas. Além da aquicultura, a recreação turística em torno do lago é uma atividade desenvolvida por muitos municípios e com importante impacto econômico.

Mapa 6 – Limites municipais do reservatório de Furnas.



O setor primário é a principal ocupação dos camponeses em questão, destaca-se a agricultura como atividade essencial para consumo e geração de renda. Sendo a pesca uma atividade secundária, mas com significativa importância para o sustento das famílias. Por isso, considera-se a política pública do seguro pesca como recurso fundamental para a manutenção das famílias assistidas, validando sua análise.

O seguro defeso é um pagamento concedido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aos pescadores que ficam sem renda em alguns meses do ano devido a proibição da atividade pesqueira durante os meses de novembro a março. Esse período pode variar e ocorre de acordo com a reprodução de algumas espécies de peixes. A legislação referente ao benefício foi criada no ano de 2003 durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2011).

A lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 estabelecia que o pescador profissional teria direito a receber o benefício no valor de um salário mínimo durante o período de defeso, sendo esse trabalhador individual ou em regime de economia familiar. A legislação foi alterada em 2014 por uma medida provisória convertida em lei no ano seguinte, como demonstra o quadro 4

Quadro 4 – Histórico da Legislação Seguro Defeso.

Legislação - Seguro Defeso	
Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003	Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
Medida Provisória nº 665 de 30 de dezembro de 2014	Convertida na Lei nº 13.134, de 2015.
Lei nº 13.134 de 16 de junho de 2015	Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.

Ainda sobre a legislação foi estabelecido acerca do seguro defeso a normativa nº 13.134 de 16 de junho de 2015:

Art. 1º § 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Considera-se ininterrupta a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor.

§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

§ 5º O pescador profissional artesanal não fará jus, no mesmo ano, a mais de um benefício de seguro-desemprego decorrente de defesos relativos a espécies distintas.

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei (BRASIL, 2015).

O auxílio defeso é um benefício significativamente importante que auxilia as famílias em períodos de defeso desde que as mesmas atendam aos critérios estabelecidos pela legislação supracitada. É necessário que o requerente tenha ativo o RGP (Registro Geral de Pesca) há no mínimo 1 ano e que comprove contribuição previdenciária nos últimos 12 meses, além de não ser beneficiário de prestação continuada da Assistência Social ou da Previdência Social. A solicitação do auxílio pode ser feita diretamente nas Agências da Previdência Social ou através de associações e cooperativas, desde que possuam Acordo de Cooperação Técnica com o INSS (BRASIL, 2015).

Posicionada a relevância desta política e algumas de suas características, justificamos que os dados utilizados trazem o retrato de políticas acessadas, e que no geral, trazem discrepâncias em relação ao número de famílias e ao percentual de beneficiários. O recorte de famílias analisadas parte da tabulação dos formulários aplicados e disponibilizados pelo próprio Acampamento. Ressalta-se que a averiguação não contempla todos os acampados visto a indisponibilidade dos dados, por isso, especula-se que esses dados sejam ainda mais alarmantes em relação ao não acesso às políticas direcionadas à aquicultura.

Segundo os dados observados, 44 famílias trabalham com pesca no Acampamento Quilombo Campo Grande. Do total de famílias somente 4 acessam o seguro defeso, sendo que 42 famílias possuem algum tipo de investimento em benfeitoria e infraestrutura como tanques, por exemplo, importantes para contribuir na produção de peixes. Essas melhorias variam de tamanho e qualidade, sendo que

mais de 95% de toda a infraestrutura construída foi feita sem incentivo, seguro ou qualquer outro auxílio governamental.

As famílias acampadas que acessam a política pública do seguro defeso não possuem investimentos em infraestrutura ou benfeitorias para a aquicultura, pelo contrário, quando possuem, constroem com recursos próprios os tanques necessários para produção dos peixes.

Apesar da escala de análise ser reduzida, verificamos que das quatro famílias com seguro defeso, somente uma possui benfeitorias de suporte à sua produção. Demonstrando a ausência de acesso a políticas públicas que fomentam investimentos para o desenvolvimento da atividade. Aqui há o entendimento que o benefício é para assegurar os meses de paralisação das atividades e que insuficientemente o mesmo não é usado para melhorias na produção.

Somente 4 famílias das 44 acessam o seguro defeso, ou seja, aproximadamente 10% dessas famílias usufruem de tal política. Esse percentual pode ser tido como contraditório, pois o tempo de proibição de pesca advém de uma lei nacional em que pescadores artesanais estão vulneráveis, ou seja, não é um evento que só atinge uma parcela mínima da comunidade. Na organização e análise dos dados foi possível remeter à uma passagem de Fernandes (2020, p. 16) em que a autora nos alerta sobre desigualdades: “não basta pensar só na ponta das oportunidades e esquecer que o próprio sistema econômico em que estamos inseridos normaliza as exclusões”.

A ideia não é partir de uma análise rasa e avaliar o cenário como bom já que somente 4 famílias acessam essas políticas e precocemente inferir que as demais não necessitam de tal auxílio durante o período de defeso. Ao contrário, tem-se que cerca de 90% das famílias que trabalham com a pesca não acessam políticas para desenvolvimento da atividade e tão pouco estão amparadas durante o período de defeso, época em que a atividade não pode ser realizada.

Não é coerente trabalhar com a ideia de que se há poucas famílias utilizando uma determinada política é porque o cenário está bom o suficiente e que esses sujeitos estão em condições estáveis para passar pelo menos quatro meses sem obter renda da pesca. Infelizmente, o cenário atual não tem permitido um ensaio de dimensões utópicas.

Desse ponto, há uma conjuntura desvalida. Acompanhada de questionamentos como: quais são os esclarecimentos que justificam o não acesso

das famílias a essa política? Porque o Estado não intervém junto a esses trabalhadores? Essas são provocações para as quais busca-se respostas. São essas inquietações de causar incômodos amiudadamente em todos.

Ademais, as figuras 10 são registros de áreas próximas ao lago.

Figura 10 – Área represada pelo lago de Furnas.



Fonte: Acervo Isabelle Medeiros.

O incômodo em perceber as condições de desigualdades precisa ser o “combustível” no pensar alternativas que alterem o cenário atual. Essas inquietações são suficientes para entender que a “vida política” é aqui e agora, que nela cabe a participação de todo sujeito social, entendendo cada um como ser político e apto a participar da política em âmbito local, regional, estadual e federal. É necessário enxergar nesses desconfortos um caminho para começar a trilhar em direção às mudanças sociais, econômicas e ambientais necessárias para que a desigualdade social cesse e que seja cada vez mais questionada.

Pontua-se que o atual presidente incansavelmente tem se pronunciado contra diversas políticas sociais, dentre elas a política do seguro defeso. Em um pronunciamento, segundo o governo, justifica-se a necessidade de recadastramento do beneficiário, para evitar fraudes. A alegação é que o seguro foi utilizado de forma política pelos governos anteriores.

Ressaltou-se no pronunciamento sobre o recadastramento, uma fala do então presidente Bolsonaro como tentativa de menosprezar essa política pública importante visando a crítica à governos anteriores, sem embasamento de dados técnicos ou

sociais que avaliassem tal declaração. Pelo contrário, houve declarações tendenciosas e preconceituosas em que o chefe de Estado e Jorge Seif (Secretário da Agricultura e Pesca) traziam comparações chulas para diminuir os pescadores e sinalizar que alguns beneficiados desconheciam as bases da pesca ou que tão pouco saberiam diferenciar a água doce da salgada.

Esse e outros pronunciamentos do presidente e de sua pasta enfatizam o viés neoliberal que transborda no governo. Aqui não é retirada de circulação a ideia de que existe fraude em relação ao recebimento do seguro defeso, mas é fato que não devemos invalidar uma política por falhas diagonais. É necessário que o governo julgue a importância da política e peça recadastramento considerando a população mais vulnerável e que isso seja feito sem discursos ofensivos.

Por fim, a política é uma garantia de que a renda não seja zerada durante a proibição da pesca de algumas espécies, porém, não estimula novas formas de produção de peixes ou outras formas de comercialização. Dessa forma, não abre opções emancipatórias aos pescadores artesanais em buscar formas alternativas para criação e/ou comercialização dos pescados.

5.3 PRODUÇÃO DOS ACAMPADOS E O NÃO ACESSO À POLITICAS

No Acampamento Quilombo Campo Grande, o setor de produção, comercialização e meio ambiente tem como tarefa discutir e organizar as cadeias produtivas, gerar renda e autonomia para as famílias se estabelecerem na terra. Além dos meios de comercialização e o acesso aos mercados institucionais. Segundo a agrônoma responsável pelo Acampamento, também cabe ao setor fomentar a produção de base agroecológica e orientar as ações de preservação e recuperação das áreas da Reforma Agrária (ENTREVISTADA 2).

Sendo assim, a partir do setor de produção apresenta-se as formas que o movimento tem de buscar para tentar diminuir as mazelas que o Estado cria e mantém a partir das desigualdades de acesso e desenvolvimento no espaço rural.

Para além das políticas sociais, a falta de acesso a políticas pautadas no desenvolvimento rural, ou seja, políticas agrárias ou territoriais, impacta em muito a vida desses sujeitos. Recentemente os acampados passaram por um período muito difícil, assim como outros tantos que já vivenciaram justamente pela falta de amparo do poder público.

As geadas atingem as plantações e em muitos casos a produção de meses e até anos podem ser perdidas. Assim, quando os camponeses acessam linhas de créditos ou seguros advindos de políticas agrárias fornecidas pelo Estado, tem-se um amparo para a economia e desenvolvimento desses cultivos. Mas o que acontece com os camponeses que não são contemplados por essas políticas? A resposta é simples, apesar do complexo impacto gerado na vida desses camponeses. A produção é perdida e com isso a renda é totalmente desestabilizada e sem o amparo de ações que garantam a produção, a retomada do cultivo se torna uma dificuldade.

Diante disso, a agrônoma expõe que “desde o início as famílias fizeram tudo com o suor e esforço de seu trabalho, não tivemos apoio para adquirir as sementes, insumos, para maquinário e ferramentas, sempre foi nós por nós”. A exposição é a confirmação de que os acampados não tiveram acesso às políticas de produção, por exemplo, linha de crédito ou algum suporte e incentivo à produção (ENTREVISTADA 2).

Figura 11 – Plantações atingidas por geada no Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Figura 12 - Plantações atingidas por geada em 2021 no Acampamento Quilombo Campo Grande



Fonte: Acampamento Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

As figuras 11 e 12 são registros de uma geada que atingiu plantações de muitos acampados, trazendo prejuízos e perdas. Os fatores naturais não podem ser controlados com políticas, mas acessar créditos e seguros que amenizem esses fatores é possibilitado pelo Estado, por isso é necessário pontuar esse processo. O não acesso às políticas que garantam o desenvolvimento rural de seus lotes geram impactos sentidos no cotidiano desses sujeitos, que se encontram desamparados por quem deveria garantir seu bem-estar social.

Pela falta de atuação do Estado, remete-se aos apontamentos de Carter (2020), sobre a reforma agrária não acontecer sem o Estado.

Na prática, nenhuma reforma agrária moderna poderia ocorrer na ausência do Estado. Por definição, reformas agrárias implicam o envolvimento do Estado na reestruturação de relações de direito de propriedade ou, no mínimo, na regulamentação dos termos de posse no campo, em favor dos trabalhadores rurais (p. 33).

A reforma agrária, assim como as políticas públicas, deriva de demandas sociais. “O pontapé inicial de qualquer programa de distribuída fundiária, portanto, depende da demanda da sociedade. Desse modo, a execução de reformas agrárias

implica uma combinação de impulsos por parte do Estado e da sociedade” (CARTER, 2020, p. 33).

Por isso, se faz necessário entender as políticas públicas. Para Frey (2000), as demandas que corroboram para a construção das políticas públicas são alteradas ao longo dos anos. São modificadas porque as carências sociais, econômicas ou ambientais estão em constante transformação. A pressão popular, somada a articulação, caminha para a idealização das políticas públicas reivindicadas. Para isto, entender que a consolidação delas pode ser caracterizada pelos conflitos, pelos objetivos ou pela sua própria implementação é essencial para compreender seu impacto na sociedade. Essa caracterização ocorre através de quatro possibilidades, sendo elas a política distributiva, a constitutiva, a regulatória e redistributiva.

As políticas de subordinação ou as emancipatórias dialogam com o objetivo de seus proponentes. Em entrevista com a agrônoma responsável pela produção ela explica como tem se dado o acesso à políticas de produção:

O acesso à políticas públicas que fomentem a produção é pequeno ou quase inexistente, o fato das famílias acampadas não possuírem nenhum documento que comprove a posse da terra, as mesmas são impedidas de acessar a DAP, sem esse documento é impossível acessar linhas de crédito e o canais de comercialização institucional como PAA e o PNAE. Além disso desde o golpe da em Dilma em 2016, esses programas tiveram uma redução drástica nos investimentos financeiros, houve um desmonte nessas políticas públicas e em entidades que serviriam para dar suporte a essa organização como MDA e a CONAB (ENTREVISTADA 2).

Por isso, não conseguimos aqui discutir se as políticas voltadas ao setor de produção são compensatórias ou de subordinação. Já que aqui configura-se o não acesso à políticas públicas. As famílias acampadas, por não possuírem nenhum documento de posse da terra, no geral não acessam as políticas públicas voltadas para o campo. Segundo a entrevistada 2, a assistência técnica e extensão rural é uma dessas não acessadas. Ela explica que a EMATER no município permite que os acampados consultem o escritório da empresa para tirar algumas informações, mas não há atendimento individual nos lotes produtivos.

Discutir as políticas públicas, sua formulação, execução e eficiência é parte importante do nosso papel enquanto cidadão em uma sociedade democrática. Nesta seção que estão sendo traçados esboços sobre o perfil do Quilombo Campo Grande e sua relação com as políticas públicas, aprofundar essas discussões é necessário para compreender como impactam na vida dos acampados.

5.4 ALTERNATIVAS A FALTA DE POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande fazem parte da esfera de comercialização alternativa às formas do capital, além disso, foi uma maneira de continuar as vendas das produções de forma segura em meio a pandemia. A organização é feita pelos acampados que estão coordenados por tarefas, sendo as principais: produção dos acampados, comunicação com os acampados sobre os produtos e as quantidades disponíveis para semana, formatação do formulário (meio de aquisição das cestas), divulgação, busca dos produtos nos lotes, montagem e entrega das cestas. Essas atividades são ordenadas em harmonia para funcionamento da comercialização das cestas.

O formulário possibilita a aquisição dos mais variados produtos da reforma agrária popular. É aberto todas as segundas-feiras pela manhã e encerrado às quartas-feiras no período da noite. Com isso, os responsáveis pela conferência dos pedidos para a então montagem da cesta se organizam até quinta-feira para informar as quantidades totais dos produtos que serão recolhidos para a montagem da cesta, que ocorre no mesmo dia no período da noite. No formulário existem duas formas para a entrega da cesta, a entrega no ponto fixo em Alfenas ou a entrega na residência, o que inclui uma taxa variável de R\$ 7,00 a 15,00 a depender do município.

O raio de entrega das cestas atinge o próprio município do Acampamento, Campo do Meio e outros da região como Alfenas, Areado, Fama, Paraguaçu e Serrania. As entregas no ponto fixo são realizadas no município de Alfenas e ocorre das 08h às 10h 30min nas sextas-feiras, já as entregas nos outros municípios ocorrem posterior a esse horário. No quadro 5, estão listados os produtos disponíveis na cesta (exceto a produção do Coletivo Mulheres Raízes da Terra), durante as semanas ocorrem variações na oferta das culturas disponíveis devido a sazonalidade.

Quadro 5 – Produtos das Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande.

Produtos das Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande	
Verduras, Legumes, Tubérculos e Raízes	Acelga, agrião, alface americana, alface crespa, alface lisa, alface roxa, alho-poró, almeirão, almeirão roxo, brócolis, beterraba, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chicória, coentro, couve, couve-flor, escarola, inhame, mamão verde, mandioca descascada, mandioca amarela descascada, mostarda, peixinho da horta, rabanete, repolho, rúcula, salsinha e tomate.
Frutas e Polpas de Frutas	Banana prata, banana verde, banana maçã, goiaba e morango congelado.
Produtos Beneficiados, Produtos de Origem Animal e Grãos	Açafrão moído, açafrão raiz, açúcar mascavo orgânico, antepasto de berinjela, antepasto de tomatinho confit, amendoim branco debulhado, amendoim vermelho debulhado, amendoim torrado, arroz integral orgânico a vácuo, arroz orgânico polido, arroz orgânico polido a vácuo, banana chips, bala de gengibre, mel e limão, bebida láctea sabor chocolate, bucha vegetal, café orgânico em grãos, café orgânico moído, café popular moído, café sustentável, cachaça veredas amburana, colorau, conserva de pimenta dedo de moça, conserva de rabanete, creme de leite UHT, creme de milho não transgênico, doce de banana, doce de leite, farinha de mandioca "man", farinha de jatobá, fava seca, frango caipira picado e congelado, feijão preto, geleia de goiaba, gengibre cristalizado, geleia de uva orgânica, goiabada cascão, melado, milho de pipoca branca, milho de pipoca vermelho, molho de tomate, ovos caipira, ovos de codorna, pão caseiro, paçoca de amendoim, polvilho azedo, suco de uva integral orgânico e tempero caseiro.

Fonte: Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A figura 13 traz algumas imagens da produção agroecológica disponíveis nas cestas de consumo. Sendo ofertados verduras, legumes, tubérculos, raízes, produtos beneficiados, produtos de origem animal, grãos e também plantas medicinais,

aromáticas e fitoterápicos. A oferta das plantas é do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, organizado por mulheres acampadas e assentadas do MST no município.

Figura 13 – Produção Agroecológica Acampamento Quilombo Campo Grande.



Fonte: Acervo Tuíra Tule. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

Alguns produtos beneficiados são de cooperativas de diversas regiões do país, por exemplo, a Cooperativa Central do Cerrado com produtos ecossociais produzidos na Bahia, no Goiás e no Norte de Minas Gerais. Mais próxima e que oferece produtos na cesta é a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa) responsável pelos produtos Guai⁶, esses produtos tem como origem de cultivo os acampamentos e assentamentos rurais do MST dos municípios de Campo do Meio e de Guapé ambos do Sul de Minas⁷.

Retomando as informações que consistem no quadro 5, é possível averiguar a riqueza produtiva dos lotes dos acampados. Sendo mais de 30 tipos de verduras e legumes, sem contabilizar os que não estão listados devido à época de produção. Toda diversidade tanto dos produtos in natura quanto dos beneficiados (mais de 50 produtos), confirmam a potência dos camponeses na luta pela produção de alimentos

⁶ Ver mais em <http://www.guaii.com.br/>

⁷ Assentamento Primeiro do Sul, Assentamento Nova Conquista e Acampamento Quilombo Campo Grande situados em Campo do Meio. No município de Guapé o Assentamento Santo Dias.

saudáveis em harmonia com a natureza, mesmo sem o auxílio do Estado para garantia de direitos básicos.

Destacando a riqueza e diversidade de produção apontou-se caminhos alternativos trilhados pelos acampados sem o auxílio do Estado. Mas também é esse caminho coberto por diversas dificuldades e concorrência desleal com a produção do agronegócio que se garante apoiada no governo. Segundo a entrevistada 2, o setor de produção do acampamento colabora nesse sentido.

Contribui com a organização das linhas produtivas, no acesso e na troca de sementes crioulas, no acesso a assistência técnica, na organização da comercialização das cestas agroecológicas, na participação das feiras, na venda para os armazéns do campo, e nas ações de cooperação como a cooperativa camponesa, no escoamento de produtos como o café, o extrato de tomate e processados do milho como fubá e a canjiquinha. As famílias se organizam no geral pelas linhas produtivas e são estimuladas a produzir de forma agroecológica e a participar das formações e capacitações promovidas pelo movimento e por entidades parceiras.

É importante que o movimento busque e reproduza outras formas de produção e comercialização que os difere da agricultura convencional que tem como saída o mercado que tradicionalmente alimenta o capitalismo e suas desigualdades. Porém, é fato que a não assistência do Estado prejudica muito os acampados. Então, o ponto de desenvolvimento desses sujeitos deve ser reconhecido e valorizado, não se deve alimentar uma linha de pensamento retrógrada que discursa que os esforços para mostrar que a produção existe e que as duras custas têm resistido sem o Estado, deve então, ser mantida sem o mesmo. Pelo contrário, cabe ao Estado estimular o desenvolvimento, a permanência na terra e a produção. Além de reconhecer a esses sujeitos o direito a terra, luta existente a mais de 20 anos nesse território.

5.4.1 Organização e produção do Coletivo Mulheres Raízes da Terra

Como supracitado na sessão anterior, o Coletivo Mulheres Raízes da Terra é responsável por ofertar nas cestas plantas medicinais, aromáticas e fitoterápicas. O coletivo foi criado há 10 anos. No trabalho de campo realizado em fevereiro de 2021 participei de um encontro semanal das mulheres e foi uma experiência pessoal muito rica. Nesse encontro estava programado uma oficina de sabonetes. Para a oficina foram utilizados produtos como tintura de barbatimão e camomila para compor a receita do sabonete natural, sendo que esses itens também são produzidos por elas. Fazia parte da oficina provocações para que refletissem e discutissem sobre os

preços dos sabonetes (naturais e industrializados) vendidos convencionalmente nos estabelecimentos comerciais. Assim como os benefícios da produção dos sabonetes naturais, bem como estratégias para calcular valores sobre os gastos de produção e possíveis preços para venda. A figura 14 traz registros da oficina de sabonete realizado no dia 19 de fevereiro de 2021.

Figura 14 – Oficina de sabonete – Coletivo Mulheres Raízes da Terra.



Fonte: Acervo pessoal.

O Coletivo de mulheres merece ser destacado neste trabalho, não só por compor o debate e reflexões sobre políticas públicas, mas por toda força e empenho dessas mulheres frente ao Acampamento, seja pela organização, manutenção e representação.

Foi proposto discutir a importância das políticas públicas para desenvolvimento social e econômico, mas também e talvez como ponto chave, como um meio de emancipação. É sabido que muitas dessas políticas garantem a manutenção da vida desses sujeitos e os mantêm em opressão. Vislumbra-se que estas devem ir além da manutenção, devem trazer formas individuais e coletivas de emancipação a sujeitos que estão sucessivamente vulneráveis e que precisam dessa ferramenta do estado.

Nesse sentido, o coletivo tem trabalhado rompendo com as opressões das mulheres (tanto em casa, quanto em demais espaços) e cada vez mais caminhando para a emancipação dessas mulheres.

No quadro 6 estão listados os produtos advindos do Coletivo Mulheres Raízes da Terra, que atualmente conta com a participação de 50 mulheres (assentadas e acampadas). Todos esses produtos estão disponíveis para a compra no formulário das cestas agroecológicas. O saber sobre o benefício de muitas plantas é quase ancestral, a natureza é valorizada por essas mulheres que veem a cura nas plantas e que repassam seus conhecimentos entre as outras companheiras e seus familiares.

Quadro 6 – Produtos do Coletivo Mulheres Raízes da Terra.

Produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra	
Tinturas e Xarope	Tintura de alho, tintura de cenoura, tintura de menta, tintura de cidreira, tintura de açafreão, tintura de canela de velho, tintura de lavanda, tintura de mil ramas, tintura de sete sangria, tintura de arnica, tintura de ipê branco, tintura de mão de deus, tintura de manjerição e xarope de guaco.
Florais e Extrato	Floral de camomila, floral do desapego, floral de ipê roxo e extrato de própolis.
Uso Externo	Escalda pés (ervas desidratadas e sal marinho), gel de massagem, sabonete de coco babaçu e sabonete de lavanda.
Mudas e Vasos	Muda de capim cidreira, muda de tomilho e vaso de tomilho.
Plantas Medicinais e Aromáticas	Alecrim do campo, alecrim, assa peixe, babosa, boldo do chile, camomila, capim cidreira, cidreira, folha de louro, folha de andu, folha de amora, folha de capeba, folha de eucalipto, folha de goiaba, folha de hibisco, folha de laranja, folha de limão, folha de manga, folha de maracujá, folha de pitanga, funcho, hortelã, lavanda brasileira, malva, margaridão, menta, mil folhas, orégano, penicilina, poejo, serralha e tomilho.

Fonte: Coletivo Mulheres Raízes da Terra. Org: Mariana Medeiros Alves, 2021.

A venda desses produtos, principalmente quando divulgados nas redes sociais é acompanhada por um conjunto de destaques sobre seus benefícios. A ideia é espalhar o poder fitoterápico das plantas através da produção agroecológica. O conhecimento também vai sendo aprimorado com os cursos que fizeram e fazem parte das atividades propostas do coletivo.

A sequência de figuras 15 e 16 trazem registros das companheiras do coletivo na colheita de camomila. Uma reflexão importante que vem com toda contextualização do acampamento em si e com o coletivo de mulheres é a potência da resistência territorial construída por elas. Sobre isso, Origuéla (2019) aponta que o desenvolvimento de outras formas de usos dos territórios que objetivam a autonomia e a soberania no território são estratégias político-territoriais que corroboram para a resistência territorial. Ou seja, pode-se afirmar que essas mulheres vivem essa resistência, pois elas produzem e se articulam de modo alternativo à subordinação do capital, com a produção agroecológica e a comercialização em circuitos curtos e em grupos de consumo.

Figura 15 – Colheita de Camomila – Coletivo Mulheres Raízes da Terra.



Fonte: Acervo Tuíra Tule.

Figura 16 – Colheita de Camomila – Coletivo Mulheres Raízes da Terra.



Fonte: Acervo Tuíra Tule.

O capitalismo se preocupa em manter, ou seja, regular as desigualdades sociais e não as romper. Schwarcz (2019, p. 127) destaca essa manutenção que ocorre através dos “interesses privados acima dos públicos, privando os setores mais vulneráveis de nossa sociedade de benefícios que o setor público deveria proporcionar com maior equidade”.

É plausível explicar o que foi dito a respeito da importância das mulheres do Coletivo Raízes da Terra e apoiar essa consideração sobre o que Fernandes (2020, p. 47) tem discutido em relação a projetos políticos em que “ser exposto a discussões políticas não necessariamente significa politizar-se. Não há politização sem conscientização”. É notório, observável, que essas mulheres enquanto coletivo ou até mesmo por ações individuais, vão caminhando longe do esvaziamento político e estão integralmente articuladas à politização que parte do trabalho do coletivo.

Enquanto o patriarcado corresponde à estruturação da opressão, o machismo é a expressão direta dessa opressão e se manifesta como violência, discriminação, imposição, objetificação e desvalorização. A opressão de gênero não simplesmente se cruza com a exploração de classes; há uma articulação que gera uma lógica para a divisão do trabalho, para a geração de valor e que intensifica processos de objetificação que são de interesse de machistas e do sistema capitalista, que, por si só, tem a

objetificação e a alienação como elementos centrais de sua operação (FERNANDES, 2020, p. 88).

O coletivo tem vivenciado experiências com políticas públicas que trabalham a valorização e reconhecimento de seus saberes, como um passo para iniciar a emancipação das mulheres, afinal, romper com opressões e emancipar mulheres em regime capitalista não é tarefa fácil, ainda mais às acampadas e assentadas que lutam pela reforma agrária, uma luta rejeitada pelo sistema que atua em passos contrários e objetivam concentração de terra, renda e opressão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente a leitura traçada durante a pesquisa foi baseada em buscas para verificar de quais formas as políticas públicas estão sendo acessadas entre os acampados do Quilombo Campo Grande. Seguindo a construção do contexto histórico da luta que guia as demandas por reforma agrária no país e como cada governo tratou e trata o tema em sua agenda, na tentativa de consolidar as bases das considerações formuladas a respeito.

A retomada do contexto histórico e a criticidade em sua análise é fundamental para o método trabalhado, o materialismo histórico dialético. Buscar historicamente a construção das políticas públicas, em especial como elas estão direcionadas aos camponeses, permite adentrar as nuances sobre suas formulações, execuções e para quem são destinadas.

Assim, tem-se que a formulação de políticas alicerçadas necessariamente no Estado e na sociedade, essa última através das demandas sociais. Obrigatoriamente são formuladas para sanar, minimizar ou potencializar determinadas questões sociais e/ou econômicas.

Por isso, ocorre destacar a validade das pesquisas sobre o contexto histórico de como cada governo abordou e aborda a temática. Já que as benesses não exclusivamente atendem à camada de camponeses, muito menos os sem terra, uma vez que em diversos momentos as políticas formuladas, alteradas e executadas apresentavam vantagens ao agronegócio.

Em outras palavras, algumas políticas voltadas para o desenvolvimento rural e para a reforma agrária repousam sobre a definição de políticas compensatórias que parcialmente são concebidas com mínima ou sem interferência da sociedade, com objetivo de comedir determinados grupos sociais (FERNANDES, 2013).

O público beneficiado e/ou impactado por determinada política é cautelosamente estimado durante sua formulação. Passando pelo intermédio das esferas de poder, setor formulador ou propulsor de políticas, além claro, dos clamores populares ou particulares que podem influenciar a criação de tais políticas. Como foi pontuado em outros momentos, políticas públicas são desenvolvidas para atender interesses e infelizmente, nem sempre são pensadas como um pleito para toda a sociedade. Em parte, temos políticas voltadas para beneficiar um público específico, que goza das regalias do patrimonialismo.

Dessa forma, seria essa etapa impeditiva da história que esmaga os direitos sociais e as reivindicações por terra, seja pelas dificuldades de regularização fundiária, de comercialização da produção e de acesso às políticas de créditos por pequenos agricultores. Nessa etapa que regula o acesso aos direitos, colocou-se em pauta a condição jurídica que se encontra o Acampamento Quilombo Campo Grande, uma vez que tal território é traçado pela ilegalidade, já que o Estado não o reconhece.

Ressaltou-se o intermédio das esferas de poder, setores formuladores ou propulsores de políticas, além claro dos clamores populares ou particulares que podem influenciar a criação de tais políticas. Como foi relatado em outros momentos do estudo, políticas públicas são desenvolvidas para atender interesses e infelizmente, nem sempre são pensadas para atender toda a sociedade.

Cabe retomar um questionamento que embora seja implícito também surja explicitamente, onde verificamos a política pública? Um exemplo é a relação que o acampamento tem estabelecido com instituições públicas de ensino, em destaque o Instituto Federal Sul de Minas - Campus Machado e a Unifal – Campus Alfenas. Esses são elos importantes que tem possibilitado o usufruto da extensão científica, que não necessariamente significa que o Estado tomou frente das carências dos acampados, mas por meio das instituições supracitadas, tem auxiliado essas famílias.

O que ocorre é que ambas instituições trabalham com projetos de extensão que cada vez mais tem estreitado os laços entre academia e sociedade. Quando o MST estabelece essa relação, a universidade se aproxima do retorno que deve à sociedade. A pesquisa é extremamente importante, assim como os projetos de extensão das universidades, que permitem trocas de conhecimento e vivência entre sociedade e campo acadêmico.

Por conseguinte, a escalada da violência no campo se deu na mesma proporção em que foi instaurado o golpe de 2016, validando a ação de latifundiários, grileiros, madeireiros e garimpeiros contra qualquer forma de resistência camponesa. Apesar de 2018 demonstrar uma queda nos assassinatos no campo, na verdade representa uma retração dos movimentos sociais, associada ao medo da repressão, interferência em políticas públicas, avanço do pensamento conservador e fascista, bem como descrença no atual governo.

Foi nesse o convívio com as diferenças que algumas atitudes foram tomadas, entretanto outras deixaram de ser repensadas, como a urgência em estancar os conflitos pela terra, principalmente pelo fato de o agronegócio ter plena representação

de seus interesses na ossatura do Estado, não permitindo que leis fossem concretizadas em benefício dos camponeses.

O Estado pode não atuar diretamente nos acampamentos, mas interfere negativamente nesses territórios ao privilegiar o agronegócio em detrimento dos camponeses e da reforma agrária no país.

Por fim, a reafirmação da existência, produção e resistência dos acampados no território do Acampamento Quilombo Campo Grande é a face de que a luta do povo sem terra é permanente e perdura apesar dos ataques. São camponeses que plantam e colhem seu sustento sem mediação do governo, que fortalecem a produção agroecológica como alternativa necessária para um desenvolvimento que se contrapõe ao modelo capitalista. Porém, não podemos de forma alguma isentar a responsabilidade e o papel do Estado em fornecer respaldo social, econômico e jurídico sobre esse território.

REFERÊNCIAS

- ATLAS, Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Índice de desenvolvimento humano municipal**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em 08 de jul. 2021.
- BAUER, Guilherme Germano Télles. **Sobre as origens da questão agrária brasileira**. Ponta Grossa: Revista de história regional, 1998.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. **Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 out. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html. Acesso em: 12 jul. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. **Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm. Acesso em: 17 set. 2021.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário**. Brasília, 26 ago. 2019.
- CARDONA, David; SOBREIRO FILHO, José. Os Movimentos Socioterritoriais: Entre as classes e os movimentos populares. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n. 30, p. 148-168, 2016.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p.15-280.
- CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma Agrária: de eleições a eleições. **Estudos Avançados**. vol.11, n.31, 1997.
- CARVALHO FILHO, José Juliano de. O governo Lula e o esvaziamento da reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**. v. 34, n. 2, 2007.

CHAVES, Patricia Rocha. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Conflitos pela terra e reforma agrária no Brasil: Uma análise por períodos de governo desde a redemocratização. *In*: LOMBA, Roni Mayer *et al.* (Org.) **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Macapá, UNIFAP, 2016. p.17-55.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná**. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. BEZERRA, Cristina. CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Dossiê Quilombo Campo Grande: Aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos para implantação definitiva do Assentamento Quilombo Campo Grande, antiga fazenda Ariadnópolis**. Campo do Meio-MG, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo; *et al.* Quando para impedir a reforma agrária vale até destruir escolas: a direita autoritária contra o Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 151, jul. 2020. p. 2-9.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. CEDOC Dom Tomás Balduino. **Relatórios conflitos no campo 1996-2020**. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 05 set. 2021.

DATALUTA. Relatório Brasil. Presidente Prudente: **Banco de Dados da Luta pela Terra**, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DATALUTA. Relatório Minas Gerais. Uberlândia: **Banco de Dados da Luta pela Terra**, dez. 2017.

DOTTA, Rafaella. MST leva 10 quilos de documentos para comprovar atividades no Quilombo Campo Grande. **Brasil de Fato**, Minas Gerais, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/22/mst-leva-10-quilos-de-documentos-para-comprovar-atividades-no-quilombo-campo-grande>. Acesso em: 01 set. 2021

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano, *et al.* A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Revista Nera**. n. 145, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, v.8, n. 6 – jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. *In: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*, 23, 2001. Washington. **Anais** [...] Washington: Associação de estudos latino-americanos, 2001. p. 1-19.

FERREIRA, Brancolina. A reforma agrária no governo Lula balanço: 2003 a 2005. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 32, n. 1, 2005.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **IPEA**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GERMER, Claus. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 34, n. 2. jul. /dez. 2007.

G1 Sul de Minas. **Justiça manda retirar integrantes de MST de assentamento no Sul de MG**. Minas Gerais, 20 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/reintegracao-de-fazenda-ocupada-por-mst-e-determinada-no-sul-de-minas.html>. Acesso em: 01 set. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP. 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso: 10 set. 2021.

GRAIN. **Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa)**. 29 jan. 2021. Disponível em: <https://grain.org/e/6604>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 30 set. 2009. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 jul. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 30 set. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE. **Campo do Meio**. Rio de Janeiro, 01 jun. 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campo-do-meio/panorama>. Acesso em: 11 jul. 2021.

INTINI, João Marcelo; CUNHA, Altivo. Quando o poço não tem fundo: os efeitos de uma agenda conservadora nas políticas públicas para o campo. *In: 59º Congresso SOBER*. 02 set. 2021, Brasília. **Anais** [...]Brasília, 2021.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, Sérgio, et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paul, Editora UNESP o. 2004. 392 p.

LOURENÇO, Arthur Rodrigues; VALE, Ana Rute do. A luta pela terra no Sul de Minas: Conflitos agrários no município de Campo do Meio (MG). *In: XX Encontro nacional de geografia agrária*, 20 out. 2010, Francisco Beltrão (PR). **Anais [..]** Francisco Beltrão: UNIOESTE/GETERR, 2010. p. 3650-3669.

LUCAS, Kelson Serafin; VALE, Ana Rute. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7417>. Acesso em: 22 out. 2021.

MALUF, Renato. Comer em tempos de pandemia e após. **Jornal GGN**, São Paulo, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1981.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n .2, 2018. p. 293-307.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: UFRGS. 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. **Riad: Cadernos Temáticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1994.

MOREIRA, Gilvander. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária [manuscrito]: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST**. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. *In: DELGADO, Guilherme; BERGAMASCO, Sonia Maria (Org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 197-221.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Editora Contexto.1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001.

OXFAM, Brasil. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. **Informe da OXFAM Brasil**, nov. 2016. Disponível em: https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista Nera**, v. 24, n. 58, p. 08-27, maio/ ago. 2021.

PEREIRA, Maria Rosineide. A nossa resistência ativa em tempos de quarentena. **Cadernos de Estágio**, v. 2 n. 1. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CATANZARO DA ROCHA LEÃO, Pedro. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12500>. Acesso em: 26 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12500>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, Henrique Wellerson. Quando a memória é ressignificada em luta pela posse ando a memória é ressignificada em luta pela posse da terra: a Usina Ariadnópolis (1908), o Acampamento do MST Quilombo Campo Grande (1998) e os embates de memória – Campo do Meio, MG. **Revista Em Favor De Igualdade Racial**, v. 4, n.2, p. 112–126. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4159>. Acesso em: 05 dez. 2021

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. 2010. 1 CD-ROM. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra, tempo social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n, 2005.

SILVA, José Gomes. **Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra: 2000-2004. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 32, n. 1, 2005.

SILVA, Anderson Antônio, FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane. **RIST- relatório de impactos socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: INCRA. 2006.

SILVA, Elton Oliveira. Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes no espaço agrário. *In*: 14º Ecuentro de Geógrafos de América Latina. 2013, Lima. **Anais [...]** Lima: Ecuentro de Geógrafos de América Latina, abr. 2013.

SILVA, Iris Karine dos Santos. **A reforma agrária no Governo Dilma**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul. /dez. 2006.

SOUZA, M. Usina que deu calote trabalhista tenta retomar terra ocupada por ex-funcionários há 20 anos. **Repórter Brasil**: Campo do Meio, 27 nov. 2018. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2018/11/usina-que-deu-calote-trabalhista-tenta-retomarterra-ocupada-por-ex-funcionarios-ha-20-anos>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Políticas Públicas da Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 34, n. 2. jul./dez. 2007

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP. 2003.

STOREL FILHO, Antônio Oswaldo; ALMEIDA, Maria Cecília Ladeira; MORAES, Sônia Helena Novaes. A legislação e os impasses da Política agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 34, n. 2, 2007.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. São Paulo: Alameda, 2005.